

DM

A Madeira e o Mundo
Ficção e história em João França e António Loja

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José André Gonçalves Rodrigues
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade
www.uma.pt

setembro | 2016

A Madeira e o Mundo

Ficção e história em João França e António Loja

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José André Gonçalves Rodrigues

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

ORIENTADOR

Thierry Proença dos Santos

CO-ORIENTADORA

Leonor Martins Coelho

anderodrigues9@hotmail.com

Título da dissertação:

**A Madeira e o Mundo:
Ficção e História em João França e António Loja**

José André Gonçalves Rodrigues

Mestrado em Estudos Regionais e Locais

Orientação:

Prof. Doutor Thierry Proença dos Santos

Coorientação

Prof.^a Doutora Leonor Martins Coelho

*A cultura histórica tem o objetivo de manter viva a
consciência que a sociedade humana tem do próprio passado,
ou melhor, do seu presente, ou melhor, de si mesma.*

Benedetto Croce¹

¹ Conhecida citação do autor, tirada da sua obra *A História: pensamento e ação*, (Rio de Janeiro, Zahar, 1962, com tradução de Darcy Damasceno).

Agradecimentos

Embora esta dissertação seja fruto de um trabalho de pesquisa individual, não posso deixar de expressar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para que este projeto se concretizasse.

Ao Professor Doutor Thierry Proença dos Santos e à Professora Doutora Leonor Martins Coelho manifesto o meu sentido agradecimento pela paciência, competência e, acima de tudo, disponibilidade que ambos dispensaram para que este estudo chegasse a bom termo.

Ao escritor António Loja agradeço o valioso contributo na entrevista que me cedeu e, também, o apoio e disponibilidade em auxiliar-me posteriormente.

À minha família e amigos agradeço o inestimável apoio, compreensão e, principalmente, as palavras de alento e motivação que me ajudaram a ultrapassar os obstáculos com que me deparei neste processo.

Por último, e não menos importante, exprimo o meu agradecimento a algumas instituições que me proporcionaram ótimas condições de trabalho e pesquisa: à Biblioteca da Universidade da Madeira; ao Arquivo Regional da Madeira e à Biblioteca Municipal do Funchal.

A todos eles, um enorme obrigado por se terem aventurado comigo nesta viagem!

Resumo:

O presente trabalho, intitulado *A Madeira e o Mundo: Ficção e História em João França e António Loja*, visa explorar aspetos de um imaginário insular a partir de três romances históricos, com protagonistas e cenários madeirenses, escritos por dois autores originários do arquipélago da Madeira.

Para tal, constituímos o *corpus* com os seguintes romances: por um lado, *A Ilha e o Tempo*, de 1972, e *António e Isabel do Arco da Calheta*, lançado em 1985, do escritor João França (1908-1996), obras literárias que podemos considerar como ficções de fundação (em prol de uma identidade regional do arquipélago da Madeira); por outro, o romance *Regressos*, editado em 2008 e materializado em dois volumes, de António Loja (1934), cujo enredo, ambientado na época da Restauração da Independência de Portugal, pode ser entendido como a ficção da autodeterminação dos povos e, concomitantemente, a ficção do direito à felicidade a que todo o ser humano aspira. Ficando assim explicada a seleção das obras em análise, o propósito da nossa abordagem é o de pensar as relações entre História e Ficção, contribuindo não somente para o reconhecimento de épocas historicamente significativas como também para o estudo do imaginário local que dialoga com o contexto insular e universal.

Num primeiro passo, procuraremos entender a narrativa histórica para melhor apreender o *corpus* selecionado; seguidamente, debruçar-nos-emos sobre os textos de João França de modo a destacar o cenário histórico e as suas fontes em que assenta a narrativa de ficção, por forma, também, a valorizar uma escrita que tende para uma certa modernidade, fundada numa desassombrada consciência humanista e utópica; finalmente, analisaremos o romance *Regressos*, de António Loja, sublinhando nos seus diversos espaços retratados não somente o contexto madeirense, lugar onde começa (descontado o cenário de Coimbra do primeiro capítulo) e termina a ação romanesca, mas, sobretudo, relevando os vários países e regiões do mundo que o protagonista vai percorrer, o que permite à ficção romanesca encenar um diálogo com outras culturas e diferentes modos de pensamento.

Este *corpus* permitir-nos-á, pois, mostrar a relação que ambos os escritores têm com a sua terra, com os costumes, com as suas gentes, mas, de igual modo, entender a preocupação em retratar uma realidade nacional e internacional, num século distante e

num período conturbado da história que abrange o final do século XV e vai sensivelmente até meados do século XVII.

Palavras-chave: História; Ficção, Romance Histórico; Madeira, João França, António Loja

Abstract:

This work, entitled *Madeira and the World: Fiction and History in João França and António Loja*, aims to explore aspects of an imaginary island from three historical novels, with protagonists and Madeira scenarios, written by two authors originating in Madeira.

To this end, we constitute the corpus with the following novels: on the one hand, *A Ilha e o Tempo*, de 1972, and *António e Isabel do Arco da Calheta*, released in 1985, writer João França (1908-1996), literary works that can be considered as founding fictions (in favor of a regional identity of the Madeira archipelago); on the other, the novel *Regressos*, published in 2008 and materialized in two volumes, António loja (1934), whose plot, set during the Restoration of Independence of Portugal, it can be understood as the fiction of self-determination and, concomitantly, the fiction of the right to happiness to which every human being aspires. Thus being explained the selection of the works in question, the purpose of our approach is to think about the relationship between history and fiction, contributing not only to the recognition of historically significant eras as well as for the study of imaginary place that dialogue with the island and universal context.

In a first step, we seek to understand the historical narrative to better grasp the selected *corpus*; then, we will focus on João França texts in order to highlight the historical setting and the sources on which the fictional narrative, in order, also, to value a writing that tends to a certain modernity, founded a fearless humanist consciousness and utopian; finally, we will analyze the novel *Regressos*, of António Loja, emphasizing in its various spaces portrayed not only the Madeiran context, where starts (discounting the scenario of Coimbra the first chapter) and ends the novelistic action, but especially emphasizing the various countries and regions of the world that the protagonist will go, allowing the novelistic fiction stage a dialogue with other cultures and different ways of thinking.

This *corpus* allows us to show the relationship that both writers have with their land, with customs, with people, but, equally, understand the concern to portray a national and international reality in a distant century and a troubled period of history

covering the end of the fifteenth century and will significantly until the mid-seventeenth century.

Keywords: History; Fiction, Historical Romance; Madeira; João França; António Loja.

ÍNDICE

Agradecimentos

Resumo

Abstract

INTRODUÇÃO

1 – Prelúdio

2 – Relevância do *corpus* constituído e alcance do tema proposto

PARTE 1

– Contextualização e problematização do romance histórico

1.1 – O romance histórico de molde tradicional

1.2 – O romance histórico contemporâneo

1.3 – O romance histórico e a ficcionalização da História da Madeira

PARTE 2

– Tramas e dramas em *A Ilha e o Tempo* (1972) e *António e Isabel do Arco da Calheta* (1985) de João França

2.1 – Da História à ficção romanesca: sob os signos do açúcar e da peste

2.2 – Da mulher submissa à mulher com vontade própria: mulheres de Quinhentos ao espelho dos nossos dias

2.3 – Para a emergência de uma nova conformação identitária e social

PARTE 3

– Mundos e fundos em *Regressos* (2008) de António Loja

3.1 – Da História à ficção romanesca: o papel dos madeirenses na colonização do Brasil no séc. XVII

3.2 – Um madeirense, cidadão do Mundo e modelo de cidadania

3.3 – Viagens, ações diplomáticas e políticas, regressos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – *Corpus*
- 2 – Bibliografia consultada e/ou citada
- 3 – Webgrafia

ANEXOS

I – Imagens

- a) O convento de Sta. Clara
- b) O solar da Lombada da Ponta do Sol
- c) O frontispício da primeira edição de *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso
- d) São Tiago Menor
- e) O tríptico “Mestre de Adoração de Machico”
- f) O solar do Ribeirinho em Machico
- g) O busto de João Vieira Fernandes, no jardim municipal do Funchal

II – Entrevista de António Loja cedida a André Rodrigues

INTRODUÇÃO

La véritable Histoire, aujourd'hui comme hier, ne s'écrit pas chez les historiens mais chez les écrivains.

Pierre Barbéris²

1. Prelúdio

O trabalho denominado *A Madeira e o Mundo: Ficção e História em João França e António Loja* vem no seguimento de uma primeira abordagem elaborada no âmbito da unidade curricular “Sociedades e Culturas Insulares” do Mestrado em Estudo Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Nesse contexto, tivemos a oportunidade de nos familiarizarmos com a ficção histórica de João França (1908-1996), ao analisarmos dois romances da sua autoria: *A Ilha e o Tempo*, lançado em 1972 pela Editorial o Século, de Lisboa, e reeditado em 2006, pelas mãos da Empresa Funchal 500 anos, e *António e Isabel do Arco da Calheta*, publicado em 1985, sob os auspícios da Direção Regional dos Assuntos Culturais (Secretaria Regional do Turismo e da Cultura) da Região Autónoma da Madeira.

O presente estudo visa dar continuidade à leitura que então fizemos dos referidos romances com uma investigação mais aturada e alargada a uma outra ficção literária de cariz histórico de um autor igualmente madeirense, numa perspetiva de crítica temática. Assim, para além de retomarmos os dois romances de João França optamos por analisar a narrativa de ficção *Regressos*, de António Loja (1934), obra publicada em 2008 e desdobrada em dois volumes, com a chancela da editora O Liberal, da Madeira. O diálogo entre a História da Madeira e a Ficção de autores afetos a essa região arquipelágica do Atlântico é assunto ainda pouco explorado. Pretendemos, assim, contribuir para um estudo das produções locais (deficientemente divulgadas e, por isso

² Barbéris, Pierre, *Prélude à l'Utopie*, Paris, PUF, 1991, p. 270.

mesmo, mal conhecidas e quase nunca avaliadas), uma vez que o *corpus* em apreço nos permite entender não apenas épocas historicamente significativas como também compreender o contexto insular e mundial.

No assentamento dos seus alicerces, a ficção literária de cariz histórico, desde os seus modelos novecentistas até às configurações mais recentes, visa resgatar um passado ilustrativo de uma determinada problemática que importa ao presente, selecionando um período significativo e uma ou várias personalidade(s) marcante(s). Este subgénero literário teve e tem os seus cultores na ilha da Madeira. Ao fazerem emergir uma época fundamental da História do Atlântico, os escritores em foco retratam realidades insulares, mas também problematizam o contexto português na sua relação com o mundo.

Como refere Thierry Santos, *A Ilha e o Tempo* apresenta-se como “metáfora” do processo de construção de uma sociedade de feição portuguesa em finais do séc. XV e inícios do séc. XVI em território arquipelágico ainda há poucas décadas virgem. A narrativa romanesca vai encenar “o comum destino” de senhores, escravos, religiosos, comerciantes, serviçais, bastardos e foras da lei em adaptar-se a esse espaço atlântico: dificuldades várias, como a epidemia, a constante ameaça de ataques de corsários e piratas, bem como a superstição, vão a par com diversas necessidades, como o arroteamento das terras, a organização do território, o desenvolvimento de novas técnicas de produção e o aproveitamento da expansão da economia açucareira. A obra descreve “as relações de poder numa sociedade de matriz feudal, machista e escravagista [ainda] bem vincadas. Por um lado, destaca-se a relação familiar [protagonizada pelos Baldas] (ora com agressões físicas, verbais e psicológicas, ora com gestos de ajuda e de apreço) (...). Por outro lado, dá-se relevo às relações sociais entre o clero, a fidalguia e o povo” (Santos, 2006). O romance *A Ilha e o Tempo* apresenta-se, assim, sob várias facetas, consoante o modo como cada personagem encara a família, o trabalho, o poder, a solidariedade, o prazer, o amor, a desgraça e o futuro.

Com *António e Isabel do Arco da Calheta*, João França revisita e romanceia o célebre episódio de “o rapto de Isabel de Abreu”, baseado em factos verídicos, e relatado em primeira mão pelo cronista Gaspar Frutuoso, em *Saudades da Ilha*. Reza a História que um fidalgo do Arco da Calheta, António Gonçalves da Câmara, filho de Pedro Gonçalves da Câmara e de D. Joana de Eça, se emaranhou em amores pela

vizinha, D. Isabel de Abreu, filha de João Fernandes de Andrade e de D. Beatriz de Abreu, e viúva de João Rodrigues de Noronha, filho do terceiro capitão donatário do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara. Talvez António ambicionasse secretamente juntar aos seus bens as vastas propriedades de D. Isabel. Em todo o caso, essa situação desencadeou uma sucessão de peripécias que conjuga paixão, rapto, intrigas, confronto armado, queixa, casamento, ordem régia de prisão, alistamento no exército para defender da mourama as praças-fortes portuguesas na costa marroquina e, finalmente, regresso à ilha natal, gozando dos benefícios do perdão concedido pela Coroa. As iniciativas de António não se compaginavam com as regras sociais da época e, como tal, colhiam o repúdio dos zeladores dos bons costumes e do estilo de vida da nobreza. A sua perseverança em contrair matrimónio com o alvo de suas atenções causou escândalo, cuja repercussão teve incidência até na corte portuguesa. A par da descrição da vida da nobreza madeirense no século XVI, preocupada em estabelecer alianças estratégicas através de um casamento vantajoso, em cultivar os preconceitos de estirpe, em seguir os seus códigos de honra, atenta aos modos e às intrigas que a corte ditava, o romance de João França encena individualidades, ainda que pertencentes à elite social da época, inconformados com os ditames da sociedade em que evoluem. Ao determinismo social opõem a liberdade individual; aos deveres familiares equacionam a possibilidade de um casamento por amor; sem pôr em causa o respeito pelas instituições, entendem que o homem de qualidade pode conduzir a sua vida, em conformidade com o seu livre-arbítrio.

Neste sentido, os romances *A Ilha e o Tempo* e *António e Isabel do Arco da Calheta*, do escritor João França, configuram-se não somente como ficções de fundação (em prol de uma definição de identidade regional do arquipélago da Madeira), mas também como narrativas do direito de sermos quem somos e amar quem quisermos.

O romance *Regressos*, de António Loja, procura resgatar o espírito do séc. XVII, seguindo o percurso improvável de um jovem nobre madeirense, Carlos de Bettencourt, que, ao mesmo tempo que vai cumprindo o seu destino de homem segundo altos valores de espírito, razão crítica e capacidade de diálogo, irá protagonizando uma diplomacia eficaz ao serviço do futuro rei de Portugal, D. João IV, inaugurador da dinastia de Bragança. As suas viagens e experiências, o encontro com a mulher da sua vida e a indefetível lealdade aos seus, a sua inteligência e bravura, a sua rede de contactos e o

reconhecimento do seu valor pelos detentores do poder político e económico pontuarão a carreira diplomática e administrativa que abraçou com empenho e espírito de missão. O romancista recria os bastidores de um Império que renasce das suas cinzas (enquanto metáfora de um certo orgulho nos processos de mitologização de uma identidade portuguesa), imaginando esses agentes sagazes que criaram as condições para que se restaurasse a Independência de Portugal. Essa soberania só pôde ser reencontrada, porque homens de boa vontade comungaram de um mesmo desafio imposto pelo seu patriotismo, organizando-se e agindo para alterar o curso da História de Portugal, da Europa e, em última análise, de vários lugares no Mundo. Implantado na significativa época da expansão colonialista dos países europeus, *Regressos* perfila-se, assim, como um romance que tanto levanta a questão da autodeterminação dos povos como a questão do direito à felicidade a que todo o ser humano aspira.

Os três romances têm como fio condutor um protagonista cuja história de vida se confunde com a ação romanesca. Nos livros em análise, apenas o romance *A Ilha e o Tempo* tem como palco único a Madeira. Nos outros dois, porém, a trama começa (se descontarmos o primeiro capítulo de *Regressos* ambientado em Coimbra) e acaba na Madeira. Somente o desfecho de *A Ilha e o Tempo* se revela fatídico para a sua heroína; *António e Isabel do Arco da Calheta* e *Regressos* encerram o enredo com um final feliz para os seus protagonistas. Note-se, ainda, que *A Ilha e o Tempo* e *Regressos* desenvolvem uma ficção protagonizada por personagens de papel num pano de fundo histórico ao passo que *António e Isabel do Arco da Calheta* romanceia episódios da vida de personalidades que, de facto, existiram. Nos três romances, ocorre, num ponto adiantado da narrativa em aproximação do desenlace, o nascimento de uma menina no seio da família dos protagonistas – fruto de um terno amor – que parece constituir um símbolo de esperança no futuro. Todos eles conferem grande importância ao papel da família tradicional, sempre apresentada como núcleo estruturante da sociedade, lugar fundamental de afetos e possível motor de desenvolvimento humano. A leitura das três obras dá-nos uma visão abrangente da evolução histórica da Madeira e do seu papel no mundo, desde o século XV ao século XVII.

2. Relevância do *corpus* constituído e alcance do tema proposto

A nossa abordagem ao tema proposto está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, delineamos, em traços largos, o surgimento da narrativa de ficção histórica, desde a sua génese até à atualidade, salientando, também, a produção desse subgénero romanesco por autores afetos ao arquipélago da Madeira. Procuramos perspetivar a fortuna desse filão literário para podermos perceber em que contexto surgiu e o que motivou o seu sucesso renovado nestas últimas décadas junto de escritores e leitores.

O romance histórico, que une História e Ficção, surge no início do século XIX, em plena expansão do novo paradigma romântico europeu decorrente de um processo de grandes mudanças sociais, políticas e culturais. Muitos são os romances históricos que se distinguiram, quer no estrangeiro, com títulos como *Ivanhoe*, de Walter Scott, ou *Cinq-Mars*, de Alfred de Vigny, quer em Portugal, com *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano. Assim, no mundo ocidental, vários escritores, preocupados em revalorizar o passado da nação a que pertencem com vista à sua regeneração, procuram ir ao encontro de um público apreciador deste novo subgénero romanesco.

A narrativa histórica do século XIX e das primeiras décadas do século XX visa sobretudo reconstituir, com a maior fidelidade possível, a sociedade, os costumes, os rituais e os grupos sociais da época escolhida. São romances que se desdobram em torno de assuntos relevantes para a legitimação e consolidação de um País ou de um Reino. Assim, as guerras, as revoluções, os conflitos sociopolíticos, as personagens régias ou de sangue azul constituem tema central e ganham ênfase num romance que se apresenta quase como um retrato da história real (Puga, 2006: 45).

Nos vários modelos mais recentes de romance histórico, o elo entre a História e a Ficção permitirá, também, colocar várias problemáticas, tais como os limites da verdade histórica, a hipótese interpretativa de situações não documentadas, a perspetiva de quem dá a sua versão/visão dos factos narrados (não se costuma dizer que a história é escrita pelos vencedores – as forças dominantes – e nunca pelos vencidos ou dominados?) ou até a possibilidade de misturar vários subgéneros romanescos (por exemplo, cruzar ficção histórica com ficção científica, como faz o filme americano de 2011, *Cowboys & Aliens*).

No âmbito da literatura nacional, deu-se à estampa nas últimas décadas romances históricos que tiveram grande sucesso junto da crítica especializada e/ou do grande público. Surgem ficções que fantasiam os factos históricos, optando, não raras vezes pela desconstrução parodística da história oficial lusa, a exemplo de *Memorial do Convento* (1982), de José Saramago. Algumas narrativas enveredam pela autobiografia fictícia, encenando uma figura, de posição política e social privilegiada, que reflete sobre um passado desafortunado, como ilustra *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde* (1994), de Mário de Carvalho, um romance ambientado na Lusitânia (então província do Império Romano). Há, também, aqueles romancistas que continuam a apostar num modelo assente numa tradição que visa reconstruir fielmente o pano de fundo histórico, ainda que os protagonistas sejam pura invenção, à semelhança de *Equador* (2004), de Miguel Sousa Tavares. Não esgotando uma possível tipologia que se poderia fazer mas que não cabe no âmbito da nossa explanação, aponte-se, finalmente, as ficções que se apresentam como uma biografia em jeito de romance histórico: veja-se o caso de *Marquesa de Alorna: Do cativo de Chelas à corte de Viena* (2011), de Maria João Lopo de Carvalho.

Naturalmente, seria interessante questionar qual o significado de publicar, num determinado momento da vida de um país ou de uma região, um romance que recupera memórias, revisite épocas, regimes sociopolíticos e personalidades, revê discursos sobre a versão oficial da História. Por isso, partindo da observação do interesse que autores da Madeira manifestaram pela narrativa de cunho histórico, ao considerarem em particular episódios marcantes da História da sua terra natal, procuraremos dar elementos de resposta a esse questionamento no decorrer da ação interpretativa dos romances históricos que nos propomos levar a cabo.

No caso das obras em análise, podemos distinguir dois modelos narrativos: aquele assente na tradição que procura reconstituir o quadro histórico, encenando, todavia, protagonistas de papel, como acontece em *A Ilha e o Tempo*, de João França, e em *Regressos*, de António Loja. O outro, *António e Isabel do Arco da Calheta*, de João França, retoma, de forma romanceada, um episódio amoroso protagonizado por personalidades históricas da Madeira.

Afigurou-se-nos, à leitura das obras, haver por parte dos dois autores uma grande preocupação em respeitar os dados históricos. Embora João França, jornalista de

profissão, pareça aceitar a ideia de acomodar a História à lógica da ficção, António Loja, historiador de formação e vocação, não admite atraiçoar o que a História estabeleceu, a não ser quando “toma a liberdade de alterar datas” de acontecimentos por conveniência da “construção ficcional”, como adverte o leitor na sua “Nota do Autor” (Loja, 2008: 9).

Nesse quadro, João França chegou a recusar, numa entrevista cedida a José Abel Caldeira, a designação de “romance histórico” para classificar o seu *A Ilha e o Tempo*, preferindo a de “romance de ambiente histórico” (Caldeira, 1989: 35). Tal parece dever-se ao facto de o escritor privilegiar a imaginação em vez de seguir e reconstituir episódios atestados e documentados. Na mesma entrevista, João França faz seu o autorretrato enquanto ficcionista:

No fundo, não passo de um ficcionista vocacionado para a liberdade da invenção, ou seja, o prazer de criar personagens e pô-las a viver e resolver os seus problemas. Até mesmo quando trabalho um caso histórico, terá ele de ser uma simples base para o desenvolvimento do enredo, auxiliado pela imaginação. (Caldeira, 1989: 25)

Na entrevista que nos concedeu, António Loja afirma:

Não quero deixar de focar um aspeto que me guia e que considero mais significativo que os apenas formais. Trata-se do propósito que tenho em vista ao escrever ficção. Não me permito liberdades quanto ao tratamento da História. (v. Anexo II)

O mesmo autor deixou ainda claro que:

Quando escrevo ficção continuo a ter presente a necessidade de um quadro geral de autenticidade que garanta ao leitor a certeza de que a ficção não atraiçoou a realidade fornecida pela investigação e que a determinação de movimentar os personagens e os acontecimentos de acordo com um plano geral previamente estabelecido não se opõe ao descrito genericamente nos manuais de investigação. (V. Anexo II)

Na verdade, ambos os autores reconhecem que, para a escrita de um romance histórico, o “trabalho de ficção” tende a levar a melhor sobre a estrita “realidade histórica”.

As duas narrativas de João França inscrevem-se, como observa Thierry Santos, “numa tendência naturalista em que se oculta a historicidade para realçar a vida privada das personagens, uma vez que a consciência histórica está muito próxima da consciência do real que o madeirense tem da própria terra” (Santos, vol. I, 2007: 123). Em sentido oposto, a voz do texto de *Regressos* propõe amplos quadros descritivos e diálogos com longas tiradas, que expõem e explicam os problemas da época retratada, como se se pretendesse ensaiar lições da História de Portugal, da Europa, do processo colonial e das novas ideias (Giordano Bruno, Descartes, Christiaan Huygens, Rembrandt, Velásquez e António Vieira) que começavam a abanar o sistema de pensamento então vigente no mundo ocidental.

Excetuando a mesma naturalidade, o manifesto amor à terra natal, o gosto pela Literatura e pela História, uma comprometida ligação ao periódico humorístico *Re-Nhau-Nhau*, mas em momentos diametralmente opostos, e a quase invisibilidade na instituição literária nacional, João França (1908-1996) tem pouco em comum com António Loja (1934), como veremos mais adiante. Todavia, ambos comungam de uma crença profunda na humanidade, ao perspetivarem o sentido do processo histórico para a vida das sociedades humanas, em geral, e o da sociedade madeirense, em particular.

No segundo capítulo, a nossa atenção centrar-se-á nos dois romances históricos de João França. Apesar dos vários títulos publicados em Portugal continental e na Madeira, e de alguns terem tido procura (p. ex., *Romance de uma Corista*) ou uma boa receção por parte da crítica (p. ex., *A Ilha e o Tempo*), o autor não chegou a granjear o reconhecimento público que o manteria a salvo do esquecimento. Nascido em 1908 no Funchal e falecido em 1996 em Lisboa, João França passou, na juventude, pelas fileiras do anarco-sindicalismo (Martins, 2016: 1). Mudou-se para o continente, em 1938, para abraçar a carreira de jornalista³ e, a par dessa profissão, continuou a desenvolver

³ Anteriormente, na Madeira, também colaborou na imprensa, nomeadamente em *A Ilha*, *Comércio do Funchal* e *Re-Nhau-Nhau* (Oliveira, 1969: 8). Publicou, ainda, textos em periódicos, como *O Povo*, *Independência*, *A Batalha*, *Diário da Madeira* ou na revista católica *Esperança* (Janes, 2008: 20). Após o 25 de Abril, escreveu para o *Diário de Notícias*, da Madeira, colaborou na primeira série da revista *Margem* e nos anos 90 publicou um conto na revista de temas culturais, *Islenha*.

trabalho literário, da prosa ao teatro, passando pela poesia. Cultivou diversos temas, tons e subgéneros de várias formas literárias, nem sempre ambientados na Madeira ou a ela referente, a exemplo da opereta *O Zé do Telhado*, estreada em 1944, no teatro Avenida, em Lisboa, *O Romance de uma Corista*, lançado em 1956, e *Histórias Cínicas*, de 1958. Ingressou nas redações de jornais da capital, designadamente *A Noite* e o *Jornal da Tarde*. Em 1944, entra no diário matutino *O Século*, “tendo ali atingido o topo da carreira como jornalista internacional” (Caldeira, 1989: 10). Vai trabalhar com o chefe de redação Acúrcio Pereira, por lá se cruza com Aquilino Ribeiro, a quem pedirá um prefácio para o seu livro de contos *Ribeira Brava*, publicado em 1953, e trava amizade com o confrade Baptista-Bastos (Santos, 2015, no prelo). No veio literário de carácter histórico, publicou, além dos dois romances que constituem o nosso objeto de estudo, contos (tais como “A Missa do Fidalgo”, 1983, e “Aquele Campo de Funcho...”, 1993), crónicas (*O Prisioneiro do Ilhéu e Outras Crónicas*, 1994) e peças de teatro, na senda da exploração de biografias: *Baltasar Dias* (2003) e *Camões Pequeno*⁴ (2014). João França é, sem sombra de dúvida, um dos melhores representantes da ficção histórica madeirense do séc. XX, apostados em consolidar uma identidade insular através de figuras históricas e narrativas fundadoras, encenando personagens de destino singular lançadas numa sociedade em tempo de mudança (adaptado de Santos & Coelho, 2016, 77). Os processos estéticos que mais nos têm cativado na sua arte narrativa são uma escrita despojada, precisa e acessível, um encadeamento de cenas que fazem lembrar uma sequenciação de planos cinematográficos e, sem prejudicar situações de efeito dramático, apontamentos humorísticos perpassados de fina ironia. Convém, finalmente, referir, com Thierry dos Santos, que João França pertence, a par de João dos Reis Gomes, Carlos de Freitas Martins e Horácio Bento de Gouveia, ao restrito grupo de autores da Madeira que escreveram, pelo menos, três romances de inspiração insular no séc. XX (Santos, no prelo).

Atualmente, a sua obra é pouco conhecida, para não dizer quase ignorada, mesmo a nível regional. Edições mal divulgadas, com um reduzido número de exemplares ou esgotadas, passam despercebidas nos habituais círculos de leitura.

⁴ Trata-se da antonomásia por que é conhecido o poeta, natural de Machico, Francisco Álvares de Nóbrega (1773-1806).

Apenas uma reedição condigna, com uma atraente conceção gráfica dos volumes e enquadramento ensaístico, poderia resgatá-la da estante das curiosidades literárias para colecionadores ou para especialistas de textos esquecidos.

Em *A Ilha e o Tempo* e em *António e Isabel do Arco da Calheta*, João França explora o período do povoamento da Madeira e do crescimento do meio urbano funchalense, procurando refletir sobre um lugar em processo de humanização. Naturalmente, a primeira preocupação do narrador será a de erguer um cenário plausível, baseado no conhecimento histórico.

O primeiro romance, ambientado no Funchal da época dos primeiros donatários, encena a estrutura social então vigente, o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar assente, em parte, na escravatura de negros e mouros, assim como os vários perigos que ameaçavam a população. Numa época marcada por todo o tipo de violência e insegurança, a ficção *A Ilha e o Tempo* não perde o sentido universal dos problemas sociais e humanos que expõe, apesar de alicerçada em contexto insular. Se é certo a obra girar em torno da experiência de uma comunidade empenhada em criar raízes num território ainda há pouco virgem, também é verdade que a voz do texto não deixa de sublinhar as injustiças de um modelo social de tipo feudal, bem como a aspiração de uma mulher a ter as mesmas oportunidades que um homem, na atividade económica, para poder realizar-se como pessoa. O romance afigura-se, pois, como uma narrativa de protesto contra todo o tipo de discriminação e de apelo à mudança de paradigma nas relações de poder entre homens e mulheres, senhores e subalternos, protagonizado pela alma rebelde e nobre da heroína, Isabel Balda.

O segundo romance, *António e Isabel do Arco da Calheta* retrata, igualmente, uma realidade insular, enfatizando o sistema inibidor da sociedade movida por interesses e regras da fidalguia, dando azo a intrigas e a desavenças familiares. A narrativa, baseada em factos verídicos, revisita a história de amor entre dois madeirenses de estirpe, António Gonçalves da Câmara e Isabel de Abreu. Contra a ordem e preceitos estabelecidos, as situações rocambolescas e dramáticas que foram protagonizando – em nome desse amor que acabará por vencer, após múltiplas provas de coragem, perspicuidade e resiliência –, representam a força de vontade e do inconformismo para cumprir o projeto de vida delineado.

O terceiro capítulo versará sobre o romance histórico *Regressos*, de António Loja, que narra o percurso de vida de um herói imaginário chamado Carlos de Bettencourt, um fidalgo da Madeira envolvido no processo da revolução da Independência do reino de Portugal, em 1640. Não sendo para o autor uma estreia literária, já que tinha publicado duas obras de cunho narrativo – *As Ausências de Deus: no Labirinto da Guerra Colonial*, de 2002, e *Como um Rio Invisível*, de 2010, *Regressos* é a seu primeiro romance histórico, subgénero literário que tem desde então vindo a cultivar, ao trazer a público *Às Cinco da Tarde*, em 2013, e *O Advogado de Roma*, em 2015. Nascido no Funchal em 1934 e formado em Ciências Históricas e Filosóficas, assim como em Ciências Pedagógicas, pela Universidade de Coimbra, António Loja dedicou parte da sua vida ao ensino e à investigação da História. Além disso, passou pela experiência da Guerra do Ultramar (na Guiné-Bissau) e pelas lides da atividade política, posicionando-se nas fileiras da oposição ao regime do Estado Novo. Após o 25 de Abril, não deixou de ser uma voz crítica à governança jardinista, na Madeira. A sua formação e experiência de vida refletem a sua especial apetência por temas da vida política, da vida intelectual e da vida militar; as causas que foi abraçando ao longo da vida revelam um perfil de homem empenhado na cidadania ativa. Na qualidade de Historiador, publicou duas monografias: *A Luta do Poder contra a Maçonaria: Quatro Perseguições no Séc. XVIII*, em 1986, e *Crónica de uma Revolução: A Madeira na Revolução Liberal*, em 2008. Como escritor pertencente a uma periferia dos centros legitimadores, António Loja não viu a sua obra de ficção – que nos cativou sobretudo pelo modo como encena debate de ideias e contextos históricos, pelo modo como a narrativa, tendo como fio condutor uma história de amor, se desenvolve linearmente numa redação segura e denotativa – entrar no circuito dos livros discutidos pelas instâncias de divulgação cultural.

No seu primeiro romance histórico, António Loja vai enfatizar não tanto a Madeira, enquanto torrão natal e território, mas sim o espírito universal do madeirense. Com efeito, a narrativa, que acompanha o percurso do protagonista, Carlos de Bettencourt, cujos atributos morais e intelectuais fazem dele o portador de uma visão positiva da vida e da humanidade, destaca a relevância para o homem e para qualquer país da aposta no intercâmbio cultural e na abertura ao mundo. Assim, *Regressos* vai encenar o contacto, muitas vezes conflituoso, entre povos, culturas e mentalidades,

dando todavia a perspectiva de como poderia ser benéfico para todos se os conflitos de interesses fossem superados. O romance também dá conta do papel de madeirenses noutros espaços geográficos, nomeadamente no Brasil seiscentista, a exemplo de João Vieira Fernandes (c. de 1610-1681), um dos heróis da Insurreição pernambucana contra as pretensões holandesas no Brasil, e da comunidade de madeirenses, no desenvolvimento do Maranhão.

O romance descreve a situação de Portugal no contexto geopolítico do século XVII. Por um lado, revela parte do processo que vai ditar o fim da União Ibérica (1580-1640) – período de depressão para a nobreza portuguesa e de extrema pobreza para a população – e a revolução portuguesa de 1 de dezembro de 1640. Por outro, põe em evidência as tensões religiosas existentes na Europa de Seiscentos, em geral, e o papel da Inquisição nos Impérios ibéricos, em particular. Se o convívio entre comunidades luteranas, católicas e judaicas era problemática, devido à intolerância, ao preconceito e à cobiça, o distinto papel que os dominicanos assumiam no Tribunal do Santo Ofício relativamente aos jesuítas é bem reveladora do estado de espírito que presidia as suas ações e motivações.

Articulado em dois volumes, o romance *Regressos* espraia-se em dois cenários distintos: a intriga do primeiro volume desenrola-se em partes da Europa ao passo que, no segundo volume, a ação ocorre em várias regiões do Brasil. Num primeiro tempo, o romance dá a ver alguns processos que permitiram a independência do reino de Portugal face a Castela, reflete a guerra luso-holandesa, espelha a difícil convivência entre confissões religiosas e a problemática aceitação da diferença. Num segundo tempo, a narrativa expõe os problemas resultantes de um vasto império por reorganizar com meios limitadíssimos, a necessidade de definir as fronteiras do Brasil e de defender o seu litoral das investidas de franceses e de holandeses, a urgência de criar uma ligação forte com os colonos portugueses por lá estabelecidos.

A ligar os dois volumes está o herói, Carlos de Bettencourt. É ele quem nos dá a perspectiva de todas as situações enunciadas, é ele o fio condutor da narrativa, é ele, na trama, o centro das atenções que interpela o leitor com o seu modo de ser, de agir e de pensar: o enredo expõe os seus valores, ilustra os seus desafios, encena as suas missões e relata as suas peripécias. Em torno dele, giram as questões que se punham à época retratada mas que se colocam, concomitantemente, à consciência humana de todos os

tempos. António Loja, na entrevista que nos concedeu, explica a importância dos protagonistas na economia do romance *Regressos* do seguinte modo:

Regressos é uma obra de ficção. Os seus personagens principais (Carlos Bettencourt e a sua família de Machico, assim como Miriam Post e a sua família de Amesterdão são figuras de ficção que acrescentei ao elenco de figuras históricas, estas que, sem contradição com a realidade histórica da época, garantem não a verdade narrada no romance mas a sua plausibilidade.

Note-se que, no caso da escolha do patrócnimo Post, esse nome permite fazer uma ligação ao pintor holandês que existiu de verdade, Frans Post, apresentado na obra de ficção como primo da figura imaginária, Miriam Post.

A leitura destes três romances convida-nos a refletir sobre o estudo do sujeito madeirense, individual ou coletivo, nas suas relações com o torrão natal e com o mundo, nomeadamente nos planos afetivos, intelectuais e espirituais. Explorando os imaginários patentes nas obras em foco, procuraremos identificar temas e motivos estruturantes, relações interpessoais, tendências discursivas e os exemplos de vida que os narradores submetem à consideração do leitor. Oscilando entre verdade histórica e simulação romanesca, as obras selecionadas ilustram o trabalho fundador, os desafios pessoais e coletivos de homens e mulheres que representam a Madeira, contribuindo para mostrar o papel que desempenharam na construção do espaço lusófono, em geral, e na cultura madeirense, em particular. Os protagonistas madeirenses dos romances em estudo tem em comum fazer da adversidade uma oportunidade para se afirmarem. A família, ligada por profundos laços afetivos, apresenta-se como princípio basilar do equilíbrio individual e da coesão social.

Finalmente, este trabalho reporta, em anexos, imagens que ilustram referências históricas exploradas nas ficções romanescas em análise, assim como uma entrevista inédita a António Loja, realizada em dezembro de 2015, com base num guião semi-dirigido por nós elaborado; o escritor fez-nos chegar, por escrito, as respostas às quinze questões que tínhamos para lhe colocar.

Apesar de as perguntas serem feitas e direcionadas para dar resposta às nossas dúvidas e/ou curiosidades sobre o romance *Regressos*, outras perguntas permitiram

também entender a posição do autor sobre a questão do romance histórico e sobre o contributo que a História teve na sua vida e na sua escrita.

PARTE 1

Contextualização e problematização do romance histórico

[C]haque époque se fabrique mentalement sa représentation du passé historique. Sa Rome et son Athènes, son Moyen Âge et sa Renaissance.

Lucien Febvre⁵

Na viragem do século XIX, foram vários os fatores que contribuíram para o sucesso do romance histórico na Europa. O abalo social que surgiu a partir de 1789 favoreceu o surgimento de uma cultura burguesa que estatuiu o romance como gênero literário de eleição. A narrativa de ficção mantinha vínculos evidentes com os destinatários porque a leitura se fazia mais fácil. Além do mais, o derrube das monarquias absolutas, no seguimento das invasões napoleónicas, a ascensão de uma cultura urbana, o movimento crescente do liberalismo, juntamente com o progresso tecnológico e científico, contribuíram para o desenvolvimento do gosto pela História. Esta disciplina assumia-se, cada vez mais, como uma ciência, afastando-se, assim, dos relatos tradicionais, acríticos, ao ponto de conterem por vezes elementos improváveis ou fantasiosos, que então circulavam nas esferas sociais. A essa nova tendência e expressão se atribuirá o designativo de Romantismo. Como sustenta Maria de Fátima Marinho:

O interesse pelo passado, sobretudo nacional, é um dado inquestionável de toda a estética romântica. É do conhecimento geral, que é no início do século XIX que os estudos históricos ganham um relevo diferente do das épocas passadas e que começa a haver uma séria preocupação em estabelecer a cientificidade de uma disciplina que, até então, tinha vivido muito da confusão entre a lenda e a realidade (...). Não é menos verdade que uma certa efabulação com

⁵ Lucien Febvre, *Le Problème de l'Incroyance au XVI^e Siècle - La Religion de Rabelais*, Paris, Albin Michel, 2003, p. 12.

base histórica, isto é, a criação de universos, simultaneamente fictícios e referenciais, foi também uma constante de um período específico do Romantismo europeu e português. (Marinho, 1992: 97)

Era, pois, através da História que se empreendia uma nova visão do mundo impulsionado pelo discurso sobre o que aconteceu e acontece com o Homem. Sustentando a sua reflexão nos estudos de Wittmann (1987), Maria Lúcia Dias Mendes tece, a esse respeito, o seguinte comentário:

A História, para os românticos, era a lente preferida para compreender o mundo, também é sabido que o interesse pela história vinha ao encontro do novo perfil do leitor. Após a Revolução Francesa e a instituição do ensino laico e obrigatório, há um aumento do número de leitores e uma consequente mudança de interesse, o público do classicismo, afeito às discussões sobre poéticas, de gosto refinado conhecedor das novidades na Arte, torna-se um público burguês, sem formação literária, em busca, sobretudo, de uma forma de lazer. (Mendes, 2008: 1)

Além dos referidos fatores, Luísa M. Antunes Paolinelli, em *O Romance Histórico e José de Alencar*, aponta mais alguns que contribuíram para o sucesso dessa linha romanesca:

A concepção e popularidade do romance histórico relacionam-se intrinsecamente com factores de diversas ordens que, de uma forma ou de outra, ditaram o nascimento e a sorte deste particular modo romanesco, tal como, entre outros, a dinâmica cultural ligada à conjuntura específica do mundo ocidental nos finais do século XVIII, inícios do século XIX, a reabilitação do romance, a afirmação da imprensa periódica e o desenvolvimento da ciência histórica. (Paolinelli, 2004: 17)

Por fim, não podemos descurar o pendor patriótico que se fazia sentir e a preocupação pedagógica de então. A certeza de que as ocorrências do passado eram indispensáveis à justificação da legitimidade de uma nação e à compreensão da sociedade atual levou a que o discurso da História fosse incluído, por muitos escritores,

nas suas obras romanescas. Pretendiam, assim, dar a conhecer os episódios longínquos – ora fundadores, ora momentos de viragem históricos significativos – e, através das circunstâncias evocadas, evidenciar também as qualidades ou defeitos da época presente.

1.1 – O romance histórico de molde tradicional

O romance histórico começou a repercutir-se no âmbito literário com *Waverley*, de Walter Scott (1771-1832), publicado em 1814. Efetivamente, o escritor escocês abriu portas e inspirou outros autores, um pouco por todo o lado, na Europa e nas Américas, à medida que essa mudança de paradigma sociocultural e estético, denominada de Romantismo, se foi espalhando pelo mundo ocidental.

De acordo com Sampaio Bruno, Victor Hugo (1802-1885) foi um dos autores marcantes para o romance histórico em Portugal, com a obra *Notre-Dame de Paris*, editada em 1831, embora estivesse ciente de que nenhum texto posterior se aproximasse dos parâmetros de fidelidade de Scott, seja nas descrições, seja nos detalhes empíricos sociais: “Ora, foi n’este livro typico de Nôtre Dame que se fundamentou toda a renovação do romance em Portugal” (Sampaio, 1886: 11). Muitos foram os autores portugueses que enveredaram por esta tendência. Em Portugal, homens das letras, como Almeida Garrett (1799-1854), Alexandre Herculano (1810-1877), Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871), ou, posteriormente, Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), ensaiaram-se na escrita do romance histórico. As temáticas inerentes a este subgénero, tais como a reconquista cristã e a formação de Portugal, o início do povoamento e colonização do Brasil (1530-32), a perda da independência de Portugal (1580), a Restauração (1640) ou o terramoto de Lisboa (1755), reverberavam não só o contexto cultural e literário nacional, como também as preocupações dos autores sobre o país, impulsionando a escrita de romances e a escolha dos seus temas.

A temática envolvente do romance é o que distingue a maioria dos autores. Uns optam por um passado remotíssimo, outros deixam-se seduzir pelo medievalismo e há ainda aqueles que se inclinam por temas históricos relativamente recentes: uma guerra, um cataclismo, uma conquista ou uma defesa heroica e vencedora. Além da escolha do

pano de fundo, compete ao autor responder ao desafio de cativar o leitor pelo modo como conta a História através de histórias. Maria de Fátima Marinho traduz essa constatação da seguinte forma:

No século XIX, é a efabulação (a invenção) que se destaca, permanecendo a História numa espécie de cenário a que se faz apelo para criar a indispensável cor local que, minimamente, pode justificar a actuação de determinada personagem. (Marinho, 1999: 47)

Com efeito, a construção de personagens cativantes, que servirão de pontos de ancoragem na economia do romance, é processo indispensável para a elaboração do texto. O herói ou o grupo de protagonistas constitui o fio condutor que orientará o leitor pelos meandros da intriga, numa sugestiva viagem a tempos pretéritos, num cenário verossímil e reconhecível por ele, visto ter provavelmente a visão de vestígios e o conhecimento de testemunhos desse passado.

Neste subgénero literário, a História constitui o mote e a fonte primária de inspiração para que os romancistas possam desenvolver a sua narrativa. Todavia, os estudos disponíveis sobre estas questões revelam-nos que os autores, quer escritores, quer historiadores, se enfrentavam no modo como faziam dialogar a História com a reconstituição e tratamento que lhe conferiam nos seus escritos.⁶ No entanto, parece haver concordância na sua interpretação, conforme se pode observar na seguinte afirmação de Sílvia Helena Niederauer:

Ambos pretendem representar a realidade e são construídos por meio da linguagem, estruturando-se em relações temporais e espaciais. Entretanto, se a história parece vir assinalada pela competência em reconstruir factos e feitos do passado remoto ou recente, buscando apreender significados, essa é uma tarefa da imaginação do presente

⁶ Como recorda Niederauer (2007: 23), esta controvérsia fora já abordada por Aristóteles, visto que as primeiras tentativas em redor da história e da literatura haviam sido debatidas no repertório linguístico do filósofo grego, defendendo que a poesia por descair pela verossimilhança pretendida acarreta uma universalidade e elevação maiores, contrariamente à história que, condicionada pelos factos passados, apenas realça uma realidade já explorada e não universal. Segundo o discípulo de Platão, ao criador não só compete “narrar exactamente o que aconteceu, mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (...) diferem em si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido” (Aristóteles, 1964: 278, *apud* Niederauer, 2007: 23).

que, quando se lança à interpretação dos factos e acontecimentos, se submete ao recurso das fontes documentais. (Niederauer, 2007: 22)

A partir do exemplo de Walter Scott, uma das vias tomadas pela arte romanesca visa recriar épocas e universos outrora vividos, através da História, procurando reduzir à produção escrita a idoneidade dos factos reais. Descrevem-se vivências, episódios e personagens com a mesma exatidão patente nos manuscritos históricos então conhecidos. Como foi Walter Scott quem lançou as bases dessa modalidade literária, parece-nos difícil ignorar os seus pressupostos e definições se queremos entender o conceito de romance histórico. É certo a teorização dessa veia romanesca ter suscitado controvérsias entre estudiosos. Todavia, as várias possibilidades de definição apontam para a vertente referencial e sua representação no texto literário, bem como para o afastamento temporal entre o tempo de escrita e o desenrolar da narração.

Walter Scott afirmava ser necessário, para um romance merecer o qualificativo de histórico, um intervalo de largos anos para se obter um distanciamento substancial em relação a esse mesmo passado, porque só assim se alcança uma margem de perspectiva crítica para entender o momento temporal em que decorre a ação (Scott, citado por Marinho, 1999:11).

Em *The English historical novel: Walter Scott to Virginia Woolf*, um estudo clássico sobre o romance histórico inglês, Avrom Fleishman sugere que são necessários duas gerações que medeiem entre o momento cronológico da ação e a escrita do livro. Reconhece, assim, a necessidade de socorrer-se de pessoas ou acontecimentos reais na criação literária, a fim de criar e atribuir uma maior credibilidade ao texto (Fleishman, 1972: 34). Para Harry Shaw, o autor do ensaio *The Forms of Historical Fiction: Sir Walter Scott and his successors*, o romance histórico deve, ao nível do processo narrativo, servir-se da ficção, procurando assuntos inequivocamente distintos da realidade narrada (Shaw, 1983: 83). Na ótica de Michel Vanoosthuyse, a narrativa literária com fundo histórico constitui um género híbrido, na medida em que da sua essência é próprio a mistura da ficção, inseparável do romance, e de verdade implícita, atributo do discurso histórico. A observação que se segue ilustra, pois, esse propósito:

Le roman historique ne trouve de légitimité qu'à être d'abord substantif ou d'abord adjectif, d'abord "roman" ou d'abord "historique". Il lui faut être "fidèle" à l'histoire ou, au contraire, lui

faire des infidélités au nom de cet objet supérieur qu'est la poésie.
(Vanoosthuyse, 1996: 15)

Os três ensaístas convergem na ideia de que ao autor de romances históricos compete dosear a liberdade criativa de escritor, aliado às limitações de historiador, e a busca de factos objetivos, concretos de uma época passada.

Num romance histórico tradicional, destaca-se a descrição minuciosa dos factos históricos e sociais das massas e secundariza-se a evolução das personagens. Os autores vão alternando personagens inventadas e figuras históricas, dando primazia a umas, minorando outras, de acordo com as suas convicções. Uns atribuem os papéis principais da narrativa de ficção a personagens fictícias ou idealizadas, como faz Alexandre Herculano na senda de Walter Scott. Outros, como Alfred de Vigny (1797-1863), sem deixar de preferir a liberdade criativa do romancista ao escrúpulo do investigador, recorrem a personalidades da História para projetá-los como heróis nos seus romances. Tal processo inovador vai, por um lado, contribuir para criar um género híbrido entre o romance e a História, por outro, dar origem a um desfasamento entre o facto histórico e a ação.

Nem só de figuras heroicas se vai alimentando o romance histórico; a incursão pela tradição, pelas lendas ou por assuntos de inspiração popular, sem fundamento científico, pode também servir de premissa para o cultor do romance histórico, como sublinha um dos seus precursores em França, o já referido Alfred de Vigny:

Examinez de près l'origine de certaines actions, de certains cris héroïques qui s'enfantent on ne sait comment : vous les verrez sortir en eux-mêmes autre chose qu'une ombre de vérité; et pourtant ils demeureront historiques à jamais. (Vigny, 1863: 7, *apud* Marinho, 1999:55)

Com base nessa doutrina estética enunciada por Vigny, escritores do Romantismo europeu vão desenvolver as suas narrativas, colocando uma personagem fictícia no centro da ação e, em plano menor, mas não menos importante que esta, as figuras históricas. Gyorgy Lukács expressa de forma explícita o problema da liberdade literária que o autor enfrenta, quando enfatiza:

Il n'importe donc pas dans le roman historique de répéter le récit des grands événements historiques, mais de ressusciter poétiquement les êtres humains qui ont figuré dans ces événements. Il importe de nous faire revivre les mobiles sociaux et humains qui ont conduit les hommes à penser, sentir et agir précisément comme ils l'ont fait dans la réalité historique. (Lukács, 1997: 43-44)

O crescente interesse pela literatura de fundo histórico é acompanhada também pela multiplicidade de aceções que confere ao romance histórico um carácter abrangente e universal. A esse respeito, Maria de Fátima Marinho observou: “Quase todos os autores que se debruçaram sobre este problema tentaram encontrar definições mais ou menos satisfatórias ou rigorosas, mas que na essência não se afastam muito umas das outras” (Marinho, 1999: 13).

Embora cada teorizador detenha um ponto de vista próprio relativamente à conceção historiográfica, a verdade é que não se afasta da definição *standard* impulsionada pelo modelo scottiano. Como já visto, Walter Scott advogava que este veio literário assenta no distanciamento temporal entre o momento em que é escrito e o desenrolar da ação. Maria de Fátima Marinho partilha dessa premissa, ao sustentar que as “definições do romance histórico têm sido várias, mas, em geral, todas elas assentam no recurso ao real e à sua representação e na distância temporal entre o tempo de escrita e o desenrolar da diegese” (Marinho, 1999: 18).

Assim sendo, será possível esboçar uma tipologia de ficções históricas? Tal é a pergunta a que Joseph Turner se propõe responder, em “The Kinds of Historical Fiction: an essay in definition and methodology”, de 1983. Nesse artigo apresenta uma visão tipológica particular do romance histórico tradicional, apontando a seguinte ordenação tripartida: a) o romance baseado em figuras históricas e cuja ação encaixa na cronologia e nos factos comprovados; b) a recriação histórica, em que o romancista varia entre a tarefa de narrador ardiloso e a sua veia de inventor; c) o romance histórico inventado, em que o narrador desempenha o papel de historiador, e cujas afirmações simulam uma realidade extratextual (Turner, 1983: 13).

Por seu lado, Harry Shaw ensaia, em *The Forms of Historical Fiction – Sir Walter Scott and his successors*, uma outra possível categorização. Para este estudioso, os romances podem ser divididos em função da história assumida no interior da diegese:

a) se a narrativa tiver uma forte vertente ficcional com um acentuado pendor comovente, temos a configuração de um drama; b) se o assunto do romance versar principalmente sobre o passado, estamos perante a história como tema fulcral (Shaw, 1983: 46). O ensaísta faz ainda a seguinte distinção: quando a narrativa, protagonizada pelo herói, se confunde com a História, estamos diante de um romance conjuntivo, e quando o oposto se verifica, ou seja, quando as vicissitudes históricas não interferem no rumo do herói, temos, um romance disjuntivo. Esta diferenciação é, acima de tudo, operacional no âmbito do romance tradicional, embora as mesmas coordenadas se estendam ao estudo de romances pós-modernos (Shaw, 1983: 74).

Com este apanhado de algumas das características do romance histórico do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte no panorama ocidental fica claro que o romance histórico tradicional oferece um campo de estudo passível de desafiar ainda a reflexão da crítica literária, sobretudo se esta abranger a atividade literária de meios culturais negligenciados, como a de países de reduzida visibilidade na cena internacional, ou a de regiões que os grandes centros de produção e difusão cultural desconsideram.

Quando começaram a aparecer romances históricos no mercado livreiro português, as respetivas capas ostentavam títulos ou subtítulos que denunciavam a sua linha narrativa, como se prova com *Eurico, o Presbítero: época visigótica*, publicado em 1844, de Alexandre Herculano, com *O Arco de Sant`Ana: crónica portuense*, cujo primeiro volume sai em 1845 e o segundo em 1851, de Almeida Garrett, ou, mais tarde, com *O Rancho de Carqueja: tentativa de romance histórico*, de 1904, de António Francisco Barata (1836-1910). Outra particularidade são os títulos que remetem para acontecimentos e/ou situações históricas, tal acontece em *O Soldado de Aljubarrota*, saído do prelo em 1857, de Maria do Monte de Sant`Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt⁷ (1823-1884), e em *O Terramoto de Lisboa*, publicado em 1874, de Pinheiro Chagas.

⁷ Essa autora, natural da Madeira, será uma das primeiras mulheres de nacionalidade portuguesa a escrever romances históricos. Estreou-se com a narrativa, publicada em Lisboa em 1855, *O Cura de São Lourenço*, cuja ação se desenvolve em contexto histórico da França.

O autor do romance histórico afirma-se, assim, como um pseudo-historiador que encaminha o leitor numa viagem pelo passado, através da História, dos arquivos e das várias referências a esse tempo pretérito.

Enquanto subgénero híbrido, o romance histórico não deixa de suscitar equívocos no que toca à sua receção e classificação. Todavia, como observa Richard Stein, a respeito da obra scottiana, os acontecimentos históricos não destoam da ficcionalidade, porque, além do obrigatório fundo factual, não deixa de haver fantasia na elaboração romanesca (Stein, 1981: 51). Contudo, o leitor informado pode ser levado a questionar e a julgar as escolhas no que toca ao núcleo da intriga. Na maioria dos casos, ele conhece o fundo histórico que está por detrás da ação parcialmente (re)criada e, como tal, é-lhe inevitável fazer o paralelismo entre a História e a Ficção. De acordo com o grau de conhecimento histórico de que dispõe, o leitor pode até pôr em causa o livro que folheia, caso a ação se afaste dos dados históricos que tem em mente. Casos houve, há e haverá em que o leitor se depara com uma cenografia literária que resvala para a modernização do passado: dificilmente a ficção histórica escapa ao anacronismo, ao artificialismo ou ao convencionalismo ditado por certas estratégias narrativas. Sobre esta eventualidade também se pronunciou Rogério Puga: “As expectativas do leitor, baseadas na história real poderão, assim, levá-lo a criticar o desvio do romance em relação à mesma, relegando para segundo plano o estatuto predominantemente ficcional” (Puga, 2006: 51).

Em síntese, o romance histórico não exige nem sugere uma análise aturada do contexto histórico na sua fusão com a ficção, mas antes uma observação cuidada que correlaciona os componentes históricos com as estratégias narrativas que dinamizam a diegese. A fidedignidade da verdade histórica (ou a falta dela), segundo Wolfgang Iser, não retira o mérito da obra, uma vez que o romancista se apresenta como um narrador arrojado e não como um historiador rigoroso, que procura descrever o meio circundante e o papel da história como matéria da ficção (Iser, 1974: 87). Rogério Puga vai no mesmo sentido, quando enuncia:

Se, por um lado, os elementos históricos não se sobrepõem à dimensão ficcional do romance histórico, por outro, analisar a obra sem recorrer à contextualização histórica seria uma tarefa lacunar (...). Muita da riqueza e do significado da obra se perderiam, uma vez que a

essência do subgénero reside na hibridez que surge da fusão premeditada da História com a ficção. (Puga, 2006: 57)

Em suma, como vimos, o romance histórico de molde tradicional foi-se perpetuando continuamente, ocupando o último quartel do século XIX e o início do século posterior. Vários foram os caminhos percorridos e diversos foram os objetivos dos romancistas e poetas no seu compromisso com a História e a Ficção. Em comum todos eles partilhavam a mesma finalidade – uns mais que outros – de invocar a instabilidade e a incerteza da memória coletiva e do passado na idealização do romance histórico.

1.2– O romance histórico contemporâneo

O romance histórico das últimas décadas apresenta oscilações em relação ao seu congénere de configuração romântica, não só devido às novas concepções da História, como também graças às renovações formais e conteudísticas de que o Romance beneficiou ao longo do século XX.

Dos últimos anos do século pretérito a esta parte, o romance histórico voltou a suscitar interesse e a atrair novas audiências. Dado o sucesso editorial de vários romances históricos, tornou-se um filão literário, à semelhança de outros subgéneros como o romance policial, o romance de espionagem, a ficção científica, a ficção política ou o romance sentimental. Esta particularidade romanesca é uma tendência mundial e Portugal não foge à regra. Vários escritores têm vindo a explorar o passado, estabelecendo deste modo um diálogo com a História: figuras e factos de outrora são encenados, revisitados, questionados; fontes historiográficas oficiais são examinadas, discutidas ou parodiadas.

Podemos observar no romance histórico contemporâneo duas tendências: uma via tradicional, assente no respeito pelos modelos consagrados oitocentistas, e uma via inovadora, empenhada na busca de novos processos discursivo-narrativos.

Com o surgimento do romance histórico, no início do século XIX, grande parte dos historiadores questionava a credibilidade dos factos, apelando à necessidade de averiguar a autenticidade dos mesmos com o intuito de provar, através da documentação

existente, que se tratava de uma verdade e não de uma ilusão. Por exemplo, uma das estratégias narrativas que autores seguiam era a de principiar o romance com a descoberta e leitura de um documento antigo ou de uma “crónica” até então desconhecida. Não é de estranhar, como observa Priscilla de Oliveira Ferreira, que o “positivismo e o seu cientificismo acabam consolidando a teoria de que a literatura não servia como fonte de conhecimento, já que misturava factos reais e imaginários” (Ferreira, 2009: 3).

Este ideal predominou em toda a segunda metade do século XIX e vigorou até ao início do século XX, quando novos pressupostos ganhavam relevância e novas interrogações se impunham, concomitantemente. A História deixava assim de ser o único elemento preponderante de verdade absoluta, cedendo espaço a (re)nova(das) teorias literárias. Numa dialética entre Literatura e História, o conhecimento das ocorrências do passado não deixa de constituir a base para a criação literária de uma ficção, mas alguns autores passam a trabalhar as dúvidas que esse conhecimento levanta: o ponto de vista oficial da História, as suas zonas de sombra e os processos de interpretação que a informam. Nalguns casos, autores há que partilham com os leitores, através da narração, as reflexões que vão tendo sobre o significado da abordagem literária que empreenderam. A esse respeito, veja-se a observação de Gerson Roani:

O surgimento da história nova trouxe consigo a certeza de que a ressurreição integral do passado, pretendida pelos historiadores não pode ser plenamente concretizada, pois existem lacunas, fendas, vazios e silêncios que são irrecuperáveis por mais rigorosa que seja a investigação histórica (...) em história, tudo é discurso sobre algo que aconteceu ou que acontece com o seu humano. Discurso elaborado através de uma narração que, imaginariamente, no momento presente, lança-se (sic: norma português do Brasil) à tentativa de resgatar e recompor o real do tempo passado. (Roani, 1998: 31)

Com efeito, a produção literária veio, no Portugal dos anos seguintes à Revolução de 1974, transformar a visão que a esfera social tinha da História. Nas décadas de 80 e 90, a opção pelo cenário histórico, uma sempre possível fonte de inspiração na criação ficcional, pressupunha por parte dos romancistas uma nova abordagem: o romance histórico não apresenta mais o carácter tradicional que o

singularizava no século passado para dar prioridade a uma literatura virada para um pensamento mais crítico. Essa escrita ficcional procurava, por um lado, compreender a realidade histórica com os seus limites e, por outro lado, resgatar um momento fulcral deveras importante da História de Portugal, como sublinha Priscilla de Oliveira Ferreira no seu estudo, quando afirma: “A presença da História em termos de resgate, representação e problematização do passado português é característica da geração que começou a produzir após a Revolução dos Cravos” (Ferreira, 2009: 7). A Literatura Portuguesa do final do século XX é, pois, marcada pela relação dialógica com a História, na qual se confrontam dois axiomas, “a verdade histórica e a verdade da ficção, em que a segunda presentifica e critica a primeira, no resgate da identidade” (Tutikian, 2002, *apud* Ferreira, 2009), no seu artigo “Entre o nevoeiro, a imobilidade e o sonho: a reconstrução da identidade”.

Não é raro encontrar, em prefácios, introduções ou posfácios, reflexões de romancistas sobre o trabalho ficcional e sobre a fusão entre Ficção e História. A título de exemplo, Agustina Bessa-Luis realça que a “história é uma ficção controlada. A verdade é coisa muito diferente e jaz encoberta debaixo dos véus da razão prática e da férrea mão de angústia humana” (Bessa, 1983: 224). Por sua vez, Maria Isabel Barreno afirma que a ficção também tem uma quota-parte de verdade: “a fantasia pode ser mais verdadeira do que os factos, e que tal escolha não se impõe ao escritor, pois as palavras são o único meio humano que atravessa e une os tempos e distância” (Barreno, 1994: 21). Mário de Carvalho corrobora esta conceção quando refere que “a imaginação também é amparo da verdade” (Carvalho, 1994: 26). Neste prisma, torna-se aceitável o carácter ficcional de que procede qualquer narrativa histórica.

Todavia, a História passa a estar ao serviço da Literatura, cabendo à ficção respeitar o sentido histórico, conforme salienta Joseph Turner: “Whether or not his novel is “good” history does not matter; the important requirements (...) is that should make “historical sense” in a thematic or symbolic way” (Turner, 1983: 341).

A ficção histórica revela, assim, o seu carácter paradoxal: por um lado, temos a imprescindível veia da ficção e, por outro, a veracidade atestada através dos factos plausíveis de outrora. Não são poucos, com efeito, os romances em que o narrador se preocupa em afirmar a verdade proveniente da História para, através desse conhecimento e imbuído da lógica ficcional, produzir uma obra original.

Como ficou demonstrado, não há um modelo unívoco e/ou estereotipado de romance histórico. Cada autor segue a metodologia que mais lhe convém. Uns apostam em fórmulas mais tradicionais e outros enveredam por formas discursivas próprias da contemporaneidade, sendo que se valham, muitas vezes, da metalinguagem ou da desconstrução das versões oficiais. Não podemos afirmar que a primeira é mais aconselhável do que a segunda ou vice-versa. O certo é que o romance histórico tradicional nunca deixou de servir de referência para os cultores dessa modalidade narrativa. Não menos certo é o facto de a História nunca ter deixado de constituir o universo dessa forma romanesca.

O romance histórico do século XXI continua, muitas vezes, a resgatar o modelo clássico da ficção histórica, recorrendo ao uso abusivo do passado, como sublinha Maria de Fátima Marinho:

Se os propósitos de quem usa a História em textos que não se pretendem propriamente fazer estudos científicos e rigorosos, é o de legitimar comportamentos, opções ou, até, códigos nacionais, que necessitam da construção de um passado, verossímil, mas não necessariamente, verdadeiro, então não será de estranhar que apareçam textos, de credibilidade duvidosa, mas, inegavelmente, fundadores de paradigmas essenciais. (Marinho, 2008: 7)

Com efeito, não é raro depararmo-nos com romances históricos que seguem um estilo mais tradicional, cujo narrador procura evidenciar um momento particular da História, contextualizando a obra dentro de um tempo e espaço que escolheu, e, a partir desse momento, cria o seu próprio universo ficcional. O romance *Equador*, lançado em 2004, de Miguel Sousa Tavares, constitui um bom exemplo disso. O cenário assenta num episódio particular da História de Portugal, mas o enredo é fruto da imaginação do romancista combinada com inspirações várias, desde o conhecimento do território arquipelágico onde se desenrola a trama (a antiga colónia portuguesa de São Tomé e Príncipe) ao respeito pelos dados históricos de que o escritor dispõe, após consulta de fontes documentais e ensaísticas em arquivos e bibliotecas.

Contudo, apesar de o seu romance apresentar uma carga historiográfica não negligenciável, Sousa Tavares salientou que não se considerava historiador, mas sim romancista, esquivando-se, desta feita, das críticas que sobre ele recaíram quando

leitores conhecedores da época retratada detetaram algumas inexatidões históricas na referida obra. Naturalmente, a sua pretensão não era igualar-se a Walter Scott, nem a Vigny na construção da verdade histórica, mas sim apresentar, ao seu estilo, um convincente romance histórico contemporâneo, dentro de um modo tradicional.

Assim, podemos depreender que o romance histórico vai persistentemente oscilando entre o real e a ficção controlada, na qual: “O romancista sabe que só poderá construir o seu passado se aceitar o desafio da dialéctica entre o verdadeiro e o verossímil, ou entre o que ele realmente viu documentado e o que imaginariamente afirmou ter visto” (Marinho, 1999: 99).

No entanto, apesar de essa factualidade constituir uma regra habitual e extensível a muitos romancistas, a verdade é que muitos deles optam por retomar o hábito antigo de recorrer às verdades dos manuscritos para enriquecer sobremaneira o seu romance.

A era pós-moderna surge na esfera literária como um desafio à estética modernista, onde as formas narrativas e os procedimentos linguísticos típicos ganham uma nova roupagem. Estão, assim, criadas as condições para que o romance histórico possa prosperar.

O pós-modernismo na teoria da cultura hodierna é ainda relativamente recente. Emergiu no final dos anos 50, e se desenvolveu durante a década de 60. Trata-se de um conceito que foi recolhendo um grande número de estudos, e com isso se propagando no microcosmo literário (Ceia, 1998: 12).

De acordo com Carlos Ceia, o pós-modernismo “é uma aporia terminológica que, para compreendermos o seu significado, nos obriga a especular sobre cada um dos seus elementos de composição lexical: o “pós”, o “moderno” e o “ismo”. Cada um destes elementos vale uma teoria. Moderno quer dizer de imediato e na origem: do tempo presente” (*Ibidem*: 18). Este estudioso mostra, assim, uma relutância em aceitar o termo, visto que o *ismo* deste paradigma compreende muitas possibilidades de conceptualização e aplicação. Daí Carlos Ceia afirmar que “o pós-modernismo é um fenómeno tão indefinível como complexo e cheio de incertezas...” (*Ibidem*: 11).

Frederic Jameson é categórico quanto ao futuro do romance histórico. Perante essa reestruturação, fruto de novas e originais abordagens quanto à referência histórica deste género romanesco, o ensaísta acredita que o romance histórico contemporâneo,

inserido na era pós-modernista, estimula o questionamento e a perplexidade. Assim, renova-se um gênero já gasto pela literatura, como se pode comprovar nesta afirmação: “Ela é importante sobretudo como uma dúvida e uma hesitação que nos preparariam para o devido espanto diante do renascimento do gênero (sic: norma do Português do Brasil) na pós-modernidade” (Jameson, 2004: 201).

A nova estratégia narrativa emergente vem pôr em dúvida o papel da História que cada vez mais se vê questionada e parodiada. Essa interrogação e esse efeito parodístico, juntamente com a dificuldade crescente de atestar os referentes históricos, nos textos, por exemplo, são características que denunciam a passagem de um romance histórico tradicional para o romance pós-moderno.

Com efeito, a metaficção historiográfica recorre à ironia e à paródia na tentativa de reinterpretar os sucedimentos históricos e de caracterizar as personagens por meio de atitudes, comportamentos e motivações. Segundo Rogério Miguel Puga, uma outra singularidade do padrão pós-moderno prende-se com “a focalização múltipla em torno de um acontecimento e a negação de uma interpretação una, a favor da relatividade e da pluralidade de pontos de vista” (Puga, 2006: 70).

O romance histórico pós-moderno é, pois, encarado, segundo Elisabeth Wesseling, como “a tertiary form of the historical novel” (Wesseling, 1991: 24). No estudo desta ensaísta, intitulado “Writing history as a prophet: postmodernist innovations of the historical novel”, o passado só nos chega através da ficção e nunca pelo testemunho dessa experiência.

No que diz respeito ao modelo português, a seguinte afirmação de Linda Hutcheon parece aplicar-se ao romance histórico surgido nas últimas décadas do séc. XX no mercado editorial nacional: “By this i mean those well-known and popular novels which are both intensely self-reflexive and yet paradoxically also claim to historical events and personages” (Hutcheon, 1988: 5). São disso bom exemplo alguns romances publicados nos anos 89 e 90 do século passado, como *O Memorial do Convento* (1982), de José Saramago, *A Paixão do Conde de Fróis* (1986), de Mário de Carvalho, e *As Naus* (1988) de António Lobo Antunes.

Nesse sentido, o romance pós-moderno não só é um meio de apurar a veracidade de outrora, como averiguar a possibilidade de projetar ou alastrar um conhecimento a outras perspectivas epistemológicas ou políticas.

A História transforma-se num artifício narrativo através dos jogos de anacronia e do (re)aproveitamento de elementos extratextuais para criar um mundo possível ficcional que serve, não para complementar, mas, em parte, para (re)pensar, complementar e ficcionalizar a realidade. (Puga, 2006: 80)

Em suma, o romance histórico leva-nos a interrogar, como sublinha Puga, o modo como o discurso do passado revela a realidade e de como esta se torna ficção no presente.

1.3 – O romance histórico e a ficcionalização da História da Madeira

A importância da História na narrativa ficcional esteve desde cedo enraizada na componente literária madeirense. À semelhança dos moldes internacionais, embora estivesse sujeita a limitações várias, não deixou de se multiplicar no espaço insular e de constituir matéria nas narrativas históricas de autores afetos à Madeira. À medida que a História do Arquipélago foi sendo estudada, discutida e valorizada, perspetivando-se a sua importância e as suas particularidades no contexto da História nacional, europeia e universal, é natural que temas, personalidades e episódios do passado remoto ou mais recente suscitasse a curiosidade de madeirenses e alimentassem a imaginação dos contadores e recriadores de histórias. Pois, como repara Rogério Miguel Puga:

O (con)texto ficcional da narrativa ganha forma também a partir do estudo da História, sendo complementado através da referência à investigação arquivística e da relação de intertextualidade que a obra estabelece com vários textos etnográficos, historiográficos e literários. (Puga, 2006: 24).

Em relação à Madeira, muitos géneros discursivos tiraram a sua matéria da História. Assim, como sublinham Thierry Santos e Leonor Coelho, no ensaio “Função e representação da fidalga de Quatrocentos e Quinhentos na ficção literária madeirense” (Santos & Coelho, 2016: 78), as narrativas de carácter histórico que visaram celebrar ou

perspetivar episódios do passado insular ficaram devedoras de cronistas, poetas, historiadores, viajantes lusos ou estrangeiros, romancistas e dramaturgos locais e nacionais. Os temas declinam-se na crónica, na literatura de viagem (relato, correspondência, relação de bordo, diário de viagem, etc.), no livro de linhagem, no poema épico, na anotação erudita, no drama histórico, no conto e no romance. Sem pretender sermos exaustivos, importa sublinhar alguns nomes relevantes dessa galeria de autores e respetiva obra: o *Descobrimento da Ilha da Madeira*, de Jerónimo Dias Leite (o primeiro cronista madeirense, tendo sido escrita por volta de 1579), *Saudades da Terra* (escrita entre 1586 e 1590, saindo só em 1873 uma primeira publicação parcial da obra), do açoriano Gaspar Frutuoso (c. 1522 – c. 1591), a *Insulana* (1635), do vimeirense Manuel Tomás (1585-1665), os nobiliários de Henrique Henriques de Noronha (1667-1730), *Zargueida* (1806), de Medina e Vasconcelos (1768-1824), O *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-54*, da senhora inglesa Isabella de França (sendo publicado em português e em inglês somente em 1970), “Os Profetas” e “Os Piratas” (1867), de João Nóbrega Soares (1831-1890), os estudos da historiografia insular, como os do vila-franquense Álvaro Rodrigues de Azevedo (1825-1898), *A Mão de Sangue* (1874), de João Augusto de Ornelas (1833-1886) ou *Guiomar Teixeira* (1913), de João dos Reis Gomes (1869-1950).

Em 1921, sairá a obra de carácter enciclopédico, *Elucidário Madeirense* (1921), de Fernando Augusto da Silva (1863-1949), e Carlos de Azevedo de Meneses (1863-1928). Ao longo do séc. XX, multiplicam-se as narrativas (contos e romances, nomeadamente de Alberto Artur Sarmiento (1878-1953), João dos Reis Gomes, Pe. João Vieira Caetano (1883-1967), João França (1908-1996), Helena Marques (1935-) e José Viale Moutinho (1945-)), os periódicos (por exemplo, *Boletim do Arquivo Histórico da Madeira* e *Das Artes e da História da Madeira*) e os estudos que aprofundam o conhecimento sobre a História da Madeira, tais como *Ilhas de Zarco* (1940) do Pe. Eduardo Clemente Nunes Pereira (1887-1976) e *Ensaaios Históricos da Minha Terra: Ilha da Madeira* (1946) de Alberto Artur Sarmiento. A literatura de viagem com referência ao Arquipélago da Madeira é amplamente divulgada e estudada.

Assim, a atenção dada à História também se tem vindo a cultivar no espaço insular em causa, à semelhança do que se fazia no Continente português, pese embora a discrepância de meios técnicos e humanos e, por conseguinte, da capacidade de

produção de conhecimento científico. Além dos escritores afetos à Madeira por nela terem nascido e/ou vivido, que, como vimos, versavam sobre a realidade insular, sobre o seu povo e respetivas tradições, outros autores, motivados pela curiosidade que este pedaço atlântico de Portugal desperta, não deixaram de alimentar a temática madeirense. A ilha, como pano de fundo literário, ganhava importância no imaginário nacional e europeu: uma natureza edénica, lendas encantadoras, episódios históricos servem os propósitos de poetas e ficcionistas. *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões (1524-1580), e a *Epanáfora Amorosa* (1660), de Francisco Manuel de Melo (1608-1666) são disso bons exemplos. Já no séc. XIX, a narrativa⁸ (1826) em que Henry Nelson Coleridge (1798-1843) dá conta do seu encantamento pela freira Maria Clementina⁹, do convento de Santa Clara, o conto, inspirado no rapto de Isabel de Abreu, “Bem querer e mal fazer (Memórias insulanas)” (1843), de Mendes Leal Júnior (1818-1886), e o romance *O Santo da Montanha* (1866), de Camilo Castelo Branco (1825-1890), indiciam que esse lugar pode fornecer boas matérias e cenografias literárias. Nesse mesmo século e na primeira metade do século seguinte, escritores estrangeiros também não ficaram imunes ao encanto paradoxal de paraíso infernal de que a ilha atlântica se reveste: *Um Dia na Madeira: uma página de higiene no amor* (1868), de Paolo Mantegazza (1831-1910), *A Agência Thomson & Cia* (1907-1908), romance de Michel Verne (1861-1925), publicado, a título póstumo, sob o nome do pai, Jules Verne, *The Ace of Hearts – a Romance of Today* (1912)¹⁰, de Charles Thomas-Stanford (1858-1932), ou o *Vivre à Madère* (1953), de Jacques Chardonne (1884-1968) são algumas narrativas de ficção inspiradas pelas questões da época em cuja equação cabia a experiência – mais ou menos insólita – de uma estada na ilha em foco.

Tendo em conta o reduzidíssimo mercado de livros e leitores no séc. XIX e na primeira metade do séc. XX, o labor literário na Madeira é raramente gratificante. Além do significativo analfabetismo que levou tempo a ser contrariado, há a percepção – a

⁸ Coleridge, Henry Nelson, *Six Months in West Indies in 1825*, London, 1826.

⁹ V., a esse respeito, o artigo de António Ribeiro Marques da Silva, “O Funchal Romântico”, em Thierry Proença dos santos (coord.), *Margem 2*, n.º 25, Câmara Municipal do Funchal, 2008, p. 119-125.

¹⁰ Veja-se o artigo de Bernardo de Vasconcelos, “A Madeira, o Republicanismo e a Monarquia: discursos em conflito em *The Ace of Hearts* (1912) de Charles Thomas-Stanford”, em Thierry Proença dos Santos (coord.), *Margem 2*, n.º 25, Câmara Municipal do Funchal, 2008, p. 126-134.

julgar pelos testemunhos (e “desabafos”) de vários autores madeirenses desde então¹¹ –, de que boa parte da população insular manifesta um indisfarçável “desimpor”¹² da leitura e do livro, sendo mais favorável a uma cultura oral do que a uma cultura escrita. Os autores a viverem na ilha escrevem para círculos de amigos e pouco mais. Alguns, como Joaquim Pestana (1840-1909)¹³ e João dos Reis Gomes (1869 - 1950) colaboram também na imprensa de Portugal continental. O jornalismo é mais compensador do que a literatura. As poucas narrativas com pano de fundo madeirense que tiveram alguma projeção foram aquelas promovidas pela imprensa local, em formatos breves como o conto, a crónica ou o folhetim (forma seriada de literatura), que despertavam a atenção do leitor pelo facto de explorar, num registo ficcional, problemas e temas da sua terra. Esses escritores, para quem o repertório de temas insulares oferecia matéria passível de ser dignificada através da arte literária, de constituir alicerces para a institucionalização de uma cultura madeirense, não desistiam da ideia de fomentar uma literatura comprometida com a sua *Terra-Mater*: por um lado, legitimavam o passado histórico do Arquipélago e a identidade das suas gentes, por outro, tiravam satisfação em partilhar a sua arte de narrar histórias plasmadas em território insular com os seus conterrâneos.

Não podemos ignorar a mentalidade que regia a sociedade insular de então: uma predisposição social submetida aos ditames da ideologia e da moral vigente (família patriarcal, catolicismo conservador, elitismo, retórica nacionalista, determinismo sociológico decorrente dos privilégios de casta, hierarquia rígida). Por isso, qualquer desvio a este modelo era, à partida, mal aceite ou rejeitado. Convinha um estilo convencional e academizante, bem como abordagens esclarecidas, mas decorosas. Além disso, a maioria dos autores provinham das fileiras de padres, militares de carreira¹⁴,

¹¹¹ Veja-se, a esse respeito, a entrada “Periódicos Literários (séc. XIX-XX)” da autoria de Fernanda de Castro no *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, projeto Aprender Madeira, [on line, completar].

¹² Fomos sensíveis a esse termo, lido na imprensa regional dos anos 1930 e utilizado por Horácio Bento de Gouveia numa entrevista concedida ao *Jornal da Madeira* nos anos 60, por nos parecer mais expressivo do que “desinteresse”, um seu quase equivalente.

¹³ V. Nelson Veríssimo, “Prefácio” em *Joaquim Pestana – Poesia*, organização de Nelson Veríssimo, Câmara Municipal de Câmara de Lobos, 2010, p. 15-24.

¹⁴ V., a esse respeito, *Os Militares e a Literatura Madeirense (Reflexões e Notas)* de João David Pinto Correia, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal, 1998.

juristas de formação, mulheres da alta sociedade, professores e escriturários. Tal situação tinha implicações na configuração dessas obras, pois o autor não visava propor um livro que tivesse uma conceção estética original, nem visava desafiar o público a novas experiências de leitura. A nossa constatação vai assim ao encontro de Mónica Teixeira, quando afirma no seu estudo *Tendências da Literatura na Ilha da Madeira nos Séculos XIX e XX*: “Praticamente em todos eles [referindo-se aos autores madeirenses ao longo dos séculos], há uma conclusão: a actividade literária do Arquipélago da Madeira é o reflexo dos autores e das obras do continente português” (Teixeira, 2005: 25).

Apesar de o contexto regional possuir um leque de autores merecedores de algum reconhecimento, nas mais variadas formas literárias, a verdade é que os:

autores insulares têm reduzida visibilidade em Portugal e mal se lhes reconhece a possibilidade de discurso. Ainda que promovam, na imprensa local, no decorrer do séc. XIX, uma literatura das peculiaridades da Madeira, com os seus costumes, a sua história e a sua paisagem, afirmando-se o gosto pela cor local, os letrados madeirenses são vistos nos centros culturais do continente como escritores periféricos. (Santos & Coelho, 2016: 78)

Deste modo, a obra produzida por um autor da periferia, mesmo que impulsionado por uma editora de difusão nacional, raramente alcança o reconhecimento de que outros escritores lusófonos gozam, quando não se dá a conhecer nos principais centros de legitimação (os círculos literários mais influentes, as editoras mais prestigiadas, o meio académico, a crítica literária na comunicação social, prémios literários, o poder político, o mercado livreiro, etc.), independentemente de ter, ou não, talento literário.

A partir do século XIX até sensivelmente meados do século XX, a produção literária na Madeira – que continua, ainda nos nossos dias, ignorada pelo sistema cultural português – ganhou algum vigor graças a escritores que, incentivados pelo interesse no temário insular de que o público madeirense ia dando mostras, investem nas seguintes abordagens, quer na poesia, quer no teatro, quer na prosa: exaltação da natureza, crítica de costumes, sátira e moralização, aventura, estudos de costumes e tipos psicológicos, mistérios (no sentido de crimes que reclamam por justiça), apologia

da doutrina cristã, amores e desenganos, o sonho do emigrante, alerta para os perigos da emigração (nomeadamente contra os engajadores) e, como não podia deixar de ser, a perspetivação de factos insulares históricos.

A popularidade de romances de teor histórico, que, como vimos, se alastrou no continente europeu a partir da segunda década do século XIX, também se propagou ao Arquipélago da Madeira, de tal modo que, na segunda metade desse século, alguns escritores insulares já se ensaiavam nesse subgénero.

De acordo com Thierry Santos e Leonor Coelho (2016: 78), a maioria desses autores preferiam tratar nas suas obras de ações e personalidades históricas de alcance nacional, provavelmente por entenderem que esses temas seriam não somente considerados nobres e suscetíveis de interessar a um maior número de leitores, mas também porque era mais fácil aceder à documentação e informação históricas.

Assim, tais autores insulares, a exemplo de Maria do Monte de Sant` Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt (1823-1884) com as obras *O Soldado de Aljubarrota* (1857) e *Bermudo e a Mesa de Prata de D. Dinis* (1879) e de António Feliciano Rodrigues (1870-1925), com *Martim de Freitas* (1911), vão exaltar a identidade nacional e os feitos de heróis pátrios.

Poucos enveredam por reconstituir episódios passados na Madeira, como os já referidos João Nóbrega Soares e as suas narrativas, “Os Profetas” e “Os Piratas”, insertas em *Contos e Viagens* (1867), João Augusto de Ornelas e a sua *A Mão de Sangue* (1874), Guilherme Read Cabral (1821-1897), um inglês naturalizado português, e a sua *Ângela Santa Clara* (1895)¹⁵, João dos Reis Gomes e a sua *A Filha de Tristão das Damas* (1.^a ed.: 1909), Alberto Artur Sarmiento e o seu “O tesouro da Sé” (1912), inserto no livro *Migalhas (Contos e Esbocetos)*.

O objetivo destes últimos era, sem dúvida, popularizar a história da Madeira e colocá-la no centro da discussão pública. O modo como estes autores estabelecem a ligação com o passado do Arquipélago assenta em certas premissas. Recuperam, de certa forma, os vestígios da História e do imaginário local, com vista a dar motivos de

¹⁵ Romance que narra um supostamente verídico caso de amor entre Ângela d’Ornelas, uma freira do Convento de S.^{ta} Clara, e um oficial britânico durante a ocupação da ilha da Madeira pela Inglaterra na primeira década do séc. XIX.

orgulho do passado insular à comunidade madeirense. Dão provas de patriotismo local, desenvolvem um discurso identitário e lançam as bases de uma mitologia insular fundadora.

Provavelmente motivados pelas Comemorações Henriquinas de 1924 que despontavam no seu horizonte, escritores como João dos Reis Gomes e Alberto Artur Sarmiento investem na revisitação de períodos históricos mais recuados, como o processo do povoamento ou o célebre episódio do saque do Funchal, perpetrado em 1566 pelo corsário francês Bertrand de Montluc, conjugando o conhecimento histórico com a tradição oral, marcada pela tensão característica do lendário e do fantástico¹⁶. Nos idos de 1940, ambos os escritores exploravam ainda esse filão. Reis Gomes publica *O Cavaleiro de Santa Catarina, de Varna à Ilha da Madeira* (1941), e Alberto Artur Sarmiento escreve o conto “O justo e o contrito”¹⁷ (1943), ambientado nos dias do saque. Particularmente interessado nos grandes vultos históricos que deram fama ao Arquipélago, Reis Gomes encenará não somente Gonçalves Zarco, “Henrique Alemão”, “Tristão das Damas”, Cristóvão Colombo, mas também, dando um grande salto no tempo, Napoleão. Com efeito, Reis Gomes vai, em 1934, dar à estampa *O Anel do Imperador: Napoleão e a Madeira*, assunto que lhe permitirá evocar, através de uma edificante história de amor platónico entre uma bela portuguesa do Funchal e o desterrado Imperador de origem corsa, um período controverso da recente História europeia, marcada pelo bloqueio continental, a ocupação da Madeira pelos ingleses, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, o exílio de Napoleão na ilha de Santa Helena e a famosa recepção dada no Funchal, em 1840, em honra do Príncipe de Joinville e da sua comitiva. Assinalando uma certa normalidade nas relações entre os países em causa, esta embaixada francesa tinha por missão trasladar para França os restos mortais de Napoleão Bonaparte¹⁸.

¹⁶ V., a esse respeito, Ana Isabel Moniz e Thierry Proença dos Santos, “O Funchal na narrativa literária e na crónica”, in Ana Isabel Moniz, Ana Margarida Falcão, Leonor Martins Coelho e Thierry Proença dos Santos, *Funchal (d)Escrito: Ensaio sobre representações literárias da Cidade* (Vila Nova de Gaia, 7 Dias 6 Noites, 2011), em particular as páginas 13-29, correspondentes ao ponto “Da História à Ficção”.

¹⁷ Conto inserto no livro *Redemoinhos de Folhas*, Eco do Funchal, 1943.

¹⁸ V., a esse respeito, Paulo Miguel Rodrigues, “O Anel do Imperador (1934), de João dos Reis Gomes, entre a História e a Ficção: Napoleão e a Madeira”, *Carnets, Invasions & Évasions*. La France et nous; nous et la France, numéro spécial automne-hiver 2011-2012, pp. 81-97, [Disponível em : <http://carnets.web.ua.pt/>]

Assiste-se, assim, numa primeira fase, a narrativas cujas raízes estão no Romantismo e no Ultrarromantismo. Estas tanto decorrem de um propósito didático-cultural como evidenciam um motivo de consagração identitária. Não surpreende, desta feita, a avaliação que Thierry Santos e Leonor Coelho fizeram às obras literárias de pendor histórico de tais autores:

a narrativa histórica não se imponha tanto pelo seu valor intrínseco, mas pelo seu valor extrínseco, empenhada no apostolado da boa leitura, edificante e comovedora, destriçando ou combinando facto “verídico” e lenda, verdade histórica e ficção. (Santos & Coelho, 2016: 79).

A maior divulgação do conhecimento do passado histórico do Arquipélago da Madeira não cessou de despertar interesse em leitores e escritores dos mais variados cantos do mundo ao longo do século XX¹⁹ e já no séc. XXI. O papel relevante que a Madeira e os seus habitantes desempenharam desde o séc. XV até à atualidade no espaço atlântico lusófono tem atraído as atenções e estimulado a imaginação. O facto de este microcosmo ter sido uma espécie de laboratório em vários domínios, um ponto estratégico para o desenvolvimento das rotas marítimas comerciais e ter acolhido personalidades de primeiro plano do mundo ocidental, tais como Cristóvão Colombo, a Imperatriz Sissi, o Imperador Carlos I da Áustria (beatificado em 2004), Winston Churchill e os lendários Ladislau III, o rei da Hungria e da Polónia – que deu origem na Ilha à lenda do Henrique Alemão e sobre a qual se mantém um manto de mistério – e o corsário escocês conhecido como Capitão Kidd, granjeou-lhe fama, concedendo-lhe um estatuto de espaço icónico. É certo nem todos terem até à data protagonizado cenas de narrativas literárias de fundo histórico, mas são regularmente referidos ou aludidos nas mais variadas ficções, até na literatura infanto-juvenil (veja-se, por exemplo, *O Anel do Imperador e João Gomes do Gato*, de Maria do Carmo Rodrigues, e o aproveitamento da lenda do tesouro do Capitão Kidd em *A Casa dos Penhascos*, de Ana Teresa Pereira).

¹⁹ Temos notícia de António Marques da Silva (1900-1978) ter publicado na conhecida revista de âmbito nacional *Flama* dois contos de carácter histórico, “O Milagre” e “Campanha da Selva”, aos quais não conseguimos ainda aceder.

Além da História contada a partir da ótica das elites políticas e económicas, insistindo-se em personagens de nobres, fidalgas, freiras, morgados, caçadores-de-dotes e jovens da alta burguesia, existe a outra História, mais particularizante, a História de homens e mulheres que, geração após geração, vida de trabalho após vida de trabalho, dando exemplo de perseverança e revelando espírito de sacrifício, humanizaram o Arquipélago da Madeira, transformando-o num território viável para a sua comunidade. O mérito desse desempenho recai nos seguintes tipos sociais: o escravo, o vilão, a viúva, a jovem viloa, o enjeitado, o pescador e o torna-viagem. Foi um processo demorado, marcado por dificuldades várias, por circunstâncias ora favoráveis ora desfavoráveis, ao sabor de cataclismos naturais e períodos de desafogo. Como qualquer História, a da Madeira teve os seus momentos fortes e as suas datas marcantes como, por exemplo, os primórdios do povoamento do Arquipélago, o episódio dos “Profetas” de Porto Santo, o saque do Funchal de 1566, a ocupação inglesa da Madeira, a revolta dos caseiros de 1817, a ação controversa do médico e reverendo Robert Kalley na Madeira, a luta contra o ódio e a filoxera nos vinhedos da Ilha na segunda metade do século XIX, o Funchal como centro de vilegiatura para tuberculosos, o bombardeamento de navios na baía do Funchal e da sua malha urbana em 1916 e em 1917 por um submarino alemão, a revolta da Madeira de 1931, a revolta do leite de 1936, a presença dos Gibraltinos na Madeira durante a Segunda Guerra Mundial. Os episódios que acabámos de enunciar podem ser vistos como temas consolidados. Constituindo matéria ficcional de um passado mal conhecido ou demasiado recente, ainda pouco explorada pelos escritores, a diáspora madeirense, as atividades clandestinas e o contrabando, a guerra do ultramar português, a mudança de regime político em 1974, o crescimento exponencial do turismo e a vida política, cultural e económica do “jardinismo” poderão ser vistos como temas emergentes.

Ainda sintonizadas com uma configuração de sabor novecentista, combinando sentimentalismo, moralismo e dilema entre a autoridade familiar e o apelo do amor, narrativas há que enveredam por um enfoque em personagens reais ou fictícias, divididas entre o respeito pelas regras da sua condição e a sua íntima vontade. Tais abordagens afastam-se do modelo narrativo que entregava o protagonismo da ação a uma conhecida figura histórica ou a uma personagem fictícia de estatura heroica. Por exemplo, as ficções *Da Choça ao Solar - Narrativa Madeirense do Século XVIII*

(1921)²⁰, de João Vieira Caetano (1883-1967), e *A Neta do Morgado* (1967), de Carlos Cristóvão (1924-1998), inserem-se nessa perspetiva em que a historicidade nas patentes cede lugar ao quotidiano das personagens, cruzando a narrativa de fundo histórico com traços que pertencem ao romance de família.

A partir dos anos quarenta do séc. XX, as narrativas históricas produzidas por escritores afetos à Madeira tendem a refletir (sobre) períodos de agitação social e de mudança de paradigma político-cultural. Tal tendência não surpreende, já que, como observa Rogério Miguel Puga, “o tema da mudança social, característico do romance histórico, é recorrente em narrativas sobre revoluções ou períodos de tumulto social” (Puga, 2006: 8).

Neste sentido, a exploração do passado, quer remoto, quer mais recente, torna-se um imperativo para compreendermos o modo como a sociedade tem vindo a evoluir e como as mentalidades se foram adaptando aos tempos de crise e de mudança. Nesta vertente, podemos indicar, a título de exemplo, algumas obras: *Saias de Balão* (1946), de Ricardo Nascimento Jardim (1906-1990), que situa o cenário da intriga em dois momentos-chave da História do Funchal, a saber, a estada do Príncipe D. Luís e o motim popular que ficou conhecido como “Levante da Pedrada”, de 1868; o romance *a Ilha e o Tempo* (1972), de João França, e o conto “Violante, olhos de mar” (2008), de Helena Marques²¹, que encenam o Funchal do séc. XVI. O primeiro desenrola-se no contexto do flagelo da peste e sob os signos da superstição e do machismo; o segundo versa sobre a possibilidade de uma mulher ser feliz na Ilha. Em torno da Revolta da Madeira, de 1931, giram o conto “A princesa encantada”, inserto no livro *Cenas da Vida de um Minotauro* (2002), de José Viale Moutinho, e a narrativa de ficção *Lenços Brancos* (2003) de Berta Helena (1955-). A primeira “vai ironizar sobre o instinto revoltoso que a personagem Lúcio da Câmara foi fantasiando” (Coelho, 2011: 181); a segunda tenta recuperar fragmentos de memórias familiares a respeito de um avô, o

²⁰ Para mais ampla informação sobre esta obra, v., por exemplo, o artigo de Luísa Marinho Antunes, “Uma diocese literária: contributos de eclesiásticos madeirenses para a literatura regional e o caso de *Da Choça ao Solar*, do padre João Vieira Caetano”, in José Eduardo Franco e João Paulo Oliveira e Costa (dir.), *Diocese do Funchal - A Primeira Diocese Global: História, Cultura e Espiritualidades [vol. II]*, Funchal, Diocese do Funchal 1514-2014, p. 389-401.

²¹ Inserto na antologia *12 Meses no Funchal*, de António Fournier (org.), Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos, 2008, pp. 54-59.

sargento Firmino Gomes Camacho, que nela participou e na qual faleceu. Finalmente, com o romance *João do Canto* (2015), da autoria de João Luís Gonçalves (1960-), retrata-se o ambiente da colónia no século XIX, a partir de uma personagem, João do Canto, um pobre camponês que se verá envolvido na revolta dos caseiros de 1817, no contexto da Revolução Liberal e da Contrarrevolta Absolutista.

Enveredando por um modo menos convencional de tratar a História, explorando a possibilidade de construir um jogo de espelhos entre o passado e o presente, há que considerar as ficções que propõem um discurso mais ousado e atrevido, mais crítico e irónico, sem deixar de respeitar as fontes e a informação histórica. Surgem, assim, narrativas que visam compreender a sociedade atual e denunciar a origem dos seus disfuncionamentos, tais como *Nas Margens da Madeira: vilões, barões e tubarões* (2011), de Luís Calisto (1950-), e o livro de contos *Pavana para Isabella de França* (1992), de José Viale Moutinho.

Encenando o passado num modo mais tradicional, autores projetam personagens de origens diversas em ligação com a Madeira e o mundo, promovendo o diálogo entre eles. Nesses enredos, sublinham-se as conjunturas mundiais e os preconceitos sociais que interferem, positiva ou negativamente, na vida da Madeira. Tal se verifica em várias narrativas de Helena Marques, designadamente *Os Íbis Vermelhos da Guiana* (2002) e *O Bazar Alemão* (2010). O primeiro, cruzando o passado e presente, os dois lados do Atlântico norte, faz entrar em palco uma jovem que irá tecendo a trama das memórias herdadas com vista à recuperação das dispersas raízes da família (numa perspetiva de literatura memorialista transgeracional). O segundo faz evoluir estrangeiros, madeirenses (tal como o Visconde do Porto da Cruz, maliciosamente “disfarçado” no livro com o nome de Barão da Penha de Águia) e indivíduos biculturais no espaço insular durante a Segunda Guerra Mundial, confrontando o avanço da ideologia racista, as perseguições políticas e a aspiração ao amor e à possibilidade da convivência harmoniosa entre povos. Tal se verifica no romance *Regressos* (2008), de António Loja, cuja ação se situa no contexto da Restauração portuguesa de 1640, sendo que o protagonista madeirense se deslocará por vários países da Europa e pelo Brasil. Temos, assim, dois autores que descortinam as diferenças existentes entre as culturas, mas mostram claramente as conexões e a aceitação do diverso em contexto global.

Assiste-se, finalmente, a outro tipo de romance histórico: a do autor que escreve uma narrativa de ficção para pôr em causa a atual leitura de um determinado episódio histórico, contrapondo uma nova explicação desse passado. Assim opera o autor Paulo Mendes Moreira (?), com o seu *A Sabotagem do Casamento Real*, subintitulando “para a história ficou um rei escravo dos jesuítas” (2011), em cujo enredo estabelece uma relação entre o ataque do Funchal pelo huguenote, Bertrand de Montluc, em 1566, e o facto de o rei D. Sebastião não se ter casado.

Como já referimos, a História da Madeira passou a constituir uma fonte de inspiração para ficcionistas dos mais diversos horizontes. Visando transmitir os conhecimentos dos tempos pretéritos deste espaço atlântico às novas gerações, vários autores de literatura infanto-juvenil ligados à Madeira, por nascimento e/ou de coração, como Maria do Carmo Rodrigues, Maria Aurora Carvalho Homem, António Castro, António Fournier, Francisco Fernandes e Luísa Paolinelli, têm explorado essa possibilidade de discurso literário. Partilham com o jovem leitor o fascínio pelo universo histórico, suscitam o gosto pela investigação e pelo conhecimento, sublinham aspetos singulares do meio físico e da sociedade humana madeirense, contribuem para a edificação de uma cultura identitária de que esse jovem leitor se possa orgulhar²².

Também não será por acaso que escritores, portugueses ou estrangeiros, têm vindo a dar azo à imaginação com base em investigação historiográfica para perspetivarem o passado insular. Com o romance *A Corte do Norte* (1987), Agustina Bessa Luís (1922-) revela a evolução da sociedade insular do séc. XIX para o séc. XX. Alice Vieira (1943-) reconta o caso de *Os Profetas* (2010) e António Breda Carvalho (1960-), inspirado na figura de José António Monteiro Teixeira (1795-1876) e descortinando as lentas transformações culturais e as convulsões sociais a que a Ilha foi sujeita no séc. XIX, dá corpo a *Um Fotógrafo na Madeira* (2012). Sublinhando a importância do arquipélago da Madeira na logística da expansão marítima portuguesa, escritores estrangeiros fazem desembarcar as suas personagens nessa ilha do Atlântico, então cheia de promessas. É o caso de romances como *Nova Lusitânia* (2007), do

²² Noutra linguagem artística, vale recordar a banda desenhada *Madeira: da Floresta Primitiva ao Jardim Botânico Actual*, de Raimundo Quintal (texto) e Celso Caires (desenho), Funchal, Clube de Ecologia Barbusano, 1989.

brasileiro Aydano Roriz, e *L'Écuyer d'Henri le Navigateur* (2007), do líbano brasileiro francófono Arkan Simaan. Outros autores refletem sobre a pobreza que tem marcado a História dos madeirenses. *Black Kestrel - A Story of Madeira* (2006) é um romance histórico escrito por Joseph Donald Silva, um luso-americano, neto de madeirense, que encena o mundo agrícola madeirense de inícios do séc. XX²³. *Os Colonos* (2007), do português António Trabulo, inspira-se na história dramática de dezenas de colonos madeirenses transplantados da sua ilha para as terras altas do sul de Angola, alistados para fundarem a colónia de Sá da Bandeira (atualmente, Lubango), em finais do séc. XIX (em 1884). Narra o percurso da família (imaginária) de colonos, os Zarcos, uma família pobre, que por uma necessidade de sobrevivência é obrigada a deixar a sua casa para fixar-se nesse planalto, longe de tudo e desprovido das mais elementares comodidades da época. Todos eles levam o leitor a meditar sobre o passado insular e sobre as múltiplas formas de encarar o processo histórico.

O crescente interesse pela literatura de fundo histórico é acompanhado pela multiplicidade de aceções que confere ao romance histórico um carácter abrangente e universal. Apesar de os teorizadores conceberem tonalidades, focalizações e tipologias distintas dentro da tradição deste subgénero romanesco, a verdade é que não se tem, no essencial, afastado da definição *standard* imposta pelo modelo scottiano. Tal narrativa pressupõe o distanciamento temporal entre o desenrolar da ação e o momento em que é escrita e a tentativa de retratar de modo convincente a época em vista. Comungamos, deste modo, do ponto de vista de Maria de Fátima Marinho, quando afirma: “As definições do romance histórico têm sido várias, mas, em geral, todas elas assentam no recurso ao real e à sua representação e na distância temporal entre o tempo de escrita e o do desenrolar da diegese” (Marinho, 1999: 18). Se é certo o romance histórico nascer do

²³ V. Duarte Mendonça, “Romance histórico sobre o Campanário lançado na América”, na “Revista” semanal do *Diário de Notícias*, do Funchal (17 a 23 de setembro de 2006, p. 22-25). Duarte Mendonça revela parte do romance em foco do seguinte modo: a ação desenrola-se “no princípio do século XX e a sua personagem principal, José Abreu, [...] anseia continuamente pela sua liberdade. A imagem do cárcere está patente ao longo deste livro e é a metáfora perfeita para representar, de forma assaz mordaz, o sistema de colónia então vigente na ilha. A terra onde a sua família trabalhava, localizado no sítio da Ribeira dos Melões, pertencia a um senhorio cruel e impiedoso, que a sobrecarregava e explorava com muito trabalho, oprimindo-a com mão férrea e lançando-lhe impostos atrás de impostos. Os caseiros não tinham autorização para abandonarem as suas terras e, se dessem um passo em falso, havia sempre espiões que os denunciavam ao senhorio, que os castigava severamente” (Mendonça, 2006: 24).

jogo entre a historicidade e a ficcionalidade, não é menos certo que a ficcionalidade deve prevalecer sobre a historicidade: assim se distingue o romancista do historiador. Acerca desta distinção, Maria de Fátima Marinho observa: “A história aparece assim submetida à literatura (o que aliás, o próprio Lukács já constatará), devendo sempre prevalecer a lógica da ficção, desde que faça sentido histórico” (Marinho, 1999: 32).

Os romances que nos propomos estudar, a saber, *A Ilha e o Tempo* (1972) e *António e Isabel do Arco da Calheta* (1985), de João França, e *Regressos* (2008), de António Loja, constituindo assim o nosso *corpus* literário²⁴, inscrevem-se nessa perspetiva. As três narrativas têm como ponto de partida a Madeira, os dois autores são madeirenses, um passado remoto localiza a ação. O primeiro romance, protagonizado por personagens fictícias que contracenam com algumas figuras históricas e centrado no Funchal e, momentaneamente, no interior da ilha, passa-se no séc. XV. O segundo título, inspirado numa história verídica aqui romanceada, encena também a vida na corte no tempo de D. João III e episódios da expansão portuguesa no séc. XVI. Os dois volumes de *Regressos* narram o percurso de vida de um distinto machiquense, uma personagem fictícia que se cruzará com figuras históricas, e cujo destino é o de desempenhar um papel relevante no processo da restauração da soberania portuguesa no séc. XVII, enfrentando vários perigos e viajando por várias coordenadas geográficas, desde reinos da Europa a terras do Brasil.

Sem escamotear o enquadramento epocal, os referidos romances de João França tendem a incorporar os traços do romance de família (embora o enfoque dominante se fixe numa geração, em vez de, pelo menos, três), explorando as relações tensas ou conturbadas de uma família nobre e abonada. Talvez por isso não seja assim tão surpreendente o especial destaque atribuído ao papel das mulheres na economia desses romances, valorizando-as em detrimento da hierarquia social e do preconceito de género então vigentes.

Sem deixar de explorar o ambiente familiar do protagonista, a obra de António Loja apresenta-se antes como um romance de intervenção. Com efeito, a encenação do herói que, com inteligência, coragem e perseverança, consegue contrariar a opressão, a

²⁴ Os livros supramencionados serão analisados nos capítulos 2 e 3.

repressão e a censura, projeta uma ideia humanista que apela ao sentimento de justiça, à dignidade humana e, acima de tudo, à liberdade perdida. Perfila-se também como um romance de espaço, que retrata determinados ambientes socio-históricos e se preocupa, concomitantemente, em encarar a diversidade cultural existente na época, com vista à proporcionar ao leitor um maior entendimento da evolução do ser humano.

Nas obras em análise, esse passado distante, imperativo da modalidade romanesca, serve de cenário para apresentar vários modelos de vida em sociedade. *Ilha e o Tempo* retrata uma comunidade regida pelo sistema feudal, numa época marcada pelo preconceito e o obscurantismo, pela violência e a submissão. Ainda assim, a possibilidade de uma “amizade” (no sentido que se lhe atribuía na Idade Média) prenuncia a mudança de paradigma na relação homem-mulher. Sob o signo de um amor avassalador, *António e Isabel do Arco da Calheta* visa restituir a sociedade cortesã, elegante e cerimoniosa que coloca o dever antes do amor, a honra antes do desejo. O romance *Regressos* revela a sociedade seiscentista em que homens e mulheres evoluem entre concessão de favores e queda em desgraça, lealdade e conspirações, espionagem e diplomacia secreta, enquanto desfia uma edificante história de amor entre um homem e uma mulher de culturas diferentes.

Neste sentido, estes romances funcionam como um conjunto temático que procura desvendar uma sensibilidade e uma época. Todavia, as narrativas diluem a historicidade para realçar o sentir dos protagonistas e, sobretudo, a força de carácter e de vontade que os faz evoluir e transformarem-se numa entidade capaz de rivalizar com a adversidade. Como seres excepcionais que revelam ser, superam as suas fragilidades, afrontam os obstáculos e a sociedade opressora, representam um novo paradigma cultural. Nesse sentido, os exemplos de ontem questionam os atos e pensamentos de hoje, procurando a escrita transmitir uma mensagem ao leitor dos tempos presentes.

PARTE 2

Tramas e dramas em *A Ilha e o Tempo* (1972) e *António e Isabel do Arco da Calheta* (1985) de João França

No romance o escritor escolhe os episódios; na história, são os episódios que se lhe vêm oferecer. § Estão tabelados, não há que lhes fugir.

Aquilino Ribeiro²⁵

2.1 – Da História à ficção romanesca: sob os signos do açúcar e da peste

O processo de ocupação e povoamento do arquipélago da Madeira constitui um tema ainda muito debatido pelos historiadores. Se não há consenso sobre a indicação do ano em que se tomou posse desse território atlântico, não estaremos longe da verdade ao apontarmos como período provável finais de 1419 ou inícios de 1420. Quanto ao início da campanha de povoamento da ilha da Madeira, os historiadores tendem a aceitar, ainda que a título indicativo, a data de 1425 (Aragão, 1987: 24).

Por certo, a data precisa do início do processo de ocupação da Madeira está ainda por estabelecer. No artigo “6º Centenário do Descobrimento e Povoamento da Madeira”, publicado no *Diário de Notícias*, na sua edição de 5 de junho de 2015, Nelson Veríssimo volta ao tema e perspetiva a questão, lembrando que a Ilha tinha já sido alcançada por navegadores, oriundos do Mediterrâneo, na segunda metade de trezentos:

Estas ilhas teriam sido avistadas nas viagens para as Canárias e até serviriam de escala para aguada. A abundância de madeira poderia

²⁵ Ribeiro, Aquilino, *A Casa Grande de Romarições*, 3.ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 2008, p. 7.

também ter suscitado o interesse dos navegadores e mercadores portugueses. (Veríssimo, 2015: 25)

No entanto, após discutir as várias possibilidades, o referido historiador inclina-se para a informação patente nas crónicas de Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) e da qual deduz o ano de 1420.

Em todo o caso, os historiadores, tais como Rui Carita (2014: 25), Luis de Albuquerque e Alberto Vieira (1987: 13) concordam com a ideia de que o povoamento da Ilha se iniciou na terceira década do século XV (a partir de 1420).

A expansão marítima de Portugal e da Espanha representa um grande período de transformações nas mais diversas áreas do saber e das atividades humanas, com impacto nas técnicas de navegação, no conhecimento geográfico, nas relações comerciais, na alimentação dos europeus, no confronto entre modos de vida e de pensamento, nos contatos linguísticos e nas expressões artísticas.

Com as viagens de exploração de novas rotas, realizadas quer por via marítima, quer por via terrestre, emergem aos olhos dos europeus continentes e territórios, povos e produtos que lhes eram até então desconhecidos. À medida que os navegadores foram vislumbrando novos horizontes, os detentores do poder e os influentes do Velho Continente ficaram a saber que o mundo, afinal, alberga no seu seio uma grande diversidade, tanto biológica como cultural. Países europeus passam a encarar as novas oportunidades que o mundo oferece. É a chamada Época das Descobertas, que vai combinar processos de aquisição de conhecimento, exploração, enriquecimento, disseminação e aniquilamento, ao implementar um sistema de subjugação de povos e exploração de territórios indefesos, sob o pretexto de uma ação civilizadora, denominado colonialismo. O processo de humanização do arquipélago da Madeira inscreve-se nesse movimento e revela-se como uma primeira etapa na construção de um mundo novo (Carita, 2013: 10).

Sob os auspícios do rei D. João I, o Infante D. Henrique, Mestre da Ordem de Cristo e responsável pela defesa das praças conquistadas e das novas terras apossadas, designou João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, escudeiros pertencentes à Ordem que liderava, para ocuparem e povoarem a ilha da Madeira. A Zarco foi atribuída a capitania do Funchal e a Vaz Teixeira, a de Machico. A fixação de população na ilha do Porto Santo terá início anos mais tarde, por volta de 1428, após o

Infante D. Henrique ter entregado a administração dessa capitania a Bartolomeu Perestrelo em 1426. Dividida a ilha da Madeira em duas zonas, uma correspondente à vertente sul (Funchal) e a outra, à vertente norte (Machico), deu-se início ao processo de povoamento e arroteamento das terras aráveis. A este propósito, Rui Carita recorda:

Os iniciais povoadores da Madeira eram oriundos dos homens que haviam acompanhado o infante D. Henrique na aventura de Ceuta e nas primeiras viagens dos descobrimentos, quase todos naturais das regiões nortenhas e que se haviam fixado no Algarve. Em breve, a estes iniciais povoadores se teriam juntado outros, igualmente ligados às navegações, muito provenientes das cidades marítimas italianas e outros da área da Flandres. (Carita, 2013: 16)

A partir de então, leva após leva de homens e mulheres alistados para povoá-la, multiplicaram-se as aglomerações um pouco por toda a Ilha. Contudo, dadas as condições climáticas favoráveis, a vertente sul da Madeira tornou-se, em pouco tempo, a zona mais próspera de todo o Arquipélago e a população inicial foi-se adaptando a este novo lugar atlântico.

Nos primórdios do povoamento da Madeira, apostou-se na economia cerealífera e com ela obtinha-se o sustento que permitia chegar a outros reinos, através da exportação. Pouco tempo depois, os cereais cederam o lugar à economia açucareira, um produto então muito procurado e valorizado na Europa. A respeito da importância que este produto foi ganhando junto de países europeus, Rui Carita observa:

Nos finais do século XV, com base na exploração do açúcar, o Funchal constituiu-se como um centro internacional de negócios – se é possível à época utilizar o termo – com a passagem de forasteiros internacionais, entre intermediários, mercadores e aventureiros, das mais diferentes origens europeias (...). Com base em capitais alemães, mercadores italianos e flamengos, e sob a superintendência da Coroa portuguesa, a produção e a distribuição do açúcar madeirense, dentro de determinados aspetos, foi uma das bases de formação do capitalismo mercantil internacional da Época Moderna. (Carita, 2013: 22)

O açúcar tornou-se a principal fonte de rendimento para os senhores da época. Se é certo que a atividade sacarina gerava riqueza para alguns, não é menos verdade que tal prosperidade não tinha repercussão nas outras esferas sociais. O açúcar produzido destinava-se quase todo à exportação e só beneficiava proprietários, mercadores, o alto clero e a Coroa.

A monocultura intensiva vai criar outros desequilíbrios: à medida que o cereal foi escasseando, a falta de pão fazia-se sentir, quando não resultava em fome. Como é sabido, a monocultura é um tipo de produção que acentua o poder dos senhores e reduz à insignificância os restantes indivíduos. Os escravos são os mais atingidos por esta precariedade, já que constituem a mão-de-obra de baixo custo indispensável a esse regime de exploração agrícola. É neste contexto socioeconómico que emerge a sociedade madeirense. Sobre esta temática, Alberto Vieira sublinha que:

A falta de mão-de-obra braçal para as novas arroteias e a maior necessidade dela por parte de culturas como a cana sacarina, geravam esta procura [a aquisição de escravos], enquanto a iniciativa descobridora do Atlântico propiciava as vias para o seu encontro. (Vieira, 1991: 11)

Ainda assim, os lucros que o açúcar proporcionava aos seus principais beneficiários foram transformando a vila do Funchal. O rápido desenvolvimento económico, em consonância com o aumento da produção, conduziu ao crescimento comercial nos mais variados setores de atividade humana. Tal situação propiciou a instalação de homens de negócios estrangeiros. A esse respeito, Rui Carita adianta:

Neste quadro, o porto do Funchal conheceu desde logo um enorme incremento, por aí passando os interesses e os agentes económicos da nova sociedade mercantil, como foi o caso do aventureiro Cristóvão Colombo, então negociante de açúcar e a trabalhar para casas comerciais em Génova. (Carita, 2013: 22)

A economia açucareira, aliada às extensões socioculturais, vai dotar a vila de uma configuração urbana adaptada à atividade mercantil. A baixa do Funchal chegou a ser, assim, conhecida como a “cidade dos mercadores”. A baía ganha movimento, a urbe cresce, o ambiente das ruas é por vezes cosmopolita. Tendo também em conta a

importância do seu posicionamento estratégico para o desenvolvimento das rotas marítimas, não admira que a vila venha a ser, em 1508, sob os auspícios de D. Manuel I, elevada à categoria de cidade, sendo pouco anos depois, em 1514, elevada a sede de bispado. Em *António e Isabel do Arco da Calheta*, explica o capitão da barca, Telmo de Almada, a António o comércio que se faz entre a Madeira e a Europa nos termos que abaixo transcrevemos:

Só vinho e açúcar. Açúcar de duas cozeduras, que de uma só não vale a pena. Mesmo que seja a quatrocentos e trinta reais a arroba, vendo tudo, nem que seja para as Espanhas e para a Flandres. E do reino para a Ilha carrego ferro, zinco, cobre, sal e gente. Uma data de mercadores castelhanos, flamengos e judeus. Judeus convertidos, bem entendido, que el-rei D. Manuel acabou com os outros. (França, 1985: 98)

E assim se impôs o Funchal como a histórica capital do Arquipélago.

O quadro que acabamos de traçar não comporta, porém, uma situação tão venturosa como possa parecer. Na verdade, várias ameaças pesavam sobre essa sociedade recentemente fundada. Vivia-se:

numa época de violência física e psicológica, de superstição e obscurantismo: sobram exemplos de prepotência dos senhores da terra e de maus-tratos infligidos às mulheres e aos escravos; vive-se no temor dos raptos e confrontos armados, internos e externos. (Santos & Coelho, 2016: 82)

Ao rol dessas ameaças podemos acrescentar outras que têm marcado, ao longo dos séculos, a História da Madeira, tais como: temporais, epidemias, pragas, crises frumentárias, miséria endêmica e periódicas depressões económicas. O Arquipélago passou, então, por várias crises de subsistência e de desenvolvimento. Os múltiplos registos que a História interpreta mantêm viva a memória que liga os madeirenses a essas realidades. Se vestígios materiais, achados arqueológicos, manuscritos, obras impressas, gravuras e pinturas dão testemunho desses longínquos tempos, os romancistas que enveredam pelas narrativas históricas também reverberam essas épocas passadas. Ao darem a conhecer a História da Madeira em romances, realçando figuras,

situações e ambiências dignas de serem lembradas, esses escritores investem-se na educação patrimonial e na construção da memória e saberes coletivos.

Atendendo ao fascínio que os tempos primordiais de qualquer comunidade tende a exercer sobre a imaginação dos seus descendentes, é natural que escritores madeirenses viessem a sentir-se impelidos para imaginar e recriar cenas da vida de homens e mulheres que participaram, nos séculos XV e XVI, na humanização desse espaço insular recém-povoado. João França inscreve-se nessa linhagem de autores, já que publicou dois romances históricos, designadamente: *A Ilha e o Tempo*, lançado em 1972, e *António e Isabel do Arco da Calheta*, vindo a lume em 1985. Ambas as intrigas resultam da adaptação da História à ficção.

Tendo como fontes disponíveis as *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, na edição que Rodrigues de Azevedo materializou em 1873, o *Elucidário Madeirense*, de Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses, *As Ilhas de Zargo*, de Eduardo C. N. Pereira e as revistas *Arquivo Histórico da Madeira*, fundada por Cabral do Nascimento e Álvaro de Sousa Manso, bem como *Das Artes e da História da Madeira*, dirigida por Luiz Peter Clode, o romancista deu azo à sua imaginação e projetou, primeiro, um romance de espaço, ambientação e atmosfera (*A Ilha e o Tempo*) e, posteriormente, um romance de costumes madeirenses e portugueses, com base numa história de amor enquadrada numa aventura de capa e espada (*António e Isabel do Arco da Calheta*). A cada um dos romances servirá de ancoradouro um episódio da História da Madeira.

O primeiro baseia-se no famoso passo de devoção e piedade de cariz medieval que determinou a escolha de São Tiago Menor para padroeiro da Cidade em 1521. Recorde-se que, a 8 de junho de 1521, o capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, reuniu os homens-bons para escolher o santo a quem deveriam pedir intercessão para pôr fim ao surto de epidemia. Em 1538, face ao retorno da peste, no dia 1 de maio, ter-se-ão reunido os guardas-mores da saúde com os vereadores para entregar a proteção dos munícipes nas mãos do Santo. Quando regressaram da procissão, todos os doentes estavam curados, por milagre²⁶. Diz-se que, desde então, nunca mais a peste

²⁶ Este episódio é lembrado no romance de Helena Marques, *O Último Cais*, Lisboa, Dom Quixote, 1993, pp. 41-42, pela personagem Constança.

voltou a aparecer e ainda hoje, a 1 de maio, a “Procissão do Voto” a São Tiago Menor é feita com a Câmara e os seus vereadores.

O segundo revisita o curioso episódio, igualmente ocorrido no reinado de D. João III (1521-1557), conhecido como o “rpto de Isabel de Abreu” de que deram eco as crónicas mais antigas da Ilha. Isabel de Abreu (tanto quanto se sabe, nasceu na viragem do séc. XV para o séc. XVI, provavelmente no Arco da Calheta, e terá falecido antes de 1555) era a filha mais nova do donatário João Fernandes de Andrade, do Arco da Calheta. Casou com João Rodrigues de Noronha, que faleceu sete anos depois do enlace, sem descendência, mas deixando uma viúva riquíssima. Um seu vizinho fidalgo e amigo de infância, António, filho de D. Joana de Eça²⁷ e de Pedro Gonçalves da Câmara, não descansou enquanto não a desposou. Tal persistência, que resistiu a uma sucessão de situações atribuladas, terá contribuído para conferir a este episódio a sua dimensão de lenda amorosa.

Em ambos os romances históricos, são descritos os tempos dos capitães donatários e as relações de poder então vigentes; tipos sociais (como escravos, foragidos, servos, bastardos, freiras, meretrizes, pajens, mareantes, poetas-fidalgos, pequena nobreza de robe, senhores e demais autoridades religiosas) que foram moldando o meio insular; os estilos de vida das várias camadas da população, bem como os deveres e privilégios das elites; os meios de subsistência e de desenvolvimento económico; os padrões morais da época; as motivações mais plausíveis, tendo em conta as mentalidades e as estruturas sociais definidoras do período retratado; os lugares de referência, tais como o convento de Santa Clara, a Sé, a quinta das Cruzes e – lugar de refúgio, por excelência – o Curral. Se na recriação literária desse subgénero romanesco o contexto histórico constitui uma linha temática incontornável, outros vetores deverão ser considerados: a urdidura da ação, que deverá inscrever-se na verosimilhança; a construção das personagens, que, não sendo objetos de estudo histórico, passam a ser sujeitos (com vida própria) da ação; a encenação de situações suscetíveis de interpelar o

²⁷ Como refere o Pe. Fernando Augusto da Silva, na sua monografia *Lombada dos Esmeraldos na ilha da Madeira*, D. Joana de Eça (c. 1480-1572) foi camareira-mor da rainha D. Catarina e “gozava de grande prestígio e influência na corte, tendo sido por sua indicação que o Pe. Luís Gonçalves da Câmara, seu próximo parente, fora nomeado mestre e aio do rei D. Sebastião. D. Joana de Eça foi, também, a restauradora e padroeira do Convento da Esperança, em Lisboa. Não há muito, encontrou-se nas ruínas da respetiva igreja a pedra que cobria a sua sepultura, tendo nela gravado o seu nome com o título de padroeira” (V. Silva, 1933, nota de rodapé 20).

leitor e uma narração que, pelo viés da escolha das palavras, da pertinência das ideias e das imagens, do torneado das frases e do tom emprestado ao seu discurso, visa cativar esse mesmo leitor, mantendo-o preso até ao desfecho da intriga.

Assim, propomo-nos analisar a significação das cenas e personagens ambientadas num espaço-tempo de extração histórica, salientando, em particular, os recursos naturais, materiais e técnicos de que a Ilha dispunha, as relações entre escravos e senhores, as disputas de família, as ameaças que pesavam sobre os indivíduos, as crenças e os costumes da época reconstituída, assim como exemplos de superação das dificuldades com que homens e mulheres daquele tempo se debatiam. Note-se que essas questões costumam, regra geral, aguçar a curiosidade do leitor adepto do romance histórico, ao articular o plano da vida privada com o plano da vida pública.

Procuraremos, de igual modo, ver a conformação social e identitária que João França parece propor através do seu discurso narrativo, ao convidar o leitor a estabelecer um paralelismo entre o passado ficcionado e as realidades da sociedade do seu tempo, ligando as duas épocas a temáticas universais, tais como os binómios: poder e opressão, amor ausente e amor sincero, violência e harmonia, solidariedade e desamparo, persistência e desistência, coragem e tibieza.

Neste sentido, o narrador dirige o modo de leitura e sugere o horizonte interpretativo que o romance delinea. O leitor tem, por assim dizer, a obrigação de perceber que o séc. XVI – representando uma época fundacional de uma Madeira por vir – é convocado para servir os interesses do autor mais do que para ser realmente estudado. Na verdade, trata-se de um séc. XVI fictício, ainda que bem documentado, um tempo construído de acordo com os propósitos de quem dele faz uso. As situações que a seguir vamos descrever dão conta das estratégias narrativas de João França para insinuar o juízo que deverá prevalecer.

Desde logo, o título do primeiro romance – *A Ilha e o Tempo* – remete para uma dimensão simbólica, sugerindo um lugar e um tempo mítico que, à leitura, se transformará, ilusoriamente, em lugar e tempo histórico. Assim, fusionando ficção e factos atestados, encenando figuras de papel e entidades históricas, o romance vai pôr em diálogo um tempo tão antigo quanto estranho, moldado pela força de vontade e pelo anseio de emancipação da protagonista, Isabel Balda, e o tempo a que pertence o leitor. João França valida na sua narrativa não somente o modo como o passado pode ser

recriado, mas também o modo como ocorrências pretéritas podem servir de exemplo para o seu tempo, convidando a uma reflexão sobre esses acontecimentos, sobre as suas vantagens e prejuízos.

O enredo gira em torno de uma família imaginária chamada Balda, constituída pelo patriarca, Afonso Balda, e pela descendência. Há os filhos legítimos e há os outros. Diogo, o primogénito, é, por isso mesmo, o predileto; seguem-se Henrique e Isabel. Quanto a José Travanca e a Bento Enjeitado, os “bastardos”, o narrador irá dando notícias deles no decorrer da ação, ao revelarem-se preciosos aliados de Isabel, a meia-irmã que tem por eles consideração. “Afonso Balda era fidalgo, senhor das terras de Santa Catarina e da Achada, com a sua capela, engenho, moinho de vento, caseiros, pajens e escravos” (França, 1972: 16). Embora a informação de que detinha um “moinho de vento” – entretanto todos eles desaparecidos na ilha da Madeira, permanecendo apenas na ilha do Porto Santo – indique que era também produtor de trigo, Afonso Balda enriqueceu exportando açúcar. Quando morre, já era viúvo, há muitos anos. A herança vai para os filhos, mas nada para a filha, como atesta a seguinte cena: À pergunta de Isabel “– E a mim? Que me deixou o pai?”, responderá Henrique: “– [...] Pois digo-te: a ponta de um corno. Ouviste bem? A ponta de um corno!” (França, 1972: 25).

Assim, o romance *A Ilha e o Tempo* configura-se, à partida, como um protesto contra a injustiça de senhores de recorte feudal, representativos da prepotência do homem relativamente aos seus dependentes, sobretudo às mulheres e aos servos. Um protesto que vai ganhar corpo através da heroína, Isabel Balda, que cedo aspira a ser senhora do seu destino, na sua transformação de menina protegida à mulher independente e empreendedora, com ambições de prosperidade semelhantes às dos seus irmãos. Tornando-se proprietária de terras no Monte, Isabel apresenta-se como exemplo de empenhamento na valorização agrária: “Em terra onde há água ninguém morre de fome” (França, 1972: 187), fazendo Isabel suas as palavras que ouvira a seu pai e que, no auge da sua determinação, ganhavam sentido. À velha sentença defendida por esse mesmo Afonso e validada por D. João III, “Enquanto houver filho macho, não herdará a fêmea”²⁸ (servindo de epígrafe ao romance em vista), o narrador vai contrapor a história

²⁸ Em *António e Isabel do Arco da Calheta* (França, 1985: 218), a voz do texto retoma essa sentença para explicar o facto de Águeda de Abreu não ter herdado parte das terras que o seu marido, João Esmeraldo, o Velho, deixou, quando faleceu. Os beneficiários foram os seus dois filhos: João Esmeraldo, o fruto do

de uma jovem fidalga rebelde que, subindo a pulso, se revelará mais ativa e corajosa do que os irmãos, quer o mais velho, Diogo, o herdeiro natural, quer o benjamim, Henrique, a quem é legado bens suficientes para poder encarar o futuro sem apreensão. Com efeito, nesta narrativa sobressai a vontade feminina de alterar o curso da história social e cultural, até então monopólio do género masculino. Todavia, essa nova figura de mulher, que aspira a ser agente económico e a participar nessa mudança de mentalidade, acaba por agir como um homem, adotando um comportamento masculino, o que tem vantagens e desvantagens: passa a ser respeitada por todos, pode rivalizar com a concorrência masculina, mas não se realiza como mulher.

Quanto ao segundo romance – *António e Isabel do Arco da Calheta* –, João França revisita as memórias de uma época e romanceia a vida de duas figuras que existiram e que ficaram conhecidas pela trama “amorosa” que protagonizaram por volta de 1531. Bastou-lhe seguir o guião que a historiografia madeirense fornece para lançá-las numa aventura cheia de peripécias, por forma a intricar o nó do enredo até ao feliz desenlace. Aliás, o título do livro, de tipo eponímico, é significativo. O leitor fica logo a saber que a narrativa incide sobre um par amoroso, tal como a escrita literária a instaurou: *Tristão e Isolda*, *Grimalte e Gradissa*, *Romeo e Julieta*. Com efeito, alargando o leque de histórias de amor de contornos lendários ao imaginário e à tradição madeirense, como a de Roberto Machim e Ana d’Arfet, João França investe na reescrita da história do “amor desvairado” que António Câmara personificou, tendo como objeto de sua paixão, Isabel Abreu. Não se importando o narrador com o evidente anacronismo, a personagem António parece saída de um molde com caracterizações claramente românticas: “A sua atitude vai oscilar entre o desregramento e a virtude, em rebelião contra as regras de uma sociedade opressora” (Santos & Coelho, 2016: 86). Misturando narrativa de amor e fresco histórico, a voz do texto ensaia, não sem algum humor, uma Madeira atemporal, onde a realidade histórica parece ultrapassar a ficção, sendo elevada a alegoria. Encenando a luta de um fidalgo e de uma fidalga pela transformação das estruturas sufocantes da sociedade quinhentista, este romance apresenta-se como uma ode a uma Madeira liberta dos preconceitos e perseguições

primeiro matrimónio, e Cristóvão Esmeraldo, o filho do segundo matrimónio, com Águeda de Abreu. A divisão em duas partes das terras terá sido feita com o consentimento de Águeda. Ainda assim, Águeda tinha haveres mais do que suficientes para não ter que passar por dificuldades.

passadas e presentes. No final, o leitor poderá sentir-se como que posto perante uma história edificante.

O tempo histórico surge na obra através das seguintes referências a nomes, lugares e situações definidoras da época retratada: António é o bisneto de João Gonçalves Zarco, o filho de D. Joana de Eça, a camareira-mor da rainha D. Catarina de Habsburgo, e sabe-se que foi monteiro-mor de D. João III; Isabel de Abreu é viúva do filho do capitão donatário, Simão Gonçalves Câmara, e irmã de Águeda de Abreu, a segunda mulher do célebre mercador de origem flamenga, João Esmeraldo, o dono da Lombada da Ponta do Sol; descreve-se os ambientes da Lisboa popular e da corte de D. João III, comenta-se o surto de peste que grassava no Funchal e em Lisboa, evoca-se a presença portuguesa nas Índias e encena-se Larache, um dos principais portos do norte de Marrocos, onde o exército português combateu contra os muçulmanos.

Entrelaçando diversos acontecimentos escolhidos na História ou fantasiados, o enredo de *António e Isabel do Arco da Calheta* desenvolve as relações inicialmente difíceis entre António e Isabel, estando, contudo, a ênfase colocada em António, o fio condutor de todo o romance e o herói que alia força de vontade, constância no amor e esperança de vencer. Quanto à bela Isabel, ela surge, num primeiro momento, como objeto de mediação entre duas famílias ricas e poderosas; uma vez viúva, torna-se objeto de disputa entre António, que a quer desposar ao arrepio dos códigos vigentes e das conveniências sociais, e a família Abreu, que vê no propósito de António uma ameaça aos seus interesses e uma afronta à honra da família; por fim, Isabel resolve tornar-se sujeita da sua própria escolha e vai vislumbrar nos braços de António a possibilidade de uma felicidade conjugal.

A versão que João França propõe desse episódio histórico insistirá, não sem sublinhar os trejeitos da atuação feminina, na dinâmica entre atração e rejeição, parecer e ser, razão e sentimento, investida e resistência, próprio do jogo amoroso, segundo as regras do amor cortês. Enquanto Isabel não se decide a ceder às pretensões de António, a tensão entre o clã dos Câmaras e o dos Abreus acentua-se e o confronto parece inevitável, porque da vaidade fidalga nasce a guerra. Ao aceitar António, Isabel põe fim ao risco de luta armada. No entanto, a história não acaba aqui: para este amor ser grande, excecional, outras contrariedades e provações competirá a este casal enfrentar. Para deixar o leitor como que suspenso nesse amor exemplar, João França omite,

propositadamente, a versão desenvolvida por Gaspar Frutuoso, no capítulo 36 do Livro Segundo, do seu *Saudades da Terra*, que dá conta de António, depois de viúvo, ter voltado, cerca de 1555, à Corte e contraído novo enlace com D. Margarida de Vila Verde, dama da rainha. Tal revelação quebraria o efeito de encantamento a que o leitor se terá porventura rendido.

Como em *A Ilha e o Tempo*, a tónica da narrativa é colocada nas relações e motivações de uns e outros no seio familiar, daí *António e Isabel do Arco da Calheta* poder ser também considerada uma narrativa de vivências familiares. Nesse tempo, à mulher não era permitido ter vontade própria, decidir da sua vida. Dependia da família: do pai, do irmão ou pertencia ao marido. O casamento, alicerce da ordem social, era arranjado e visto como instituição incontestável, sagrada. Cabia à mulher ser obediente e assumir os deveres que a família lhe atribuía. Tendo irmãos, era naturalmente discriminada, em benefício deles, como ilustra a cena inicial da morte do pai, Afonso Balda, e da herança que deixa aos filhos, em *A Ilha e o Tempo*. A este propósito, repare-se que o romance abre com o falecimento do patriarca e encerra com a morte do seu mais digno descendente, ou seja, na contracorrente do então discurso dominante, a protagonista Isabel Balda. Optando igualmente por um momento significativo da vida familiar, o narrador de *António e Isabel do Arco da Calheta* inaugura o seu discurso com uma cena de casamento, que une – não António a Isabel – mas Isabel a João. Com efeito, a narrativa principia com os preparativos para o matrimónio que se vai realizar, sem a jovem ter sido ouvida nem achada:

O dia é de festa no solar do fidalgo galego João Fernandes de Andrade, no Arco da Calheta. Casara ele a filha mais nova, Isabel de Abreu, com João Rodrigues de Noronha, filho do capitão donatário do Funchal. (França, 1985: 13)

Ligavam-se, destarte, uma família abastada, a de João Fernandes do Arco com uma das mais prestigiadas da Madeira. João Rodrigues de Noronha, capitão de Ormuz, é o filho do terceiro capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara (1463-1530), cognominado de Magnífico, pela sua proverbial generosidade, pelas proezas guerreiras realizadas na costa marroquina e pela fama de ter enviado ao Papa Leão X uma sumptuosa embaixada, como agradecimento pela criação da diocese do Funchal em

1514 (facto que os historiadores não comprovaram, mas ao qual o romance não deixou de aludir, apresentando-o como se fosse um dado histórico²⁹). Tal fama será, aliás, aproveitada pelo narrador para caracterizar a personalidade de D. João III, quando revela ao leitor o melindre que a informação do envio da embaixada madeirense causou ao rei, ao imaginar-se diminuído junto do Papa por um dos seus súbditos (França, 1985: 92).

Abrindo o romance sob o signo da festa, mas contrariando o que seria para o leitor expectável, ou seja, a história da relação entre António e Isabel anunciada no título, o leitor depara-se com o nó da intriga e percebe que até os heróis se juntarem, várias peripécias terão que ocorrer. Tal estratégia narrativa só pode despertar ainda mais o interesse do leitor, porque, se é previsível (ou até já conhecido) os dois heróis saírem vencedores no desenlace, o que importa é saber o que se vai passar até lá.

Em todo o caso, a escolha de episódios e vultos históricos da Ilha não surgem por acaso, como já demos a entender, em *A Ilha e o Tempo* e em *António e Isabel do Arco da Calheta*. Na verdade, tal procedimento permite ao narrador entrar em diálogo com a História, jogar com as luzes e sombras que o discurso historiográfico, por muito metódico e rigoroso que seja, tende a manipular (em nome de escolas de pensamento ou de visões do mundo), fazer o confronto entre a História registada e a história que ficou em branco de outros atores e que só a imaginação pode resgatar. Convenhamos: o conhecimento do passado historicizado não deixa de ser uma memória parcial, a favor dos mais favorecidos. Nessa perspetiva, pode caber à ficção literária o papel de explorar as fendas e os silêncios desse passado, de desconstruir discursos oficiais e/ou simbólicos, bem como de propor uma memória cultural que importa reativar, porque a partir da sua externalização e coletivização, uma comunidade pode reencontrar-se e reinventar-se. Parece ser esse o propósito de João França, ao reconfigurar temas e gentes que possam contribuir para a explicação do mundo madeirense, esse modo

²⁹ Como lembra o romance *António e Isabel do Arco da Calheta* (França, 1985: 91), o referido capitão donatário teria enviado à Roma uma grande embaixada portadora de uma surpreendente oferenda a Leão X: a imagem completa do Sacro Colégio em tamanho natural, feita de alfenim. Todavia, segundo Luciana Stegagno-Picchio, não há memória ou registo em Roma dessa embaixada. Ver Luciana Stegagno-Picchio, “O Sacro Colégio de Alfenim. Considerações sobre a civilização do açúcar na ilha da Madeira e noutras ilhas”, *Separata* n.º 13 de *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal, set. 1989), 1990, pp. 181-190.

insular de ser português. Aliás, a justificação que o autor apresenta aos leitores na “introdução” ao seu romance *António e Isabel do Arco da Calheta* vai nesse sentido:

Presentemente, vamos ganhando a cómoda tendência de fugir ao Passado, como se enfadonha fosse a lembrança dos avós – fonte da nossa história, alicerces da nossa cultura. Bem pode estar isso acontecendo agora, com a ligação da crónica de ontem ao romance de hoje. (França, 1985: 10)

Na ótica do autor, essa memória cultural permitiria à referida comunidade perspetivar-se no tempo e refletir não somente sobre os avanços e recuos do seu devir coletivo, mas também sobre as condições de vida conquistadas.

As obras em estudo dão conta da organização social e do controlo do comportamento público do séc. XVI, indicam as sedes do poder religioso e administrativo. Na Ilha, os caprichos dos senhores confundiam-se com a lei, como se se tratassem de leis intransitivas, mas nenhuma se sobrepunha a do capitão do Funchal, a não ser que ele se tivesse ausentado da Ilha, ora para se encontrar com o rei, ora para combater os mouros no litoral de África. Nesse caso, havendo disputa entre senhores, o rei tinha que intervir, enviando um corregedor, como acontece na narrativa *António e Isabel do Arco da Calheta*.

Todavia, nesse mesmo romance, cuja ação se desenrola em vários espaços (Madeira, Lisboa, Canárias e costa marroquina), será feita referência direta à função da Corte de D. João III, do juízo do povo, do ouvidor do Funchal ou do corregedor régio, o desembargador Gaspar Vaz. Por via dessas figuras encenadas, dos perseguidores e dos perseguidos, o leitor vai conhecer, os mecanismos de uma justiça repressiva característica da época, assim como o ambiente algo austero, hipócrita e declinante de Portugal no reinado de D. João III, o rei que ficou na História conhecido como “o Piedoso” e “o Colonizador”. Quem desafiasse os valores daquele mundo quinhentista, independentemente da sua condição, tinha que pagar por essa ousadia e ser condenado. Também não era difícil ser-se alvo de intriga, inveja ou preconceito, mesmo quando se pertencia a um elevado estatuto social, como ilustram as reticências de que foi alvo D. Joana de Eça, antes de ser aceite na Corte. Deste modo, as experiências pessoais de António formam o núcleo de uma reflexão que, sem deixar de problematizar a liberdade

individual, se vai dilatando através do seu percurso de vida até construir uma imagem do país que, ao viver da desconfiança, soçobra na desmoralização generalizada.

Embora João França tenha colocado a ênfase das suas narrativas na fidalguia, porque lhe interessava construir figuras de exceção e desconstruir as esferas do poder, não quer dizer que não desmascare e não conteste o discurso desse mesmo poder. A representação que faz da maioria da alta nobreza portuguesa e madeirense de Quinhentos nas suas obras – retrógrada, arrogante e egoísta –, contrasta com os verdadeiros obreiros do desenvolvimento do Arquipélago, aqueles anónimos que, em nome da “Vida”, cuidaram dos bens e interesses dos seus amos, ergueram muros, pontes, casas, cultivaram a terra, criaram filhos na indigência ou na subserviência, resistiram a todas as contrariedades e arbitrariedades. Na narrativa de ficção de João França, a dignidade e a valentia de certos nobres não ofuscarão a dignidade e o esforço dos esquecidos da História oficial.

Com efeito, para homenagear simbolicamente esse grupo de anónimos, o narrador constrói nos capítulos IX e X, de *A Ilha e o Tempo*, o episódio da epopeia da remoção do pedregulho de basalto, “à beira do abismo”, que impedia a continuação da levada, sem a qual a “fazenda” do Monte de Isabel Balda não tinha viabilidade. Todo o texto procura mostrar como o penedo é uma dificuldade quase intransponível, porque, como ilustra a comparação, “estava fincado no chão como dente em queixada de cavalo” (França, 1972: 182). A sua remoção é um gigantesco trabalho só possível com técnica, centenas de braços e as devidas ferramentas, que vai envolver cinquenta foragidos, um “batalhão de besteiros maltrapilhos” (França, 1972: 184) do Curral, conduzidos por Bento Enjeitado, o meio-irmão de Isabel Balda, mais os nove homens de que a morgadinha dispunha. Tal epopeia do trabalho representa as dificuldades e os problemas que os madeirenses tiveram que enfrentar. Fazendo sobressair o vulgo e alguns dos seus protagonistas anónimos, o narrador destaca a força e o sacrifício daqueles que têm o poder transformador do trabalho. Note-se que esses homens, brancos e negros, foragidos e maltrapilhos, vivem refugiados no Curral, ilha dentro da ilha, em autarcia utópica, como que saídos de uma história alternativa da clandestinidade. Na margem do mundo organizado pelas instâncias então vistas como “legítimas”, esse grupo de seres humanos marginalizados souberam criar uma comunidade mais justa e fraterna, baseada na palavra de honra, na entreatuda e na

confiança. O narrador serve-se – em detrimento da verdade histórica comprovada, mas em nome da possibilidade histórica de transformação social – daqueles que, de facto, foram os verdadeiros construtores da Ilha, que atingem, assim, aos olhos do leitor, a humanidade e a dignidade habitualmente atribuídas às elites.

Outro aspeto marcante da época que não deixou indiferente o autor foi a epidemia da peste no Funchal e em Lisboa. Ambas as narrativas referem esse mal, que assolava localidades portuguesas, em particular o Funchal, entre 1521 a 1538, e o modo como esse flagelo era encarado. A peste assombrava os habitantes da Ilha, fazendo-os viver no medo e na insegurança de serem vítimas de tal doença. Rui Carita recorda, em *História da Madeira (1420-1566) Povoamento e Produção Açucareira*, que a peste se iniciou:

Primeiramente, em Machico, no ano de 1488 (...). O mal durou perto de um ano, alastrando aos lugares de Santa Cruz e, para norte, até Boaventura (...). Posteriormente foi a já cidade do Funchal atingida por igual surto de peste. Por muito cuidado que a câmara pudesse ter tido, o contínuo tráfego de navios vindos das mais diversas partes da Europa e nesta altura até já do Oriente, dificilmente era controlável. (Carita, 1999: 338)

Tal epidemia dizimava muita gente naquela altura e dela poucos escapavam. Ainda segundo o historiador, “decorria o ano de 1521 no Funchal, quando começaram a aparecer alguns casos de peste, tendo-se separado então os impedidos para fora da cidade, no sentido de tentar «parar o mal», o que não se conseguiu” (Carita, 1999: 339).

A Ilha e o Tempo vai, naturalmente, integrar esse incontornável dado histórico na reconstituição da época. A ambição de João França parece consistir, por um lado, em fazer reviver a História de tempos recuados e, por outro, em universalizar um processo de resignação de uma coletividade, que não sabe o que fazer diante de situação tão calamitosa. O cenário que a voz do romance visa representar ilustra duas atitudes possíveis: a tomada de consciência a que determinados indivíduos se submetem e o caminho do conformismo que outros tomam. A narrativa dá a ver ao leitor os seguintes quadros: face ao flagelo, indivíduos abastados procuram afastar-se dos focos mais ativos da doença, outros saem transformados pela experiência do horror da morte a que a peste os assujeitou. As autoridades administrativas e religiosas limitam-se a

reconhecer a sua impotência e remetem-se à santa vontade de Deus. Não havia meio de travar o contágio, tanto mais que o porto do Funchal não cessava de receber indivíduos de outras paragens, aumentando mais ainda as probabilidades de transmissão da doença. Optando por cuidar e acompanhar vítimas infetadas, a corajosa Isabel Balda suscitará a admiração de muitos homens e mulheres, revelando uma clara tendência para o heroísmo, um heroísmo talvez desesperado que parece conduzi-la ao limite do orgulho.

Em todo o caso, ao descrever uma localidade em apuros, encenando uma comunidade que tenta adaptar-se às condições de vida ditadas pelo perigo iminente, a voz do texto parece levantar a seguinte questão: a calamidade e todas as consequências dela decorrentes não funcionarão como um revelador da alma humana, das suas qualidades e defeitos? Será que tais experiências traumáticas não alteram, temporária ou indefinidamente, o comportamento, o carácter e a visão humana? Tal *stress* não induzirá a uma transformação dos seres e das suas relações, com desfecho imprevisível, para o bem ou para o mal?

O certo é que as relações sociais se humanizam um pouco mais em tempo de calamidade. Apesar de se viver numa sociedade profundamente desigual nas relações sociais e interpessoais, a verdade é que perante o avanço da peste, gere-se um sentimento de igualdade, como se, de repente, na desgraça, fidalgos e escravos fossem cordiais uns com os outros e se reconhecessem como pertencentes à mesma humanidade. Homens e mulheres, independentemente da sua condição social, tendem a sentir compaixão por aqueles que perderam um ente querido e mesmo aquele que era conhecido por ter um coração empedernido se torna capaz de desenvolver um novo olhar sobre os outros. Na verdade,

A peste não distinguia ninguém, nem ricos, nem pobres, nem religiosos. Eram todos iguais no sofrimento e na morte e, por isso mesmo, a soberba andava muito perto da humildade. Quebrando o medo a altivez senhoril, os mendigos viam os fidalgos sorrirem-lhe, como se lhes quisessem dizer: somos todos irmãos. (França, 1972: 95)

Resumindo: o homem revela-se tal como ele é sob a ameaça e a adversidade porque são estes os fatores suscetíveis de desencadear um processo de mudança de perspetiva e de atitude. Em situações-limite, o ser humano mostra a sua força ou a sua

fragilidade. É também no facto de interrogar o leitor a esse respeito que reside parte do valor do romance de João França.

Além disso, a epidemia de peste vai simbolizar o isolamento, o fechamento sobre si-mesmo, a incomunicabilidade com outros grupos a não ser o seu, ou seja, a condenação de si próprio. Em *A Ilha e o Tempo*, o problema é dado a conhecer da seguinte forma: “Viam-se os sãos em sobressalto, enquanto os contaminados se iam furtando ao desterro imposto pela lei” (França, 1972: 35).

Com base num episódio histórico, o autor imagina circunstâncias que representam, em sentido metafórico, o mundo em que vivemos: face a um problema de saúde pública desconhecido, a religião, o poder, o prestígio e a credulidade não têm resposta e dão lugar a uma nevrose coletiva. A peste, efetivamente, não escolhia pessoas, nem lugares.

Por exemplo, as freiras, no seu casulo religioso, votadas de corpo e alma ao céu, não ficaram imunes à epidemia que assolou o Reino e o Funchal. Para não depender mais dos irmãos, Isabel Balda entrou para o convento e desdobrou-se na assistência aos enfermos: “Em vez de fugir, impelida pelo pavor de toda a gente, sentara-se no chão, à beirinha do perigo eminente, tal como quem se sentara à beira do mais alto abismo e se deixara ficar à mercê de um sopro do vento” (França, 1972: 94). Acompanha, em particular, a filha do Capitão-donatário, uma jovem freira que, apesar da dedicação de Isabel, não resiste à força da doença. Reconhecendo, todavia, a coragem e o empenho da protagonista, o senhor da capitania do Funchal, em memória da filha, concedeu a Isabel Balda a sua proteção contra tudo e contra todos, outorgando-lhe o direito de ser dona de uma pequena propriedade agrícola no Monte, sobranceira à baixa funchalense. Esse reconhecimento está patente na reflexão que o Capitão partilhará com Diogo Balda, conforme transcrevemos de seguida:

Acontece algumas vezes serem as mulheres mais fortes do que nós. E creio não me enganar a crença que me leva a dizer-te: a mulher que não recuou diante da peste, e lutou com ela em ânsia de vencê-la, pode enfrentar tudo quanto a vida lhe reserve. (França, 1972: 100)

Assim, em *A Ilha e o Tempo*, a peste revela ser um elemento determinante na economia da diegese, não só porque teve influência na decisão de conceder à

protagonista o direito em tornar-se proprietária de uma fazenda, mas porque lhe tira a vida no final do enredo, sugerindo-se uma ironia do destino. Após anos a cuidar e tratar os pestilentos com quem se ia cruzando, acaba por ser vítima, aos trinta anos de idade, da doença que ceifou centenas de habitantes, de entre os quais Pedro Rui de Berenguer, Zeinab, Sali e Travanca.

Como já referido, associado a esse período histórico da Madeira está o apóstolo São Tiago Menor, visto como o santo milagreiro que pôs fim ao surto da peste no Funchal. Por gratidão, o povo elegeu-o como padroeiro da cidade:

O altar de Santiago Menor resplandecia de luz, noite e dia, e deslumbrava os mais humildes com a fartura das oferendas (...) Ninguém mais mostrava peste. Milagre total. Num só dia, diziam eles, Santiago fizera o que se não tinha feito em vinte anos. (França, 1972: 217)

Ainda hoje é cumprida a tradição de homenagear o Santo, no dia 1 de maio, com a procissão do Voto da Cidade, que percorre as ruas da Zona Velha do Funchal até à Igreja do Socorro.

Ainda assim, o texto não escamoteia a realidade da época, anotando que a peste não desaparecera totalmente da Ilha: “continuou no Monte, na cidade, na ilha inteira, porque não havia nada, nem choro nem luto, capaz de travar a caminhada da vitalidade, fosse qual fosse” (França, 1972: 229).

Tratando-se sensivelmente do mesmo período histórico, é natural que, em *António e Isabel do Arco da Calheta*, a epidemia de peste seja parte integrante do cenário retratado. Porém, contrariamente ao papel relevante que desempenha em *A Ilha e o Tempo*, a referida doença é mais aludida do que elemento acionador do mecanismo da narrativa. É perigo que preocupa as populações desses tempos provavelmente comparável ao que foi ou ainda é a pandemia de Sida, que surgiu no início da década de 1980, ou a epidemia de Ébola na África ocidental, em 2014-2016.

Através de um diálogo entre António e sua mãe, o romance recorda: “De que morreu el-rei D. Manuel? De peste. E de nada lhe valeu ter fugido de Lisboa para a cidade de Évora. Lisboa está cheinha de peste” (França, 1985: 27). Não era só em Lisboa, mas a doença fazia também vítimas no Funchal: “Todos os dias está a cair gente nas ruas, atacada de peste” (França, 1985: 28), reconhece D. Joana de Eça para, logo de

seguida, desdramatizar a sua incidência, considerando que a peste só afeta os mais fracos: “A peste não ataca toda a gente. Sabes, meu filho? A peste vive do nosso medo e, como as outras doenças, apoia-se mais nos fracos do que nos enfraquecidos” (França, 1985: 28). É certo que D. Joana usa esse argumento para convencer António a acompanhá-la a Lisboa, sendo, no entender dela, vantajoso para o filho afastar-se da Madeira por uns tempos e marcar presença na Corte portuguesa.

Naturalmente, algumas medidas eram observadas nos portos, nomeadamente no porto do Funchal, com vista a conter e isolar doenças infetocontagiosas. Não se podia desembarcar “sem prévia vistoria” dos homens e dos animais:

A lei era a lei e tinha de cumprir-se, segundo dizia o guarda-mor da Saúde, já a bordo. Suportava a cidade elevado número de doentes atacados pela peste. Por isso a autoridade não iria permitir a presença de outros contaminados, vindos de fora. Vinha a nave de Lisboa? Pior ainda. Bem se sabia como andava Lisboa no respeitante à peste. Até el-rei D. Manuel dela havia morrido, quanto mais os simples plebeus, como eram os mareantes e os mercadores embarcados! (França, 1985: 102)

Fica assim claro que os mais altos dignitários do reino temiam pela sua saúde. A Corte trocava de boa vontade o calor da Capital, “já de si instigador do mal da peste” pela “frescura de Sintra” (França, 1985: 129). Mais adiante, a narrativa aponta que o Capitão Magnífico, tio de António, famoso pelos seus feitos guerreiros na costa marroquina, deixara a Ilha para morrer em Matosinhos: “a idade viria a enfraquecer o ânimo do tio, a ponto de temer a presença da peste na sua cidade, à qual voltara costas. A velhice teria transformado o herói em cobarde” (França, 1985: 141).

O certo é que o mal da peste podia alterar os cenários que frustravam alguns, desbloqueando-lhes as situações desfavoráveis. Como não se conformava com a ideia de não ter para si Isabel, António chegava, no seu íntimo, a desejar a morte do primo, com quem ela contraíra matrimónio: “Isso acontecia a qualquer um, rico ou pobre, nobre ou plebeu. Para mais, o João repartia o seu tempo entre a vila e a cidade e na cidade havia peste” (França, 1985: 65). Embora não tivesse morrido por causa da peste, João Rodrigues de Noronha acabará por falecer poucos anos depois do enlace, deixando a mulher livre para casar de novo.

Enquanto o primo se encontra vivo e de boa saúde entre a Calheta e o Funchal, António, frustrado no seu amor e enfadado com a vida da Corte, entrega-se aos excessos de uma vida de boémia, em Lisboa, como quem não tem nada a perder, desafiando a morte, gratuitamente:

Sem pejo, bebia por canjirões plebeus, sabia Deus por que bocas passados. Mas disso não queria ele saber. Pelo contrário. Dir-se-ia desafiar a peste, peste e homens, mal o olhassem com desconfiança, com altivez ou só com antipatia. (França, 1985: 82)

Felizmente, essa atitude, expressão do drama da paixão humana, de quem se sujeita a uma espécie de “roleta russa”, não trará consequência de maior. Após múltiplas peripécias e reviravoltas, virá, para ele e para Isabel de Abreu, como anuncia o último capítulo epónimo, o “tempo de paz e sossego”.

Neste sentido, as crises de vária ordem, ora no coração dos protagonistas, ora no seio das suas famílias, ora no seio da comunidade funchalense, ora nos palcos em que Portugal se move, constituem o fulcro das obras em apreço, o que possibilita, desde logo, uma leitura de carácter universal e humanista. Por um lado, temos as relações familiares conturbadas, mas, por outro, as venturas de quem não desiste inserir na realidade parte dos seus sonhos e desejos, contra ventos e marés. Por conseguinte, temos não somente narrativas de família, narrativas de espaço, mas sobretudo narrativas de destinos humanos inconformados, visto que o eixo central de cada uma das obras é o percurso de vida do protagonista, sem foros de sagrado, mas determinado pelas forças do acaso inerente à condição humana, sendo antes ilustrativo de um heroísmo do quotidiano ao alcance de todas as pessoas de boa vontade.

2.2. – Da mulher submissa à mulher com vontade própria: mulheres de Quinhentos ao espelho dos nossos dias

Neste subcapítulo, procuraremos observar a construção que João França faz das heroínas, a imaginária Isabel Balda e a imaginada Isabel de Abreu, num tempo pouco

favorável à exaltação da mulher com vontade própria. Exploraremos as dificuldades, os dramas e as intrigas a que as heroínas estão sujeitas e que as respetivas famílias criam. Evidenciaremos ainda a questão do matrimónio, uma aliança negociada quase sempre pelos pais, em modo de casamento arranjado. Assim acontece com Isabel de Abreu que será casada com João de Noronha, ficando, todavia, viúva pouco tempo depois. Quanto à Isabel Balda, esta jovem imaginava partilhar a sua vida com Manuel, mas vê-lo-á partir numa expedição militar em terras marroquinas, devendo-se tal situação a uma manobra do pai, o velho Afonso Balda, a quem desagradava essa relação. Contrariada, Isabel fará a desfeita ao pai e aos irmãos de recusar todo e qualquer pretendente, optando pelo celibato. À primeira Isabel será dada, todavia, por mérito à persistência e à superação do apaixonado António Câmara, a oportunidade de experimentar o amor nas segundas núpcias; à segunda, não. Quando Manuel regressa à Ilha, após longos anos de serviço no exército da coroa portuguesa, é um homem diferente, muito envelhecido; nada tinha a ver com aquele a quem Isabel Balda prometera esperar. Assim, não fazia sentido: “amar aquele homem tal qual se apresentava (...), abrir-lhe os braços e a porta da sua casa seria passar o resto da vida a mentir” (França, 1972: 215). Situação atípica para uma mulher de Quinhentos e mal-aceite pela sociedade da época, não pertencer a ninguém garantir-lhe-á a possibilidade de ser dona do seu destino.

Em ambos os romances, a protagonista é fidalga madeirense e tem nome de Isabel: Isabel Balda, em *A Ilha e o Tempo*, e Isabel de Abreu, em *António e Isabel do Arco da Calheta*. Se a primeira nasceu da imaginação do autor, a segunda é figura histórica. Sabe-se que “Isabel”, derivado do nome hebraico *Izebel*, cujo significado é “casta”, “pura” ou “consagrada a Deus”, se tornou muito difundido na Península Ibérica e em França, entre a realeza e a nobreza a partir do século XII. Participando enquanto signo histórico na reconstituição da época retratada, parece funcionar no imaginário de João França como um nome que não só sublinha a nobreza de sangue como também a nobreza de carácter, já que, nos romances em foco, representa a mulher ciente do seu valor que não se deixa abalar pela adversidade. Ambas as heroínas representam destinos excepcionais de mulher para o período histórico em que a ficção as coloca.

Dada a paixão que despertou em António, é lícito imaginar que Isabel do Arco – como também é designada no romance – se destacava das demais jovens fidalgas madeirenses pela formosura que a caracterizava. É descrita, lapidarmente, como uma

mulher perturbante e sensual: “Beleza viva e viva fascinação. Rosto gracioso, oval, moreno; olhos grandes, negros; boca pequena, corpo esguio, ondeante em seu andar” (França, 1985: 19). Isabel Balda, por seu lado, não é retratada fisicamente no romance. No entanto, o texto sublinha que não lhe faltavam pretendentes. Em todo o caso, muito do seu encanto se deve à força de carácter, à coragem, ao seu bom coração e à sua capacidade de ultrapassar as contrariedades e de levar a cabo o seu projeto de vida. Nenhuma delas aparenta ser culta ou lida. Não manuseiam livros ou textos, não têm uma cultura livresca. Isabel de Abreu representa os valores perenes, éticos e religiosos, da fidalguia fundiária, garante da ocupação do território insular e da sua organização social e económica. Isabel Balda será a mulher empreendedora que organiza o trabalho humano sobre a natureza de modo a domesticá-la e a tirar dela proventos. Ambas ilustram a afirmação de uma identidade cultural e local, que se construiu como resultado de séculos de persistência e amor à terra, entre dificuldades e superações.

Nas sociedades europeias de Quatrocentos e de Quinhentos, à mulher, como já sublinhámos, não era permitido papéis relevantes na esfera social; era figura secundária, acessória, subordinada ao homem e confinada à vida doméstica. De acordo com Heleieth I. B. Saffioti:

Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milénios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação (...). Em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo. (Saffioti, 1987: 18)

A superioridade intelectual e física do género masculino, assim como a sua supremacia social, apresentava-se como uma evidência que ninguém punha em causa. A igualdade de género não aflorava no pensamento de filósofos ou de poetas, muito menos no de religiosos. Quando muito podia ser idealizada, entre a santidade e a exemplaridade, ou então, diabolizada, entre a bruxaria e o pecado. Discriminada relativamente ao homem, educada para ser objeto ou instrumento e não sujeito, a mulher era vista como bem de transação que permitia selar uma aliança política e/ou económica para a família. A sua honra e honestidade estavam sob constante escrutínio da comunidade a que pertence.

Na ficção de João França, são dadas a ver várias silhuetas de mulheres que compunham a sociedade portuguesa de Quinhentos: indistintas freiras, uma perturbante bruxa vidente, anódinas mulheres do povo e as incontornáveis escravas; são, porém, as fidalgas que ocupam o proscênio. Embora seja do conhecimento comum que, à época, as meninas fidalgas só tinham uma alternativa de vida, o casamento ou a vida conventual, não era, no entanto, impossível algumas destacarem-se pelo carácter excecional do seu perfil e do seu destino. Se muitas delas são altivas, inflexíveis, teatrais e fúteis, outras, mais raras, perfilam-se como corajosas, decididas e inteligentes; além disso, têm um grande coração. Em todo o caso, detêm poder, gozam de prestígio e cativam mais facilmente o leitor, pelo ar distinto e aprimorado que personificam. À volta de cada uma delas giram serviçais e escravos, familiares e gente de respeito. Quanto às escravas encenadas, a imagem que delas nos dão os textos não foge ao estereótipo rácico vigente até há poucas décadas no mundo ocidental: as mouras revelam inteligência, perspicácia e dignidade, por isso tinham maiores responsabilidades, à semelhança de Zeinab. Algumas mulatas apresentam-se como bonitas, sensuais e astutas, outras poderão ser amas e governantas que gerem com competência a casa de família a que estão ligadas, até na ausência dos donos, a exemplo de Linda Parda. Por fim, a raça negra é descrita como robusta e sadia, mas com atitudes acriançadas, o que se depreende do modo de ser de Cabinda (Santos & Coelho, 2016: 86). As escravas que têm a confiança da senhora ou do menino são indefetíveis servidores dos donos e tratadas quase como membros, ainda que subalternos, da família.

Voltando à questão do matrimónio, sublinha o narrador do romance *António e Isabel do Arco da Calheta*: “As raparigas não tinham voz ativa na matéria do casamento. Na escolha do genro, o pai sabia sempre mais do que todas as filhas” (França, 1985: 76). Isabel de Abreu, à semelhança da maioria das mulheres da nobreza daquele tempo – mas contrariamente à Isabel Balda que rejeitou a possibilidade de casar com Gonçalo Teive, um enlace que interessava ao velho Afonso – não contraria o dever de obediência de filha: “Por gosto do pai e vontade da mãe, aceitara o casamento com o João de Noronha” (França, 1985: 34). Deste modo, percebemos que o casamento arranjado, por interesse (quase sempre dos pais), era a regra e que o casamento por amor, uma excentricidade, como deixam supor as segundas núpcias de Isabel de Abreu.

Ambos os romances põem a tónica no papel das relações familiares na vida das jovens fidalgas. As raparigas estão sujeitas à hierarquia vigente no círculo familiar: quando solteiras, devem obediência aos pais e aos irmãos, quando casadas, pertencem ao marido e submetem-se às regras da família do marido. Quando viúvas, ficam sob a influência dos irmãos mais velhos. Assim sucede com Isabel de Abreu que, ao enviuvar, se vê novamente rodeada dos irmãos, Aleixo e Jerónimo (a viverem no Arco da Calheta), que tanto a protegem como também lhe controlam os passos e as decisões. É sobretudo a irmã mais velha, Águeda de Abreu, figura da megera, casada com João Esmeraldo, um homem tão rico quanto velho e desvalido, que se vai opor às intenções de António do Arco da Calheta. Sendo visivelmente quem lidera o clã Abreu, Águeda – a senhora que prepondera no solar da Lombada da Ponta do Sol – condiciona a inclinação que Isabel possa sentir por António e tudo fará para impedir tal união. Só quando souber que António salvou a vida ao seu neto, é que Águeda aceitará pôr tréguas à contenda. Depois da morte do pai, Isabel Balda vê-se sob a tutela do irmão Henrique, um homem de mau génio, que nega o desejo que a irmã nutre em querer tornar-se proprietária e conduzir a própria vida. As circunstâncias excepcionais em que Isabel se vai destacar acabarão por servir os seus intentos de emancipação, ao conseguir conquistar a sua independência dos irmãos.

Quanto à questão da sexualidade, percebe-se, quer diretamente, quer lendo nas entrelinhas, que o tema era tabu para as mulheres. Mas a voz do texto levanta o véu sobre este tema. Na noite de núpcias com João Rodrigues de Noronha, Isabel de Abreu não foge aos seus deveres conjugais, mas a experiência não lhe proporciona prazer nem satisfação:

De sua primeira noite de intimidade com o marido saíra Isabel um tanto decepcionada, não porque tivesse sentido a frieza do desapego mas porque lhe estava na memória esse tal ponto de referência, em forma de comparação: o abraço desesperado de António, naquela tarde, junto da ermida, no lugar das Amoreiras. (França, 1985: 77)

Mas quando, anos mais tarde, Isabel se entrega de corpo e alma a António, num contexto de amor recíproco, descobre uma sexualidade aprazível e o casal pode desfrutar de uma vida plena:

Em lua-de-mel de um entusiasmo sem tréguas de parte a parte, vive o novo casal o seu primeiro mês de enlace. Não se admira ele da fogosa comunhão, visto tê-la adivinhado há muito tempo. Mas ela, sim. Jamais imaginara uma tal embriaguez de corpo e alma, a qual parecia repartir a vontade de conceder, ora com egoísmo, ora com generosidade. Era como ter sede e a água, bebida a cada instante, fizesse ainda mais sede. Era também como se os próprios sentidos operassem o milagre de lhe acordar o corpo, o corpo de hoje, porque o de ontem havia sido uma triste mentira. Era ainda como se ela tivesse vivido na ignorância de quantas verdades pode o amor revelar ou esconder. (França, 1985: 194)

Nesse tempo, raramente a relação sexual combinava com o amor recíproco. A sexualidade conjugava-se sobretudo no modo masculino. Ao homem era permitido o adultério, o abuso ou mesmo o estupro, principalmente com as criadas, mouras, mulatas e/ou negras, como ilustram as personagens Afonso Balda ou o filho, Henrique Balda, em *A Ilha e o Tempo*. Também não admira que dessas práticas nascessem filhos ilegítimos, como exemplificam o caso de José Travanca e o de Bento Enjeitado, frutos das relações extraconjugais que o patriarca Balda teve. Recusa-se a reconhecê-los, mas toma-os para o seu serviço. Henrique Balda seguirá o exemplo do pai, no que toca a impor a sua vontade pela força e a satisfazer os impulsos carnavais. A desigualdade de género era regra que, nas nossas latitudes, vinha do início dos tempos: ao homem a satisfação sexual, à mulher o dever da procriação.

Essa agressividade sexual acabará por culminar, paradoxalmente, com a cena da violação/profanação de Isabel Balda por Cabinda, o escravo negro que tinha verdadeira adoração pela sua dona, condenando-se à morte por contágio. Repare-se que tal final devia constituir, tendo em conta que infringia o decoro e quebrava vários tabus, uma situação com o seu quê de escandaloso para um leitor dos anos 70 do século XX, época em que o romance veio a lume. Encontrando a dona deitada ao relento e julgando-a consentidora das suas carícias, Cabinda, que vinha embriagado da cidade onde se festejava o fim da epidemia, vai possuir aquele corpo de menina-mulher:

Enlouquecido, mexia-se e resfolgava, aplicava-se e não compreendia a razão daquela dureza (...). Desvairava-o o desespero. E o esforço

tornou-se brutal. Joelhos fincados na terra, mãos nos ombros da mulher, a puxá-la para baixo, e todo ele a investir, a esmagar, a esmagar até a própria dor. Empurrou tudo na frente e tudo se rasgou e esfolou. (França, 1972: 223)

Isabel, que negou em vida a possibilidade de uma relação íntima, é desflorada na morte pelo escravo que a venerava e por quem ela mais tinha consideração. Daí podemos concluir que toda a negação do amor gera a morte e aliena aqueles que estão condenados à subjugação. O desfecho do romance apontará a possibilidade de que a morte transforme a derrota num ponto de partida: a senhora da fazenda do Monte é derrubada pela peste, mas existe a obra material e espiritual que deixou aos seus dignos herdeiros. Casados por amor, o sobrinho, Jorge Balda, e a afilhada, Benvinda, darão continuidade ao projeto da tia, configurando a possibilidade de um mundo melhor (como sugere o nome da afilhada), erguido na aceitação do outro em regime de convivência harmónica e de mútuo respeito.

A exemplo do que personifica o casal Jorge e Benvinda, o par António Gonçalves da Câmara e Isabel de Abreu vai representar o entendimento conjugal, construído com base no respeito mútuo e no amor, que, apesar de todos os contratempos e obstáculos enfrentados, será coroado com o nascimento de uma menina, Maria Flor.

Além da questão da harmonia marital, vista como relação com afeto positivo e como importante fator de desenvolvimento sociocultural da identidade do género, o discurso narrativo dos romances de João França em foco, aflora a questão da educação da mulher: a oportunidade de aprender a saber ser, saber estar, saber comunicar e saber fazer dada a certas mulheres, independentemente da sua origem geográfica ou social, mostra bem que a educação permite não só o desempenho de cargos de responsabilidade e de confiança como também o de ser digno de representar a elite social. Linda Parda é o exemplo da escrava mestiça que dá provas de inteligência e ponderação na organização e gestão do solar da família Gonçalves da Câmara: “Aprendera muita coisa boa com a senhora ama, inclusive andar calçada e prezar o asseio” (França, 1985: 107). Benvinda, filha de uma escrava moura e perfilhada por Isabel Balda, tornar-se-á numa donzela virtuosa e encantadora que não deixará indiferente o sensato Jorge Balda. Neste sentido, Linda Parda e Benvinda parecem espelhar uma configuração social mais igualitária entre homem e mulher, entre senhora e escrava, entre europeus e africanos.

O modelo da mulher virtuosa está patente no romance *Antônio e Isabel do Arco da Calheta*. D. Joana de Eça, a mãe do herói, Antônio Gonçalves da Câmara, é personagem relevante tanto por ser uma figura histórica que teve influência na Corte como por desempenhar um papel significativo na economia da narrativa. Representa a fidalga exemplar de todas as virtudes, irrepreensível no cumprimento dos seus deveres, enquanto católica, dama da confiança da Rainha, zeladora das propriedades da família, esposa e mãe. Uma mulher que, na ausência do marido, Pedro Gonçalves da Câmara, enviado à Índia a serviço d'el-Rei, administra as suas propriedades, orientando o seu círculo familiar, assumindo por inteiro a educação do filho. Quando é convidada para servir a Rainha, deixa o seu solar da Lombada do Arco aos cuidados de Linda Parda, a velha criada de confiança da família, que a auxiliou a criar Antônio. D. Joana de Eça perfila-se no romance como um modelo de mulher ilustre, que se destaca pela inteligência e pela graciosidade. A voz narradora apresenta-a do seguinte modo:

À beira dos quarenta anos, (...) era de figura airosa, rosto de boa aparência, olhos e cabelos de um castanho-dourado e mãos de uma brancura quase transparente e sem excesso de anéis. Embora vestida luxuosamente, mostrava saber dosear o bom-gosto e a cor discreta. (França, 1985: 73)

Tais qualidades não passarão despercebidas ao casal real. Sobriedade, elegância e decoro são as características que lhe valeram o reconhecimento da rainha D. Catarina, ao querê-la perto de si, primeiramente como aia e depois como camareira-mor. Em linha com todas as mulheres que foram mãe ou avó na ficção de João França, D. Joana de Eça tem um forte instinto maternal e preocupa-se muito com o filho único e as suas escolhas de vida. Por isso, não vê com bons olhos a atração que Antônio sente por Isabel e tenta dissuadi-lo da sua inclinação amorosa com o argumento da diferença de idade, não sendo bem aceite, do ponto de vista dos costumes da época, o homem ser mais novo do que a mulher pretendida: “Apenas três anos a mais do que ele tem Isabel de Abreu. E levantavam-se reparos de condenação, como se uma jovem de vinte anos pudesse ser velha diante de um rapaz de dezassete!” (França, 1985: 26).

D. Joana ambiciona um partido menos problemático e mais vantajoso para o filho: “E não escondia as bem-intencionadas manobras de pôr ao alcance do filho as mais prendadas moças da Corte, mas sempre sem êxito” (França, 1985: 81). De

qualquer forma, tinha a convicção de que Isabel não correspondia aos avanços amorosos de António. Mas António não desiste e acabará por conseguir o seu intento. Com o passar dos anos, a matriarca da família Gonçalves da Câmara, ultrapassando o seu preconceito relativamente ao facto de se tratar de uma fidalga que nunca saiu da Ilha e com mais idade do que o filho, render-se-á aos méritos de Isabel, a mãe da sua neta.

Ao desejarem uma outra conformação identitária e social do que aquela que prevalecia no tempo-espço que lhes foi dado viver, as heroínas dos romances em estudo não se conformam ao papel que a moldura social da época lhes impunha. Por esse motivo, terão de pagar o elevado preço da ousadia. A rebelde Isabel Balda virá a falecer antes de poder colher os frutos do seu esforço, inspirando, todavia, o sobrinho e a afilhada que vão personificar, através do amor que os une, o processo de mudança de mentalidades. A determinação e o exemplo de Isabel Balda são a prova de que a mulher pode rivalizar com o homem, enquanto agente de transformação social e económica. Ciente do seu papel de filha obediente e orgulhosa de sua condição nobre, a comedida Isabel de Abreu age, de início, em conformidade com o plano que interessava à família. Uma vez viúva, e tornando-se o centro de um conflito entre duas famílias fidalgas, a sua e a do seu indefetível pretendente, sentir-se-á dividida, mas acabará por render-se ao amor de que António não se cansa de dar provas. A decisão tomada culminará numa relação conjugal plena que será, pouco depois, interrompida por uma ordem de detenção contra António, por queixa de Águeda, a irmã de Isabel. Após cinco anos de exílio, António, a quem foi, entretanto, concedido um perdão régio pela coragem demonstrada em campos de batalha ao serviço da Coroa, regressa à ilha da Madeira, reencontra a mulher que por ele esperou e tem a surpresa de saber-se pai de uma menina chamada Maria Flor. O casal vai poder, finalmente, consolidar a vida familiar e nela realizar-se.

Quanto à protagonista de *A Ilha e o Tempo*, o texto sublinha, desde logo, que Isabel Balda tem a desvantagem de ter nascido mulher num tempo determinantemente patriarcal: “Todos almejam um rapaz. Só rapazes. O homem, apenas o homem é o ser superior” (França, 1972: 19). Nasceu, portanto, num mundo que discrimina as mulheres: “Os homens punham e dispunham ao seu bel-prazer. Eram semelhantes aos deuses na vontade própria e na adoração alheia” (*Ibidem*: 23). Na perspetiva da mentalidade então vigente, a mulher era vista como um ser inferior, socialmente desconsiderado e relegado a um papel menor na escrita da História. Como observa Gilles Lipovetsky: “É certo que

os antigos louvaram algumas mulheres pelas suas virtudes exemplares, mas o género feminino não deixa por isso de estar relegado para as tarefas sem prestígio da vida doméstica” (Lipovetsky, 1997: 230).

Neste sentido, o sociólogo francês acrescenta: “Em todo o lado, as actividades valorizadas são aquelas que os homens exercem; todos os mitos e discursos evocam a natureza inferior das mulheres” (*Ibidem*: 225). O quadro mental desse período da História da Humanidade corresponde à tipificação que Gilles Lipovetsky apelidou de “primeira mulher ou a mulher depreciada” (*Ibidem*). Ora, a personagem de Isabel, uma mulher à frente do seu tempo, recusa a condição de mulher subalterna. Nascida sob o signo da nobreza, o que lhe dá alguma margem de manobra, a sua conduta aproxima-a do ser consciente do seu valor e do papel relevante que pode desempenhar à sociedade.

Aliás, se compararmos a distância temporal que separa as duas realidades – o tempo narrado (séc. XV) e o tempo em que o romance foi escrito e publicado (séc. XX) – o leitor fica com a clara percepção de que o texto denuncia criticamente a desigualdade de género: “Os homens, sempre os homens a mandar em tudo, a dominarem a gente...” (França, 1972: 20). À luz dos pressupostos da nossa contemporaneidade ocidental – os do século XX e, sobretudo, os do século XXI – tal cenário só pode suscitar a indignação por parte do leitor hodierno, de mentalidade mais aberta e tolerante, educado no contexto da promoção da igualdade de género. Neste sentido, dificilmente se poderá considerar que a estratégia narrativa levada a cabo pelo autor não consegue atrair a simpatia do leitor pela protagonista.

Todavia, a morte prematura de Isabel Balda, aos trinta anos de vida, parece encerrar um ciclo de superações e conquistas, feito de vários sacrifícios. Tal desfecho trágico poderá significar que a mudança de paradigma está longe de ser aceite. A narrativa de ficção mostra, porém, que os valores representados por Isabel Balda terão eco, nomeadamente através dos seus filhos espirituais, Jorge Balda e Benvinda. Deste modo, a construção de uma sociedade mais humana e equitativa continua a ser assegurada pela geração seguinte.

Isabel Balda simboliza muitas outras mulheres que vivem oprimidas e solitárias. À luz da nossa contemporaneidade, pode-se afirmar que esta personagem, capaz de rivalizar com a entidade masculina, serve de exemplo para as mulheres que procuram o seu lugar na sociedade. No fundo, Isabel é o típico caso da heroína que, em vida, sofreu

por não ser compreendida na época em que estava inserida. Para a posteridade, fica a imagem de uma mulher de coragem, decidida e capaz de ocupar uma posição de liderança, talvez um pouco masculina no seu modo de se fazer respeitar, parecida com o pai na forma de estar e de mandar, daí pensarmos que temos uma espécie de narrativa de um poder invertido. Se o poder era antes exercido apenas por homens, Isabel Balda prova que tal responsabilidade está ao alcance da mulher. Assim, a escrita de João França parece mostrar que a filha herdou do pai todas as suas características de líder e que o tempo-espaço que lhes foi dado viver obrigava a um comportamento autoritário.

Na construção identitária da fidalga madeirense, esta apresenta-se, regra geral, ciosa do seu papel de guardiã da honra da família e zelosa pelo bem-estar dos seus. Ainda que cientes de sua condição nobre, as heroínas encenadas nos dois romances em foco pautam-se pelo encanto, inteligência, carácter e desembaraço físico. Algumas fidalgas revelam-se fúteis ou bisbilhoteiras, outras acusam feitio inflexível e dureza de coração, a exemplo de Águeda de Abreu. Viúva e recasada com um homem velho e desvalido, talvez ressabiada pelo facto de não ter tido a oportunidade de conhecer o amor de verdade, sente-se rodeada de incapazes, a começar pelos irmãos, Aleixo e Jerónimo, duas criaturas inscritas sob o signo da pusilanimidade. Nunca suportou o jovem António do Arco da Calheta e parece querer dirigir a vida da irmã mais nova, ainda que viúva. Águeda é a terceira mulher, do histórico comerciante João Esmeraldo, senhor de grandes terras por todo o arquipélago. Águeda vive à sombra do prestígio do marido, não escondendo o orgulho que tal estatuto lhe proporciona:

Ali está a orgulhosa Águeda, coberta de sedas e joias, pintada de carmim e a fingir-se rapariga sem cuidados, como se quisesse dizer-se neta do próprio marido, a seu lado, esse velho João Esmeraldo, dono de quase toda a Ponta do Sol. (França, 1985: 31)

No romance, João Esmeraldo é retratado como “quase surdo e pitosga” (França, 1985: 159). A esse respeito, vale a pena reparar que a ficção de João França dá uma imagem pouco reluzente do homem rico e poderoso chegado a velho: assim acontece com o Capitão Magnífico, em *A Ilha e o Tempo*, e com o velho João Esmeraldo, em *António e Isabel do Arco da Calheta*, que se perfilam como débil, decrépito, assustado e atormentado pelo medo da morte.

Manifestando atitudes de uma pessoa mal resolvida, Águeda não visa realizar-se na busca da felicidade possível, ficando antes dividida entre a sua ideia do dever, da defesa da honra da família e do poder que goza. Comporta-se como se fosse a chefe do clã Abreu e exerce forte influência nos irmãos. Assim, parece-nos que a escrita de João França, ao denunciar esse comportamento de prepotência e altivez no feminino, apela à mudança de paradigma na relação mulher e casamento.

Nesta linha de pensamento, se considerarmos os dois romances em apreço, verificamos que as protagonistas escolhem o caminho mais difícil, ao divergirem dos códigos comportamentais vigentes na sociedade da época, para terem a oportunidade de conquistar a realização pessoal. Isabel de Abreu e Isabel Balda acabam por romper com o espartilho imposto pelo meio social e alcançam outra conformação da sua liberdade pessoal ou familiar. Estas duas mulheres têm, pois, em comum uma grande força de vontade e um grande carácter, à medida que vão evoluindo na economia da diegese, demonstram espírito de iniciativa e perseverança. Como sublinham Thierry dos Santos e Leonor Coelho, a construção destas personagens parece seguir:

um modelo de “emancipação da mulher”, à procura da realização pessoal, numa contínua dinâmica de afirmação das suas capacidades físicas, morais e intelectuais, bem como de empenho por mais solidariedade humana e direitos femininos. (Santos & Coelho, 2016: 83)

Neste prisma, a escrita de João França defende um novo lugar da mulher na sociedade. Não se trata ainda da “Terceira Mulher”, entregue “ao imperativo moderno de definir e de inventar a sua própria vida”, tal como Gilles Lipovetsky (1997: 233) caracteriza a mulher ocidental contemporânea, mas João França projeta na sua ficção mulheres que ousam tomar conta de si e se emancipam da autoridade do homem.

Neste sentido, Isabel Balda e Isabel de Abreu, a primeira mais do que a segunda, marcam a mudança no sentido de porem fim à supremacia masculina. Todavia, a mudança prefigura-se como um processo lento, porque, como ilustram os romances em questão, existem muitas barreiras e resistências. Tendo como pano de fundo o século XVI, os romances *A Ilha e o Tempo* e *António e Isabel do Arco da Calheta* não deixam assim de dialogar com a contemporaneidade. Ambas as narrativas oferecem uma perspetiva da situação da mulher de então, levando o leitor hodierno a estabelecer um

paralelismo entre a mulher quinhentista e a mulher atual, a questionar-se sobre o papel da mulher no Portugal do séc. XX. Sendo figuras excepcionais, as duas protagonistas pertencentes a um mundo quinhentista colocam o problema da legitimidade em aspirar a uma igualdade de género. Além do mais, dificilmente o leitor do século XX aceitaria o facto de o género feminino não ter beneficiado, ao longo dos séculos, de mais direitos ou de melhores condições de vida. Todavia, note-se que, quando os romances foram publicados em Portugal, o primeiro nos anos 70, o outro nos anos 80, tal problemática estava longe de estar resolvida. João França não descarta a função social da literatura: suscitar o gosto pelas artes e a cultura, apreender a dinâmica social, indicar sinais de disforia na sociedade e, neste caso, promover um novo estatuto da mulher.

2.3 – Para a emergência de uma nova conformação identitária e social

Numa topografia insular quinhentista onde as representações espaço-temporais dos seres e dos lugares levam à reestruturação da memória histórica e do imaginário coletivo, pelo viés de uma reconstituição de ações, gestos, pensamentos e factos que reencena o viver de homens e mulheres de casas nobres madeirenses, assim o leitor é projetado em enredos que lhe revelarão aspetos da aventura interior dos perfis ficcionados. Além disso, o elenco de figuras escolhido pelo autor visa dar aos leitores portugueses, em geral, e aos madeirenses, em particular, motivos para sentirem orgulho do devir histórico da comunidade de que são originários.

Em ambos os romances, o protagonismo recai sobre a espécie social da fidalguia madeirense. Em cada livro, um ser de exceção conduz a ação da narrativa. *A Ilha e o Tempo* desfia a história de uma mulher fidalga, decidida e empreendedora, de nome Isabel Balda, que projeta a aquisição e transformação de terras para cultivo, configurando uma narrativa de emancipação que quase quinhentos anos depois continua viva e próxima. *António e Isabel do Arco da Calheta* fixa a história do homem, do fidalgo, do poeta, do soldado, de nome António Gonçalves da Câmara, protagonista de uma história de amor que se tornou lendária e celebrada por escritores portugueses. Estes fidalgos representam os seguintes valores: denodo, coração, iniciativa, instinto e coragem. Ele e ela suscitam a admiração, mas são também vistos como loucos.

Isabel Balda foi criada em ambiente masculino, pertence à fidalguia fundiária, tem nobreza de alma, simboliza o carácter demiúrgico do trabalho, configura os que humanizam e valorizam a ilha da Madeira. António da Câmara foi criado em ambiente feminino, pertence à fidalguia fundiária e cortesã, instruído, leal à Coroa, poeta, é homem sentimental que oscila entre o racional e o irracional, configura o madeirense que vai e volta, que leva o bom nome da ilha da Madeira por onde passa, seja na Corte ou noutras paragens.

Naquele tempo, o protótipo da família fidalga não oferecia aos seus filhos um quadro favorável ao desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Os filhos eram criados pelos serviçais, os que não eram primogénitos eram relegados a segundo plano, as raparigas eram discriminadas. Isabel mal conheceu a mãe; António mal via o pai; sabia-se que na criadagem podia estar um meio-irmão ou vários. O meio familiar não dota o indivíduo de estratégias de regulação emocional, potencia antes a carência afetiva, a disputa e a inveja, a agressividade e a impunidade, a falácia e o oportunismo. Nado e criado numa família marcada pela ausência do pai, António, filho único, vai comportar-se como um morgado mimado, com apenas uma ideia em mente, casar com Isabel de Abreu, depois de esta ficar viúva. Vendo-se desapossada de tudo por vontade do pai e em benefício dos irmãos, Isabel Balda empreende conquistar a sua autossuficiência e tornar-se proprietária de terras. Todas as suas energias serão canalizadas para essa finalidade. Consegue atingir os seus objetivos, mas terá um fim trágico.

Determinação ou monomania? Ao dar protagonismo a estas figuras, não estarão estes romances a fazer o elogio do atrevimento, do inconformismo e, até certo ponto, da loucura? Mas não será a ousadia que faz avançar o mundo? Os protagonistas, António da Câmara e Isabel Balda, não se “encaixam”, de facto, nos moldes de comportamento pensamento comumente aceites no quadro histórico-social em que evoluem. A nobreza movia-se de acordo com os seguintes pontos cardeais: estatuto, poder, riqueza e privilégios.

A esse respeito, veja-se como a voz do texto expõe a problemática das disposições testamentárias. O prestígio de família brasonada e o poder das suas gentes encobria brigas que resultavam de questões de herança:

Fosse ela pobre de haveres, (...), e certamente os irmãos teriam procedido de outro modo. Deve ser isso mesmo. O ouro tinha o condão de transformar os sentimentos humanos em instinto de feras. Os irmãos de Isabel não escapavam ao sortilégio da gula. Mas que sabia da verdadeira riqueza da casa e das terras da Lombada do Arco? Ele, António Gonçalves da Câmara, único herdeiro dessa riqueza, não viria a ser menos rico do que Isabel de Abreu. Os irmãos é que estariam a afastá-la do casamento e da possibilidade de ter filhos, a fim de que, por morte dela, a fortuna lhes não fugisse. Era esse o pensamento. A António não restavam dúvidas. Em todos os tempos os herdeiros sem alma haviam pensado na morte imediata de quantos esperavam a herança. Não ele. (França, 1985: 122)

Em *A Ilha e o Tempo*, os Baldas constituem o tipo de família nobre respeitadora da prática da vinculação. Por essa via, a propriedade da terra era inalienável e garantia a essa família linhagem e historial. Perpetuava-se assim o nome da família e assegurava-se o lustro e a honra da Casa. Quando o velho Afonso morre, Diogo, o primogénito, herda mais do que os irmãos: “Tudo quanto é maior foi para Diogo” (França, 1972: 22). Essa preferência exigia do morgado mais responsabilidades e deveres. Mas também podia suscitar inveja ou um sentimento de injustiça nos irmãos ou cunhados. Desfavorecido em benefício do irmão, Henrique Balda vê em Diogo um rival. A sua personalidade parece ter sido afetada por esse costume do sistema feudal. Revela ser uma pessoa amarga, intransigente, gananciosa, não olhando a meios para atingir os seus fins. Numa época em que a consideração social era proporcional à extensão das propriedades de que uma família era possuidora, Henrique invejava o prestígio do irmão. Revia nele aquilo que não era e que gostava de ter sido.

Apesar de considerar profundamente injusto nada lhe ter sido deixado pelo pai, Isabel não se dá por vencida e não se deixa invadir pelo rancor. Alma forte e bom coração, é sensível ao desespero alheio. Não fica indiferente àqueles que precisam de ajuda. Talvez por ter crescido num ambiente em que tudo era permitido ao homem, Isabel quer provar que pode triunfar por mérito próprio, muito menos dependendo de um marido imposto. Não lhe faltam pretendentes, porém, não se revê no papel tradicional da esposa submissa: “Isabel pensava, olhava para dentro de si mesma e via

não ter nascida para ficar sentada, de bordado no regaço, à semelhança de Briolanja, mulher indolente, vivendo para enfeitar-se e enfeitar o marido” (França, 1972: 24).

Isabel aspira à sua autonomia e autossuficiência e enfrenta o descontentamento de Henrique, que chega a agredi-la de várias formas, física, verbal e psicologicamente: “Quem raio és tu? Homem ou o Diabo? (...). És mulher e minha irmã, por desgraça nossa! O que não podes é governar-te por ti mesma” (França, 1972: 87).

Os irmãos Baldas criticavam o facto de Isabel querer desenvolver o seu próprio projeto de exploração agrícola e tornar-se independente. Não ficava bem a uma mulher da sua condição tal atitude. Note-se que Isabel, inconformada com os planos que os irmãos tinham para ela, foi viver para o convento de Santa Clara, onde, semeando o bem e a coragem, acabará por colher a admiração e gratidão do Capitão-donatário.

Uma vez à frente das terras que vai mandar desbravar, Isabel Balda terá de se afirmar com autoridade e mostrar firmeza para se fazer respeitar. Saberá, todavia, tornar sustentável o seu empreendimento, desenvolvendo-o, ouvir os bons conselhos e rodear-se de quem lhe pode valer, com humildade e sem preconceitos. Apesar de poder contar com alguma força braçal, a tarefa não se avizinha fácil:

A terra ficava no alto. Uma vez alcançada, já conhecedores das coisas da terra agrária, olharam em redor, desanimados com o declive dessa faixa matagosa. Erva, giesta, urzes e loureiros frondosos emaralhavam-se à sombra de dragoeiros gigantes, a desafiar a lei da gravidade. (França, 1972: 116)

O excesso de vegetação, designadamente dragoeiros, a abundância de rochedos e o acidentado do terreno constituem um autêntico desafio à vontade humana. A domesticação da natureza é comparável a um trabalho hercúleo e a descrição desse processo no romance ganha acentos de gesta. Tão importante quanto moldar a natureza é domesticar a água:

Embora se entregassem todos ao trabalho da terra, derrubando árvores, removendo o mato e construindo cabanas, o fulcro do pensamento geral era a água. Viam-na correr lá em baixo no talvegue do vale, tal como se a vissem no outro lado do mundo (...). Um pouco daquela água chegaria à terra do Monte. (França, 1972: 120)

Neste sentido, podemos ver a importância da água como o recurso indispensável para o cultivo das terras, através da construção de uma levada de que dá conta a obra romanesca. A futura fazenda de Isabel Balda nada deve ao improviso: “O plano era este: primeiro, as cabanas; segundo, o nivelamento da terra, por meio de socalcos; depois, a abertura da levada, e por fim a construção da casa, cozinha e forno de pão” (França, 1972: 123).

Se *A Ilha e o Tempo* configura a narrativa do cultivo do solo, de como criar boa terra em terrenos incultos sob a direção de uma mulher, *António e Isabel do Arco da Calheta* propõe uma narrativa do cultivo do intelecto, do requinte e da nobreza de alma. A primeira narrativa sublinha a liberdade, a prática, a planificação, a organização, a gestão e a competência pessoal de liderança. À medida que for avançando no arroteamento dos seus terrenos, Isabel lembrar-se-á das reflexões que o pai fazia sobre agricultura e sobre o exercício da autoridade. A segunda narrativa insiste na lealdade, na sensibilidade artística, na performance verbal e física, no amor, no conhecimento adquirido nos livros e no saber de experiência feito. Aliás, no segundo romance de João França não faltam relações intertextuais e referências culturais, a exemplo das menções ao prosador Bernardim Ribeiro, ao poeta Francisco Lopes, ao dramaturgo Gil Vicente ou ao cronista Garcia de Resende. O pai transmitiu a António o gosto pelos livros e pelas armas de fogo – esta última referência é marcante porque se tratava de novidade tecnológica no séc. XVI: as “espingardas” (‘mosquetes’) e as “bombardas” terão, aliás, um papel significativo no episódio do cerco ao solar da Lombada da Ponta do Sol (cap. XIV) –, a mãe proporcionou-lhe uma educação de elite:

D. Joana resolvera levar o filho consigo para Lisboa, a fim de proporcionar uma educação aprimorada. E tê-la-ia no Paço da Ribeira onde el-rei D. Manuel havia fundado uma escola para a fidalguia juvenil. Nela se ministravam os ensinamentos das letras e das artes, incluindo a de bem rimar, cavalgar e esgrimir. (França, 1985: 34)

António vive durante anos com a ideia de, um dia, “levar a cabo a feitura de um poema, meio épico, meio lírico, no qual pudesse cantar a luta do cavaleiro por sua dama de eleição” (França, 1985: 74). Esse momento dar-se-á precisamente no remate do romance.

Embora ambos os protagonistas tenham nascido num berço privilegiado, é, ainda assim, como acontece com todos os demais, a vida que se encarrega de ensiná-los a serem fortes, por via dos contratempos e das contrariedades, para poderem levar a cabo a sua realização pessoal. Apesar de todas as dificuldades encontradas e superadas, o ânimo nunca se deixará arrastar por sentimentos negativos, tais como vingança, agressividade, hipocrisia, egoísmo ou maledicência. Com efeito, António Câmara e Isabel Balda vão sempre pautar-se por sentimentos nobres, passando, mesmo assim, por um longo processo de amadurecimento, que lhes confere uma consciência mais aguda da relação ao Outro, lhes traz sagesa e as torna pessoas melhores.

Por isso, não admira que António Câmara e Isabel Balda mantenham uma relação de grande confiança com as gentes das suas Casas. Sem nunca pôr em causa a hierarquia social, António, seguindo a tradição familiar, demonstra ter grande consideração por Linda Parda, a velha criada mulata, pode sempre contar com a cumplicidade do pajem Vicente (talvez o seu meio-irmão, a julgar pelos traços físicos e pela atitude de Pedro Gonçalves da Câmara, quando se desviou da resolução de entregar ao alcaide ou à roda do convento o recém-nascido abandonado no seu quintal, p. 145), estabelece uma relação de camaradagem com Telmo de Almada, o capitão da barca “Senhora da Graça”; o seu estatuto e fama elevam-no a modelo para os jovens Martim Gonçalves da Câmara e António Esmeraldo, a nova geração a quem caberá desempenhar um papel relevante no futuro da ilha da Madeira.

Rompendo com os padrões comportamentais da família Balda, Isabel vai inaugurar um novo modelo relacional com os seus trabalhadores. Todavia, essa mudança terá que ser progressiva, já que Isabel precisa fazer respeitar-se, chegando a lembrar as atitudes férreas que o pai tomava para não permitir displicência por entre a mão-de-obra nas tarefas por executar:

O pai, outrora, e, agora Henrique tinham razão: escravo não podia ser tratado como o resto da gente. O senhor não lhe podia mostrar os dentes, ou vê-lo-ia rir mais alto. Portanto, tinha de ser dura, sobretudo quando se sentia fraquejar. (França, 1972: 151)

Por muito que lhe custasse, tal era a linguagem da época a que tinha de recorrer. Todavia, Isabel olha para os escravos ou os marginalizados como seres humanos que

são. Essa disposição torná-los mais propensos a corresponder às expetativas da “morgadinha”, a exemplo de Cabinda. Baseado no pressuposto do respeito pela pessoa humana, o modelo de liderança que Isabel inaugura terá no sobrinho Jorge Balda um digno continuador.

Assim, a compaixão, o perdão e o sentido de justiça, três valores humanos que caracterizam as personagens positivas da ficção de João França, aparecem em evidência nos dois romances em estudo. Em *A Ilha e o Tempo*, por exemplo, Isabel Balda preocupa-se com as vítimas de brutalidade ou de doença, dispensando muito do seu tempo para dar alívio a quem precisa. Faz prova de coragem, compaixão e bondade. Esses valores declinam-se também no masculino. Em *António e Isabel do Arco da Calheta*, Isabel de Abreu também perdoará o rapto a que António a sujeitou por amor: “Quem era ele senão um ser mortal, mais digno de perdão do que aquele Deus raptor da indefesa Europa” (França, 1985:156). Meses mais tarde, sabendo-se acossado pela justiça do rei, António não põe em perigo de vida a mulher e opta pelo exílio, que vai durar cinco anos, para poder reerguer-se como homem e como fidalgo valente do Reino de Portugal; alista-se nas tropas portuguesas que operam nas praças do litoral marroquino. Num dos teatros de guerra em que combateu, salva o jovem conterrâneo de morte certa, ao não deixá-lo para trás. A sua valentia será recompensada pelo perdão do rei. Isto não significa que não lute também pelos seus princípios. O desenlace do romance mostra que António e Isabel de Abreu permanecerão juntos graças à persistência, à bravura e à ética. Apesar de todas as contrariedades que tiveram de enfrentar, o reencontro do casal do Arco da Calheta vai, de facto, mostrar que o amor e a verticalidade superam as barreiras. O romance finaliza com os primeiros versos da obra que António, agora um homem maduro e em paz consigo mesmo, traz em si há muito. É a história do grande amor que o marcou e que deu sentido à própria existência.

O perdão repõe ordem e justiça nas vidas dos nossos heróis e o respeito pela vida humana e a compaixão fazem a sua força. Como no famoso poema de Rudyard Kipling, “If”, António é “capaz de, entre a plebe, não se corromper, e, entre Reis, não perder a naturalidade” (na tradução de Guilherme de Almeida). António mantém o aprumo, seja a cruzar-se com a ralé frequentadora de tabernas, mareantes, foragidos, criadagem, soldados, seja a consultar uma pitonisa, seja a lidar com fidalgos, com os bobos da Corte e com o rei. Isabel Balda tem a mesma característica: tanto interage com os

irmãos, os pretendentes e a criadagem como se relaciona com os foragidos do Curral, as freiras do convento de Santa Clara e o Capitão-donatário do Funchal.

Além do gênero, a principal diferença que existe entre António Câmara e Isabel Balda é que o primeiro dedicou a sua vida à conquista da pessoa amada, ao passo que a segunda escolheu a negação do amor. A António, o amor traz companhia e descendência. No final, é um homem compensado e feliz. A Isabel, a luta pela sua emancipação e pelo seu projeto isola-a da sociedade. A doença apodera-se dela e a força da natureza que a “morgadinha” personificou enfraquece:

Turbilhão de pensamentos, angústia e medo foram-se tornando insuportáveis. Continuavam os zumbidos nos ouvidos, o ardor da garganta, o peso das pálpebras, e uma certeza nasceu, para ser repetida muitas vezes: «Vou morrer.» À força de repeti-la, e ajudada pelo sofrimento crescente, ia aceitando a ideia da morte. (França, 1972: 220)

No final, é uma mulher desamparada, que enfrenta a morte sozinha. O fim trágico da heroína não impede, todavia, na economia do romance uma nota de esperança nas pessoas de Jorge Balda e Benvinda, os filhos espirituais de Isabel.

Assim, construindo enredos e personagens em cenários quinhentistas, João França dá conta da sua cosmovisão, propondo uma nova conformação identitária e social: a defesa da vida humana, o respeito pelo Outro, a liberdade de escolha, a entreajuda, a força transformadora do trabalho, a utopia de uma sociedade justa e fraterna, o pensamento e a ação, o conhecimento e o coração, a nobreza de alma e a afirmação do arquipélago da Madeira. Para comunicar bem este conjunto de sentidos, de valores e de temas de alcance universal, o romancista definiu uma arquitetura romanesca aparentemente simples, com notas de humor, sem laivos de patético ou de configuração sentimentalista, que consegue interpelar o leitor, ao colocá-lo na situação de analisar os assuntos encenados, ora subvertendo as convenções moralizantes, ora denunciando as hipocrisias sociais, ora desconstruindo estereótipos literários.

Para João França, a reconstrução histórica é essencialmente um produto da imaginação, particularmente quando aplicado ao romance histórico. Como este subgênero romanesco depende, em parte da pesquisa, e em parte do espírito inventivo

do autor, tem para ele uma atração especial, porque lhe permite perspetivar o ser humano em ação nas mais diversas circunstâncias e dentro de determinados quadros mentais, conforme sugere na entrevista que deu ao *Diário de Notícias*, do Funchal, a 8 de maio de 1977:

Como escritor, sou, antes de mais nada, observador das gentes, seus costumes, suas tendências. Sem isso, não existiria romance, nem conto, nem novela, nem mesmo teatro. Elas são a base de toda a criação artística, útil e válida, porque, acima de tudo, deve estar a presença humana, sem se esquecerem os seus problemas existenciais. (França, 1977: 3)

Assim sendo, a verdade estabelecida pela História tem, para este escritor, um valor acessório, mas não destituída de significado, já que a reconstituição histórica em *Ilha e o Tempo* e em *António e Isabel do Arco da Calheta* concorre à compreensão da verdade humana, à decifração do pacto do homem ou da mulher com a vida, mas também à sugestão de um confronto entre o passado recriado e a consciência que o leitor tem do tempo presente que habita.

Volvendo o olhar para a história madeirense, como quem pratica o culto da memória entendido como fator de Cultura, o autor parece querer figurar um passado alternativo da Madeira, não só através do que já está estabelecido, mas, sobretudo, através de tudo o que está ainda por estabelecer. Perdoar-se-á ao romancista o facto de ter incorrido no erro do anacronismo³⁰. É, por exemplo, à luz do que sabemos hoje, duvidoso que houvesse rãs na Madeira no século XVI (França, 1985: 50, 148), já que, ao que parece, só foram introduzidas no século XIX³¹. Outras verdades do passado foram desmentidas pela ciência ou continuam a suscitar debate. O conhecimento atual que a Geologia tem da ilha da Madeira não autorizaria o uso da palavra “cratera” para

³⁰ A esse propósito, vale a pena meditar sobre a afirmação que José Rodrigues dos Santos fez na entrevista conduzida por João Céu e Silva e cedida ao *Diário de Notícias*, na sua edição de 14 de agosto de 2016: “Os romances históricos são infernais a nível de pesquisa, porque temos de estar com muito cuidado com os anacronismos.”

³¹ V. *Répteis e Batráquios do Arquipélago da Madeira* (1940) de Alberto Artur Sarmiento. Segundo este autor, temos dois tipos de rãs diferentes que foram introduzidas na Madeira: a Rana esculenta l. e a Hyla arborea l. São rãs típicas das ribeiras, charcos e tanques, oriundas da Europa em 1834 para a quinta do Palheiro do Ferreiro do 1º conde de Carvalhal (pg 41).

descrever o Curral das Freiras (França, 1985: 200 e *passim*), visto tratar-se de um circo natural, e afirmar que Gil Vicente era também “ourives” é tomar partido por estudiosos contestados por outros tantos. São incongruências que surgem no pano de fundo do enredo, mas que não comprometem o essencial da mecânica romanesca.

Qual demiurgo que conta a sua versão da história possível, o narrador destaca o individual, o fragmento, posiciona-se de modo a pressentir o pulsar da vida, imagina-se a observar o que não está comprovado, mas sabe que está lá, como se apreender o não-comprovado fosse, afinal, mais importante do que descrever o estabelecido que está à disposição de todos. Além disso, são por demais evidentes, em *António e Isabel do Arco da Calheta*, situações humorísticas raiando a comédia de enganos, como exemplifica o capítulo “A Fuga de Isabel”. A esse propósito, convém observar que a modernidade da prosa de João França se revela também pela rejeição de um estilo grandiloquente em benefício de uma escrita acessível, fluída e despojada, ainda que pontuada de alguns arcaísmos para criar a ilusão historicista. Para fazer coincidir o ambiente retratado com a tonalidade do texto, o autor faz, ainda, largo uso de provérbios, idiomatismos e comparações de efeito prosaico.

Assim, só o poder da narrativa de ficção permite desenvolver um discurso mais humanizado e contagiante, porque alternativo ao discurso técnico-científico da História. Na verdade, João França transforma a História numa sequência de situações constrangedoras e/ou faceciosas do foro privado e íntimo, em linha com o espírito do seu tempo (já em plena pós-modernidade), piscando o olho à “comunicação” e ao entretenimento. A ênfase incide na semiotização da trama na medida em que esta passa a ser um filão suscetível de oferecer materiais passíveis de gerar novas versões (e até adaptações para a televisão ou o cinema).

Por todos os motivos que acabamos de evocar e ainda que não deixemos de reconhecer a linearidade evidente em que assenta a narrativa de cada romance, o juízo desfavorável às referidas obras que Giampaolo Tonini emite parece-nos excessivo:

Nel primo, in cui voleva fare un’epopea del lavoro, cerca di ricostruire la vita sociale dell’isola, nel secondo, che doveva essere un monumento alla forza di volontà e alla speranza, si limita alla vita dell’alta società (...). Né la tecnica narrativa, né il linguaggio usato sono stati d’aiuto alla realizzazione del suo proposito. I due romanzi,

che si proponevano di opporsi a una fuga dal passato – come affermava esplicitamente l'autore nell'introduzione al secondo – non sono altro che una sterile fuga verso un passato disegnato, specialmente nel secondo romanzo, senza quasi nessun legame con il presente. (Tonini, 1994: 146)

No nosso ponto de vista, João França propõe, através dos seus dois romances, um renovado interesse pelo passado histórico madeirense e responde a um patriótico desejo de participar na identificação de problemas e anseios com que a sociedade portuguesa, em geral, e a madeirense, em particular, se debatia nos anos 70 e nos anos 80 do século XX: por um lado, o alheamento e desinteresse de grande parte da população pelos valores culturais “intelectuais” e pelo conhecimento do seu passado histórico, por outro, a consciencialização de todas as formas de controlo e de repressão.

PARTE 3

Mundos e fundos em *Regressos* (2008) de António Loja

Quando a ficção mergulha na realidade histórica, pode nascer uma zona de penumbra onde ambas se misturam. O autor procurou mantê-la estreita.

António Trabulo³²

3.1 – Da História à ficção romanesca: o papel dos madeirenses na colonização do Brasil

O romance *Regressos*, de António Loja, revisita um período da História de Portugal, da Europa e do Brasil, rico em tensões políticas e religiosas, crises internas e transformações profundas sociais, culturais, científicas e económicas, com repercussões a nível mundial. Seguindo o percurso de uma personagem pertencente a um lugar periférico, a ilha da Madeira, a narrativa leva o leitor a mergulhar nessa época de transição entre a União Ibérica (1580-1640) e a restauração da independência de Portugal e do seu Império (a partir do dia 1 de dezembro de 1640). Se a primeira parte do romance ilustra o começo do fim da União Ibérica, a segunda parte insistirá na reorganização do Império português. Abrangendo um período de treze anos, entre 1637 e 1650, o percurso vivencial da personagem principal do romance, Carlos de Bettencourt, dará ao narrador a oportunidade de encenar, através de diálogos, pensamentos e ações, princípios de filosofia política e económica, debate de ideias, reflexões sobre o sentido da vida e exemplos de vida com sentido, questões relativas à organização dos territórios sob domínio da Coroa portuguesa, assim como a presença madeirense no espaço atlântico.

No tempo dos Filipes, a situação no arquipélago da Madeira foi-se deteriorando: a economia açucareira fora deslocalizada para outros territórios, como o Brasil. Os

³² Trabulo, António, *Os Colonos*, “nota” (prévia do autor), Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2007.

navios comerciais, de boa memória, que fundeavam na baía do Funchal, deram lugar a ataques de piratas e corsários; as crises frumentárias e outras calamidades naturais faziam cada vez mais parte da vida dos madeirenses. O historiador Nelson Veríssimo sintetiza a Madeira sob a dinastia filipina do seguinte modo:

Situação agravada ainda (...) pelas proibições de comércio com nações consideradas inimigas que, inevitavelmente, reduziram o movimento do porto e tiveram repercussões negativas numa actividade lucrativa vital para a economia insular, bem como nos cofres alfandegários. § Por outro lado, o relacionamento entre a Coroa e estas ilhas atlânticas adquiriu contornos diferentes depois de 1580. A criação do cargo de governador-geral da ilha da Madeira e o estabelecimento de um presídio espanhol na principal fortaleza da cidade, após a União Ibérica, constituíram novidades para quem nunca antes convivera permanentemente com autoridades tão próximas da Corte. (Veríssimo, 2000: 11)

Além de constituírem postos avançados no Atlântico, a Madeira e os Açores passaram a fornecer contingentes de homens para defenderem os interesses do rei de que eram súbditos, dinamizarem trocas comerciais em África ou na Ásia e colonizarem territórios na América do Sul. Vários madeirenses distinguiram-se não só no tráfico negreiro entre África, Europa e o Novo Mundo, mas também na colonização e no desenvolvimento do Brasil. Alberto Vieira destaca a ação dos insulares portugueses no processo de exploração e definição desse novo território como segue:

as ilhas jogaram um papel fundamental na estratégia de afirmação colonial no Novo Mundo. São pilares do complexo oceânico que começou a construir-se a partir do século XV. Foram, primeiro a imagem do Paraíso, depois espaços de rica exploração económica (...). (Vieira, 2004: 8)

Madeirenses houve que foram chamados, desde o início, a desempenhar um papel importante na história da colonização do Brasil, sendo a sua presença mais notada no desenvolvimento da agroindústria açucareira. Vendo os insulares madeirenses como precursores e responsáveis pela expansão do comércio sacarino no espaço atlântico,

Alberto Vieira traça o seguinte quadro: “A Madeira foi ao nível social, político e económico, o ponto de partida para o “mundo que o português criou” nos trópicos (Vieira, 2004: 11). Daí se possa talvez dizer que a invenção do espaço atlântico português se deve muito à produção e comercialização do açúcar.

Nesse contexto, o movimento da ocupação atlântica introduziu novas bases na sociedade madeirense e na sociedade açoriana. As ilhas, que eram inicialmente polos de atração, assistem à saída de parte da sua população com destinos vários, nomeadamente para o Brasil, Portugal, Flandres e Angola. Das ilhas saem militares, aventureiros, mão-de-obra especializada ou famílias de colonos “com promessa de concessão de terras de lavoura” no Brasil (Veríssimo, 2000: 26). As referidas comunidades insulares passam, assim, a ser moldadas pelo fenómeno social da mobilidade de parte dos seus habitantes, fenómeno esse que ocorre com regularidade, ao sabor das múltiplas crises a que vão estar sujeitas ao longo dos séculos.

Muitos soldados madeirenses vão ser recrutados para participarem na guerra da Flandres (Veríssimo, 2000: 24) integrando as fileiras do exército espanhol, como exemplifica o protagonista do romance, Carlos de Bettencourt. Na construção do enredo, o autor aproveitou episódios da Revolta Holandesa na Flandres (no contexto da Guerra dos Trinta Anos) que manipulou para assegurar a coerência da sua ficção. Na verdade, ao deslocar a sua personagem principal para esse cenário, o autor consegue sintetizar todas as problemáticas que se colocavam à Europa de seiscentos: clivagens religiosas entre católicos e luteranos, a supremacia militar e a busca pelo prestígio político internacional, lutas pela independência de vários países europeus (Holanda, Suíça, Portugal...), o controlo de rotas comerciais, os novos produtos oriundos das Índias e das Américas, a expansão de impérios coloniais (Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Holanda), a eclosão do pensamento crítico e a resistência da atitude dogmática, a perseguição aos judeus e cristãos-novos na Península Ibérica pela Inquisição, o exemplo de sociedades mais abertas e tolerantes que favorecem o dinamismo económico e cultural, o desenvolvimento de um capitalismo especulativo, as bancarrotas espanholas devido aos gastos brutais no esforço de guerra, em várias frentes e latitudes.

A referida guerra de secessão entre os Países Baixos e a Coroa de Espanha (que se prolongou de 1568 a 1648) teve, aliás, múltiplas consequências, designadamente nas

regiões do mundo de influência portuguesa. As Províncias Unidas contra Castela emergiram da guerra como uma potência mundial graças à sua poderosa armada e frota mercante, atingindo um invejável auge económico e cultural. Não será por acaso que, em *Regressos*, a voz do texto insiste na descrição da cidade de Amesterdão, com a sua atividade portuária e estaleiros navais, com espaços urbanos harmoniosos, com a civilidade de seus habitantes (permitindo a coexistência de holandeses, maioritariamente calvinistas, de flamengos, quase todos católicos, de judeus ou de franceses, em exílio voluntário), com o dinamismo dos seus mercadores e com o florescimento artístico e intelectual. A imagem literária da cidade aqui retratada e a imagem que é dada do projeto que Maurício de Naussau foi concretizando para o Recife apresentado mais adiante, reflete, por assim dizer, o “Século de Ouro” dos Países Baixos (1584-1702).

O sucesso crescente dos holandeses anuncia o declínio da Espanha, situação que irá possibilitar, por sua vez, a oportunidade de restaurar a independência de Portugal. Portugal saberá restabelecer a sua soberania nos territórios que colonizou em detrimento das tentativas dos holandeses em ocupar o nordeste do Brasil (por causa do açúcar) e São Paulo de Luanda, em Angola (por causa da mão-de-obra escrava). O que liga os madeirenses a Flandres é o açúcar: com vista à sua comercialização nos séculos XV e XVI, a ilha atlântica e essa região norte da atual Bélgica vão estabelecer estreitas relações; da Flandres virão mercadores e quadros de mestres flamengos encomendados por abastadas famílias madeirenses para decorar solares e lugares de culto. Na passagem para o século XVII, o nordeste do Brasil, com melhores condições de produção e beneficiando da experiência madeirense, torna-se o principal centro da agroindústria açucareira. Castelhanos, franceses e holandeses cobiçam essa riqueza. Face a essas novas ameaças, das ilhas atlânticas, Madeira e Açores, inicia-se um importante movimento migratório provocado pela necessidade de povoar e defender o território brasileiro. Não foram poucos, de facto, os madeirenses que estiveram envolvidos no processo de formação e defesa da América portuguesa, como sublinha Alberto Vieira:

Madeirenses de diversas idades e origens sulcaram o Atlântico para lançar a cultura da cana-de-açúcar, construir os primeiros engenhos, estabelecer os alicerces das instituições régias e locais e defender a soberania portuguesa face ao afrontamento ou usurpação de franceses, holandeses e castelhanos. (Vieira, 2004: 17)

Depois de os franceses terem tentando estabelecer-se entre 1612-1615 no Maranhão, deixando como legado desse empreendimento colonial a cidade de São Luís, como é sublinhado no romance *Regressos* (vol. II, 2008, 111), são os holandeses que vão ocupar, entre 1630 e 1654, após uma primeira tentativa falhada de invasão de Salvador da Baía em 1624, grande parte da região nordeste do Brasil. Essa colônia da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais visava o controlo do comércio do açúcar do Brasil. Após um período de convívio possível, os colonos luso-brasileiros passaram a ver com maus olhos a presença dos holandeses. Como tal, deram início, em 1642, a guerrilhas. Tais movimentos, que duraram uns bons três anos, cessaram em 1644, quando os holandeses, enfraquecidos e desapoitados, depois de verem a ilha de São Luís quase arrasada, decidiram retirar-se.

Ao histórico Maranhão está também associado o jesuíta que revolucionou a forma de pensar a escravatura e o colonialismo, lançando as bases do criticismo colonial. Referimo-nos, naturalmente, ao padre António Vieira que afirmava a supremacia da liberdade do homem, opondo-se à escravatura e à perseguição dos judeus, políticas consideradas por ele anticristãs. O jesuíta empenhou-se para que os índios do Brasil fossem compreendidos e, acima de tudo, respeitados pelos colonos portugueses. Contudo, nem sempre a sua voz foi bem aceite pela população local. Como enfatiza Nelson Veríssimo, o padre António Vieira “tornou-se uma voz incómoda para os que apenas ansiavam rápida obtenção de riquezas, principalmente os agentes régios e os poderosos” (Veríssimo, 2000: 58).

Na verdade, a atividade missionária dos jesuítas no Brasil começou pouco depois do processo de colonização empreendido pelos portugueses. Estes, ao promoverem a miscigenação e a mestiçagem, terão tornado os índios mais permeáveis à palavra e à ação dos missionários. A evangelização nas “reduções” (aldeias de índios orientados por esses missionários) criava raízes na mestiçagem. Esta estratégia de aculturação das comunidades indígenas deu azo, no dizer de José Eduardo Franco, à “tese luminosa da colonização portuguesa como tendo sido branda, integradora, miscigenadora, por contraste com a dura, implacável e segregacionista colonização europeia” (Franco, 2012: 48), sustentada mais tarde por estudiosos portugueses. Paralelamente àquela missão, decorriam, todavia, massacres de índios e pilhagens às suas aldeias, perpetrados por arrivistas, nobres falidos e aventureiros gananciosos, a

exemplo, em *Regressos*, do pirata do Amazonas, Bento Maciel Parente (1567-1642), que o protagonista, Carlos de Bettencourt, vai prender e levar a julgamento. Também movidos pela possibilidade de enriquecimento e de apropriação de terras, os “bandeirantes”, nas suas viagens de exploração do interior brasileiro, enfrentavam muitos perigos e eram sujeitos a frequentes emboscadas. Tal esforço não foi em vão, já que lhes permitiu mapear um vasto território até então desconhecido dos europeus. Porém, quase todos eles viam no regime escravagista uma oportunidade de negócio (o tráfico de escravos) e a única forma de tornar as plantações rentáveis.

Desconfiados e preocupados, no tocante às intenções e ações dos jesuítas, estavam os dominicanos, membros da Inquisição, que perseguiram tanto os disseminadores de novas ideias como aqueles que davam provas de abertura de espírito. Tal situação será ilustrada no romance *Regressos* pelo papel do dominicano Frei Nicolau de Resende que vai mandar para a prisão a mulher de Carlos, Miriam, por esta ser loura e holandesa, logo, aos olhos desse frade, passível de ser denunciada ao Tribunal do Santo Ofício por suspeita de heresia.

Apesar de toda a relutância em torno do membro da companhia de Jesus, não podemos menosprezar o facto de que foi graças ao padre António Vieira que, como sublinha Nelson Veríssimo:

[se] modificaram [...] leis e costumes e, diante algum tempo, foi possível uma convivência mais tolerante entre índios e colonos, baseado no cumprimento da lei e nos princípios de fraternidade, que animavam a sua utopia de realização do Reino de Cristo na terra.
(Veríssimo, 2004: 58)

O seu contributo revela-se, assim, determinante na discussão que permitirá, um dia, no séc. XIX, consagrar a abolição da escravatura, em detrimento dos interesses dos grandes proprietários. Sublinhe-se que, para o leitor poder ajuizar das ideias esgrimidas na época, António Loja não podia dispensar o papel de um vulto tão marcante como o padre António Vieira na construção do pano de fundo que o romance se propunha erguer.

Entretanto, Pernambuco adaptara-se à ocupação holandesa levada a cabo por Maurício de Nassau, o capitão-general que comandava a Companhia das Índias Ocidentais, e que reconfigurou o Recife, ao fundar Mauritsstad. Culto e humanista,

Maurício de Nassau, de quem o romance faz um retrato abonatório, instituiu, na cidade que planeou e organizou, a política do livre-comércio, assim como a liberdade de religião e de culto, estimulou a produção de cana-de-açúcar junto dos senhores de engenho da região, aliou-se ao grupo indígena Tapuias, hostil aos luso-brasileiros, e mandou erguer várias infraestruturas, tais como casas, canais, diques e pontes. Atraídos pela liberdade de religião concedida, além de um grande número de europeus de confissões cristãs diversas, foram muitos os judeus de Amsterdão que resolveram mudar-se para essa nova terra, onde edificaram a primeira sinagoga das Américas.

No seguimento da Restauração Portuguesa em 1640, Portugal e os Países Baixos chegaram a assinar uma trégua de dez anos. No nordeste do Brasil, Maurício de Nassau era substituído por novos administradores da Companhia das Índias Ocidentais. Estes passaram a exigir, ao contrário da política seguida por Maurício, a liquidação das dívidas aos senhores de engenho incumpridores. Tal medida, tornando-se rapidamente impopular, conduziu à Insurreição Pernambucana de 1645. Aos luso-pernambucanos juntaram-se também soldados portugueses com vista à reposição da soberania portuguesa (Vieira, 2004: 15). A segunda Batalha dos Guararapes pôs fim à Nova Holanda, em fevereiro de 1649.

Essa insurreição teve como impulsionador, um senhor de engenho de origem madeirense, João Fernandes Vieira (1613-1681)³³, elevado a herói da libertação e restauração de Pernambuco. Num breve estudo intitulado “Os Madeirenses no Nordeste Brasileiro”, Maria Licínia Fernandes Santos traça o perfil de Fernandes Vieira como segue:

Será esta figura de relevo, mas assaz controversa, que participará activamente nas lutas contra os holandeses, como soldado, na defesa

³³ Em memória do seu heroísmo na libertação de Pernambuco, madeirenses mandaram erigir o busto desse filho da terra. O monumento encontra-se no jardim Municipal do Funchal (V. Anexo I). Num artigo intitulado “A Madeira e a mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa de Artistas e Artífices”, o historiador Rui Carita contextualiza essa figura histórica do seguinte modo: “A partir dos meados e finais do séc. XVI, o imenso continente brasileiro foi o principal destino da emigração madeirense, situação que se manteve até muito recentemente. Em breve fixaram-se na área da Baía inúmeros membros das famílias Aragão, Moniz e Barreto, da capitania de Machico, de que o elemento mais conhecido será João Fernandes Vieira, o chamado libertador de Pernambuco, depois governador da Paraíba e capitão-general de Angola e que, até à sua morte, em 1681, manteve relações com a terra natal, chegando a pedir à Misericórdia do Funchal que lhe reservassem lugar adequado para a montagem do seu carneiro fúnebre” (Carita, 2007: 472).

do forte de S. Jorge, onde permaneceu três dias e três noites consecutivas e salvou duas bandeiras, como encarregado de distribuição de víveres e capitão e mestre de campo. (Santos, 2004: 276)

Outros homens de ascendência ou origem madeirense tiveram grande protagonismo nessa guerra contra os holandeses no nordeste brasileiro. Um deles foi, sem dúvida, André Vidal de Negreiros (1606-1680), que se notabilizou no comando de um dos Terços do Exército Patriota, nas duas batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649, respetivamente. Teve, ainda, a honra de levar ao rei D. João IV a notícia da expulsão dos batavos. O fidalgo madeirense, Francisco Berenguer de Andrade (?-?), parente de João Fernandes Vieira, tomou também parte na luta contra os holandeses. Terá, além disso, exercido o cargo de ouvidor geral de Pernambuco.

A par do papel que famílias mais ou menos ilustres de madeirenses tiveram no povoamento e desenvolvimento do nordeste brasileiro, é lembrada no romance uma outra forma de expressão com raiz madeirense, adotada e divulgada, todavia, por africanos transplantados nessa região. Trata-se de uma peça de Baltazar Dias, um poeta cego madeirense, contemporâneo de Gil Vicente. Numa cena de *Regressos*, o auto é representado por escravos negros em junho de 1645 numa plantação de Pernambuco. A voz do texto ensaia uma explicação relativa à expansão da tradição teatral do *Tchiloli*, da ilha de São Tomé para o Novo Mundo:

Carlos via ressuscitar, vindo de um bananal anexo ao palco, os personagens que conhecia das festas de escravos em Machico, que também representavam a peça de teatro de Baltazar Dias: o Imperador Carlos Magno, o Marquês de Mântua, Valdevinos, pajens, todos na sua cor de pela negra, inadequada decerto para representar as figuras ilustres da Corte do Imperador, estavam ali trazidos pelos escravos de São Tomé, que vendidos para plantações no Pernambuco, transportavam consigo as tradições que antepassados seus tinham já absorvido do teatro popular madeirense. (Loja, vol. II, 2008: 162)

Embora não haja base documental que comprove o facto encenado, a explicação apresentada no romance segue a tese comumente aceite por estudiosos do séc. XX, segundo a qual o *tchiloli* – livre adaptação do auto *A Tragédia do Imperador Carlos*

Magno e do Marquês de Mântua, inspirado, por sua vez, num texto de origem medieval do ciclo carolíngio – teria sido introduzido em São Tomé no séc. XVI por mestres de açúcar da ilha da Madeira, durante o início da sua primeira colonização. Porém, trabalhos mais recentes levantam sérias dúvidas sobre essa teoria, contrapondo que, de acordo com as fontes existentes, o teatro popular tchiloli, um curioso exemplo de sincretismo cultural, surgiu apenas no séc. XIX³⁴. Não nos compete debater esta questão no âmbito do nosso estudo: apenas registamos que o romancista optou pela tese que mais convinha à irradiação cultural madeirense.

Apresentadas as principais coordenadas históricas e culturais que balizam o romance *Regressos*, podemos ensaiar uma análise e interpretação da obra literária. *Regressos* é uma narrativa de extração histórica, que dá conta do papel de Portugal no contexto geopolítico do século XVII. O fio condutor da narrativa é o percurso de uma figura madeirense fictícia, Carlos de Bettencourt, ao longo de treze anos da sua vida. De uma forma linear, a ação desenrola-se à medida que o enredo é apresentado, encadeando quadros sucessivos. Reorganizar e reconstruir a soberania portuguesa: este será o mote para o protagonista, no decorrer da narrativa, cumprir as missões que abraçou. Pelo meio, nascerá uma história de amor que redundará num casamento “exemplar”, baseado no respeito mútuo, na complementaridade e na confiança. Tendo em conta a liberdade de pensamento de Carlos e o facto de Miriam Post ser de origem holandesa, o casal será momentaneamente vítima da perseguição dos esbirros do Santo Ofício. No final, o casal sairá, para encanto do leitor, vencedor de todas as injustiças enfrentadas.

Materialmente, a narrativa desdobra-se em dois volumes, em duas partes nítidas, embora numa relação de continuidade, constituindo-se como que um díptico. O primeiro volume, de 275 páginas, compõe-se de 37 capítulos, todos eles titulados, e abrange um período que vai de março de 1637 a dezembro de 1641. Dá conta da

³⁴ Ver, por exemplo, os seguintes artigos: António Ambrósio, “Para a História do Folclore São-tomense” (em *História*, n.º 81, 1985, pp. 61-89), Anna Kalewska, “O tchiloli de São Tomé e Príncipe a inculturação africana do discurso dramático europeu” (em 8.º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, Santiago de Compostela, 18 a 23 de julho de 2005, <http://www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=666>), Caroline Shaw, “Oral Literature and Popular Culture in Cape Verde and in São Tomé and Príncipe” (em Patrick Chabal with Moema Parente Augel, David Brookshaw, Ana Mafalda Leite, Caroline Shaw, *The Postcolonial Literature of Lusophone Africa*, Evanston, Northwestern University Press, 1996, pp. 248-273) e Paulo Valverde, “O Tchiloli de S. Tomé ou alguns ministérios de uma obra-prima” (*Tchiloli. Revista de S. Tomé e Príncipe*, n.º 0, 1997, p. 5).

caminhada de um jovem madeirense que participará na restauração da independência de Portugal. Apresenta-se como uma narrativa da aprendizagem pela ação e conhecimento do mundo: o protagonista veste a condição de livre-pensador, passa pela experiência da guerra, inteira-se dos mecanismos do comércio internacional, conhece o amor e cria contactos que o fazem crescer como homem e lhe conferem estatuto. O segundo volume, de 242 páginas, é constituído por 24 capítulos, também titulados, e abrange um período que vai de 1642 a 1650. Dá conta da segunda fase da vida do herói, sob os signos da experiência e maturidade, cuja missão é repor a soberania de Portugal em solo brasileiro. Afigura-se como uma narrativa da capacidade de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e dos valores éticos cultivados.

Como é sabido, o passado mais ou menos longínquo aguça a curiosidade do leitor e suscita a sua imaginação: além do mais, as épocas conturbadas constituem cenários privilegiados para se viver grandes aventuras, construir um grande amor e sonhar com um futuro. Na prática, a obra perfila-se como um romance de aventuras situado num tempo do qual mal temos presente o ambiente. A narrativa visa arrancar o leitor à vida quotidiana, procura introduzi-lo num mundo onde o herói corre, a todo o momento, riscos e, desde logo, o risco de vida ou morte, mas também discorre muito sobre novas ideias e velhos preconceitos. Se é certo as aventuras e peripécias garantirem divertimento, também é certo essa reconstituição epocal oferecer a vantagem de aceder ao conhecimento de um período histórico, com os seus costumes, as suas personalidades emblemáticas, as suas mentalidades e as suas instituições. Além do mais, tal fundo histórico apresenta-se como o enquadramento ideal para um homem singular realizar proezas e desempenhar, num contexto complicado, um papel decisivo. Enfrentando uma série de desafios, esse homem pode, assim, dar provas do seu espírito de iniciativa, da sua coragem e da sua lealdade e constituir-se como herói, tal como nas canções de gesta ou nas ficções contemporâneas protagonizadas por um agente secreto. Naturalmente, o enfoque da narrativa recai no herói, que sai sempre vitorioso da sua jornada.

Estabelecendo ligações com a narrativa heroica da Idade Barroca, o romance de António Loja segue o mesmo esquema narrativo: encena-se uma série de aventuras que irrompem na vida do protagonista. A estória começa quando uma contrariedade vem perturbar a calma e o desenrolar habitual da vida que tinha e acaba quando retoma seu curso normal. Entre esses dois momentos, a personagem principal vive uma vida cheia

de emoções e ação. Contrariamente ao romance de aprendizagem, em que o protagonista se transforma quando enfrenta dificuldades, no romance da superação de desafios – se nos é permitido assim denominar este tipo de narrativa ficcional –, o herói mantém-se igual a si próprio na adversidade e limita-se a confirmar as qualidades que o caracterizam.

Outro aspeto digno de nota é o facto de António Loja ter escolhido para protagonista uma personagem sem elevado estatuto social. Embora pertença a pequena nobreza insular, Carlos não é herdeiro de uma ilustre linhagem, contrariamente ao preconizado no romance histórico novecentista. É antes um intelectual, que associa, como um todo, ação e pensamento: estuda, viaja, vai à guerra, observa, dialoga, defende-se, ama, avalia situações, planeia intervenções e nunca vira a cara ao confronto, seja ele físico ou de ideias. A sua ética e conduta exemplar são preponderantes para o rumo da intriga. Sendo uma criatura de papel, António Loja insufla-lhe a possibilidade de forjar o seu destino, de acordo com os princípios que a personagem defende, o que lhe permitirá aceder a relevantes funções no processo de restauração da independência de Portugal, por mérito próprio. Daí o leitor poderá depreender o seguinte: um homem vale por aquilo que pensa e faz ao longo da vida e não pelo estatuto que o berço lhe concede. É esse o perfil em que encaixa Carlos de Bettencourt.

Tratando-se de um romance histórico, o que surpreende, em *Regressos*, é o contraste entre os escrúpulos do historiador de formação que António Loja não deixa de ser, empenhado em fornecer indicações precisas da cor local dos cenários reconstituídos e a desenvoltura do romancista que António Loja reivindica para si, quando afirma na “nota do autor” a sua independência relativamente aos constrangimentos da História. Na verdade, o autor faz uso de uma ampla informação histórica, mas entende que não deve abdicar dos seus direitos à imaginação. Eis a explicação do romancista para o leitor:

Apesar de serem cronologicamente correctas as datas da revolução portuguesa de 1 de Dezembro de 1640 e as das batalhas entre portugueses e holandeses travadas em solo brasileiro, tomei a liberdade de alterar outras datas, como a da conquista de Breda pelas tropas comandadas pelo general Ambrogio de Spinola, acontecimento decisivo na Guerra dos Trinta Anos, e outras referentes a acontecimentos menores, que o leitor mais exigente com a datação

histórica facilmente detectará. Assim, a datação precisa de determinados acontecimentos, não correspondendo necessariamente à realidade histórica, considere-a conveniente para a construção ficcional. E este é um trabalho de ficção, que só como tal deverá ser lido. (Loja, vol. I, 2008: 9)

Tal liberdade literária com factos e dados históricos não significa que o romance não esteja bem documentado. A confirmação disso é dada pelo próprio autor, quando afirma na entrevista que nos concedeu (ver Anexo II) o que se segue:

Não iniciei o planeamento de *Regressos* sem duas fases prévias de preparação: Fiz uma leitura de uma *História Geral do Brasil* de modo a integrar-me nos grandes momentos da vida brasileira. E completei esse conhecimento com uma viagem de cerca de trinta dias nas zonas mais significativas da presença portuguesa, nomeadamente a zona do Recife e Olinda, igualmente decisiva para acompanhar as guerras travadas entre Portugueses e Holandeses, sem deixar de observar *in situ* os mais conhecidos campos de batalha constantes do *Portugal Restaurado*, a conhecida obra do Conde de Ericeira.

Tal observação leva-nos a conjecturar que, para o autor, a possível “verdade histórica” não reside tanto no estrito respeito pelas datas mas na interpretação e nos ensinamentos que podemos tirar dos ditos e feitos de personalidades relevantes de uma determinada época. Sem prejuízo da visão global da época que os livros de História fixaram, a fantasia de que o autor faz uso permite-lhe conferir às figuras – ficcionais ou históricas – encenadas e às ambiências recriadas um aspeto de realidade vivida. Ainda que António Loja se posiciona do lado do seu herói, obrigando o leitor a tomar o mesmo partido, o leitor menos ingénuo aceita a estratégia literária e a lição que dela decorre: é tão certo a História dispor dos homens como os homens serem responsáveis pela História.

Em todo o caso, o exílio do filósofo francês Descartes (1571-1650) em Amesterdão não nasceu na imaginação de António Loja, nem a relação de amizade que o autor de *Regras para a Direção do Espírito*, de 1628, tinha com Constantijn Huygens (1596-1687), figura influente e grande incentivador cultural e científico na Holanda de então. Nos anos 30 de seiscentos, Rembrandt (1606-1669) começava a ter fama em

Amesterdão e os seus quadros viriam a representar um ponto de viragem na história da arte ocidental. No Maranhão, o Pe. António Vieira (1608-1697) tornava-se um notável pregador e as suas ideias desassossegavam poderes instituídos. Nessa mesma altura chegava à região do Brasil ocupada pelos holandeses, em 1637, o paisagista Frans Janszoon Post (1612-1680), a serviço do conde Maurício de Nassau (1604-1679), para tomar parte em diversas expedições e montar uma grande coleção de desenhos com motivos brasileiros. Meses antes da revolução de 1640, o Duque de Bragança, futuro D. João IV (1604-1656), acompanhava com o máximo de prudência e cautela os planos dos conjurados, sendo João Pinto Ribeiro (1590-1649) um dos mais influentes. Na década seguinte, destaca-se João Fernandes Vieira, um senhor de engenho de origem madeirense que, após a partida de Maurício de Nassau do Recife, em 1644, passou a opor-se aos holandeses, assumindo a liderança da insurreição de 1645. As duas batalhas dos Guararapes, ocorridas em 1648 e 1649, respetivamente, marcam o início do fim das invasões holandesas do Brasil, tendo sido a capitulação dos batavos assinada em 1654.

O romancista, recusando o papel de historiador rigorista, não tem pejo em fundir História e Ficção, ou até, em alterar a cronologia histórica³⁵ para tornar a narrativa mais empolgante ou fazer sobressair obras de arte de referência. Assim sucede com o famoso quadro flamengo da coleção do Museu de Arte Sacra da Madeira, a “Adoração dos Magos” (V. Anexo I), que o autor, fantasiando, vai localizar na Capela de São Roque, em Machico, e ligar as figuras nele representadas aos antepassados de Carlos de Bettencourt. De igual modo, o autor associa, ficcionalmente, a família Bettencourt ao solar do Ribeirinho, quando este ainda não existia (foi edificado “nos finais do séc. XVII”³⁶). Outro exemplo: a conquista de Breda, episódio marcante da Guerra dos Trinta Anos, teve, na verdade, lugar em 1625. O cerco começou no dia 27 de agosto de 1624 e durou mais de nove meses, sendo que a cidade se rendeu no dia 5 de junho de 1625. No romance de António Loja, a rendição da cidade ocorre em março de 1938, de modo a fazê-la coincidir com a ida de Carlos de Bettencourt para a Flandres e a Holanda. Além

³⁵ Excluímos deste conjunto de exemplos o anacronismo patente no texto que coloca Luís XIV, que sobe ao trono em 1643, no lugar de Luís XIII, que reinou de 1610 a 1643, coadjuvado pelo Cardinal Richelieu e pelo Duque de Chevreuse, nas páginas 262 e 264 do volume I. Neste caso, parece-nos tratar-se de um lapso involuntário, fácil de corrigir numa sempre possível reedição da obra.

³⁶ V. “O Morgadio do Ribeirinho”, de João Lino Moreira, em Élvio Sousa (coord.), *A Propósito do Solar do Ribeirinho...*, Machico, Câmara Municipal de Machico / Archais, 2000, p. 15.

disso, permite ao autor revisitar o famoso quadro de Velasquez, *A Rendição de Breda*, também conhecido como *As lanças*, um óleo sobre tela de 1635. Partindo da sua leitura do quadro, o autor ensaia reconstituir, verbalmente, a cena: o marquês de Ambrogio Spinola, general genovês ao serviço de Espanha, recebe, das mãos do governador de Breda e na presença das tropas espanholas e neerlandesas, as chaves da cidade (vol. I, cap. XVI). Outro exemplo de conveniência narrativa serão os laços parentais ou de amizade entre figuras históricas e figuras de papel, como é o caso do pintor Frans Post, dado aqui como primo de Miriam Post, ou da relação de amizade que Miriam tem com Saskia, a mulher de Rembrandt (tendo o conhecido pintor deixado para a posteridade vários retratos dela).

Nesse jogo literário que permite ao autor distorcer, de algum modo, a História, inserindo a Ficção na História ou a História na Ficção, António Loja vai recontando a História como se fosse um romance. A particularidade de optar por romancear a história permite ao autor uma liberdade maior sobre a mesma, corrigindo ou intensificando determinados aspetos: assim, o bem poderá levar a melhor sobre o mal, a abertura de espírito poderá vencer o preconceito; assim, sublinhar-se-á que a paz é preferível à guerra e que o amor é o caminho que nos leva para o futuro.

Resumindo: a História participa na aventura global, enquanto cenário e horizonte epocal, trazendo em si o elemento de fatalidade necessário à trama: trata-se sempre de um tempo que já foi. A ficção permite não só dar forma à narração, em modo original e criativo, como também integrar aventuras individuais, que criam a ilusão de que o destino dos protagonistas se mantém em aberto. Tal como no romance histórico contemporâneo, a narrativa de António Loja representa o esforço de combinar essas duas vertentes. O efeito de surpresa não reside no desfecho dos episódios históricos, quase sempre conhecidos do leitor informado, mas no modo como agem os protagonistas e na verbalização dos seus pensamentos.

Do ponto de vista estrutural, o que caracteriza o romance *Regressos* é a predominância dos diálogos. Esta ficção, em boa parte dialogada, revela a conceção que António Loja tem da sua narrativa, ao configurá-la como um palco onde se trocam ideias, argumentos e pontos de vista. Aliás, não será por acaso que muitos dos capítulos da obra se assemelham a cenas de um texto dramático, fazendo lembrar aquela literatura

dialogada da tradição ibérica dos séculos XVI e XVII, com alcance filosófico e pedagógico. Assim sendo, o narrador intervém pouco no discurso ficcional e promove o contato direto entre personagens e leitor. O autor não afirma a força do narrador, afirma antes o poder das palavras que coloca na boca das suas personagens, num tom cerimonioso e formal, talvez excessivamente artificial, mas que tem o mérito de contribuir para o efeito de estranhamento que o leitor contemporâneo não deixará de sentir, ao ver-se colocado na situação de espectador que assiste a uma representação de discursos e figuras de um passado histórico. O leitor vai presenciar conversas e poderá apreciar a carga semântica de cada palavra e o espírito colaborativo que preside à interação verbal dos locutores. Tal modelo conversacional permite ao autor sublinhar a importância do diálogo como prática fundamental para o aperfeiçoamento da vida social, política e cultural.

Note-se, ainda, que, na sua arte de narrar, António Loja não deixa de proceder como um historiador que cruza toda a informação de que dispõe: partilha com o leitor escritos como cartas, edital, mensagem, ofício, ata e confissão (sempre destacados em itálico no corpo do texto, ainda que forjados para a necessidade do romance), quadros que representam um determinado espaço e tempo (veja-se a capa de cada um dos volumes: *Terreiro do Paço*, em Lisboa, no séc. XVII, e *Machico*, no séc. XVIII), títulos de obras que marcaram a época retratada, citações (versos de grandes nomes da poesia, um dos evangelhos e um dos sermões do Pe. António Vieira); extrai informação de mapas, de plantas de edifícios, de obras-primas da pintura ocidental (Rembrandt, Velasquez, Frans Post), para recriar os palcos em que as suas personagens evoluem.

Por fim, falta questionar o sentido do título da obra em estudo. Nada melhor do que perguntar ao próprio autor. Eis a sua resposta, patente na entrevista que nos concedeu (v. Anexo II):

O título plural dado a este romance *Regressos* pretende retratar a própria dinâmica da vida de Carlos Bettencourt que sai da sua ilha para participar numa guerra religiosa na Flandres. Abandona esta para se lançar no projeto que há muito o domina, de ajudar a restaurar a independência de Portugal. *Regressa* à ilha depois de concretizados os projetos da Restauração e de casar com a sua paixão holandesa (Miriam), parte para o Brasil com a sua mulher na concretização de

um convite do Rei para exercer altas funções na colónia. *Regressa* à ilha para deixar ao cuidado do pai e da tia a sua filha Clara, seguindo depois para Lisboa a fim de libertar Miriam da prisão da Inquisição e levá-la à segurança de Amesterdão, de onde *regressa* de novo à Madeira. É o *regresso* final.

Trata-se, portanto, de regressos, no sentido literal do termo, e de um regresso figurado. A primeira aceção está relacionada com os regressos do herói à ilha natal, sempre que lhe é permitido, no final de cada missão. A segunda aceção prende-se com o regresso dos portugueses ao controlo do seu destino e do seu Império, pondo fim aos sessenta anos de tutela espanhola.

3.2 – Um madeirense, cidadão do Mundo e modelo de cidadania

Sendo o autor de origem madeirense, não admira que valorize a “sua” gente e reflita (sobre) a sua Ilha. Também não surpreende que tenha projetado algo de si na figura inventada do herói. Na verdade, o trajeto de vida de António Loja parece, por vezes, refratado no percurso de Carlos de Bettencourt. Um, tal como o outro, é madeirense, frequentou a Universidade de Coimbra, comandou uma companhia de soldados no teatro de operações, participou na ação política contra um regime opressivo, casou-se e constituiu família, foi nomeado depois de uma revolução para um cargo de relevo do novo poder instituído, preocupou-se com o desenvolvimento da sua terra; um, tal como o outro, acredita na participação cívica e voluntária. Naturalmente, como vivem em tempos distintos e sendo Carlos uma figura de ficção, a personagem principal de *Regressos* é levado à dimensão de herói cívico e humano.

Tais coincidências vivenciais convidam a encontrar uma ponte entre a época retratada no romance e o tempo a que pertence o autor. O leitor mais informado ou ainda com memórias do regime ditatorial do Estado Novo e da passagem, em 1974, para uma democracia orgânica baseada no princípio de Estado de direito não resistirá, provavelmente, a estabelecer um paralelismo entre a revolução de 1640 e a revolução de 1974. A situação que precipitou a revolução de 1640 tem, de facto, muitos aspetos suscetíveis de sugerir analogias com a revolução de Abril. O quadro social, político e

económico que traçamos do período evocado no romance não difere muito do contexto em que eclodiu a revolução de 1974, a saber: a penúria e a censura, a perseguição política, a guerra do ultramar, a ação secreta contra o poder opressivo, a emigração, a crise estudantil de 1969, a ânsia de liberdade, de paz e de um modelo de sociedade baseado no espírito crítico de solidariedade e de fraternidade.

Esta nossa hipótese interpretativa vem, aliás, reforçada pela leitura que fizemos de *Às Cinco da Tarde*, um outro romance de António Loja publicado em 2013, cujo esquema narrativo retoma a figura do jovem intelectual português, agora no contexto da guerra civil espanhola e no da França ocupada pelos alemães na Segunda Guerra Mundial, submetido a um destino muito semelhante ao de Carlos de Bettencourt e ao do próprio António Loja: alvo de perseguição política, obrigado a viver na clandestinidade, envolvido na luta armada, forçado ao exílio, sujeito a situações que tomam por vezes acentos trágicos. Isso só poderá querer dizer que a voz do texto sustenta a ideia de que toda a ação da cidadania contra a injustiça, o abuso, a incúria, a intolerância e a violência é legítima. Como a evolução das sociedades dos últimos anos deste século tem vindo, aliás, a suscitar inquietações de vária ordem, é crível que o romance *Regressos*, em última análise, apele a uma maior mobilização para o reforço da democracia e da participação cidadã.

Quanto à imagem da Madeira de seiscentos, o romance dá conta de uma profunda crise social e económica, manifestada pela transição da cultura do açúcar para a cultura do vinho, pelo excesso de população – vendo-se esta obrigada a encarar a possibilidade da emigração –, por uma significativa redução de comunicações marítimas e pelo conluio existente entre comerciantes ingleses e o Governador espanhol. No Funchal, os leprosos não passavam despercebidos e os pontos de atração da cidade eram o convento de Santa Clara e as casas de jogo. Se, por um lado, a Madeira já se perfilava como o berço de pessoas de carácter e de coração, à imagem de muitos dos seus emigrados e de seus residentes, nomeadamente os jesuítas ou a família Bettencourt, por outro, o romance não escamoteia a presença na Ilha de indivíduos oportunistas, de má índole ou com visão retrógrada, como o Governador espanhol, o promotor da Inquisição do Funchal e padres obtusos, designadamente o Pe. Roque e o Pe. José, cuja influência nefasta seria preciso contrariar.

Representando valores humanos positivos, Carlos foi criado para refutar a ideia de que toda a sociedade insular está condenada a ser refém de si própria, um meio fechado, desconfiado e inepto. Basta que se promova a educação, a abertura de espírito, o sentido crítico, a aceitação do Outro, o conhecimento do mundo, o desenvolvimento económico e a exigência social. A ilação que podemos daqui tirar é que, apesar dos interesses das forças conservadoras e dos poderes instalados, os madeirenses podem participar na construção de um mundo melhor, começando pela própria ilha em que nasceram.

A narrativa abre com a cena de um jovem madeirense, Carlos de Bettencourt, a ser seguido numa estrada perto de Coimbra. Nessa altura, como acontecia com muitos estudantes, Carlos torna-se suspeito aos olhos dos agentes da Inquisição por ter lido e discutido livros proibidos: “Vigiar o comportamento dos estudantes era atividade privilegiada dos esbirros do Tribunal do Santo Ofício, que levavam o seu zelo a inquirir dos aspetos mais íntimos da vida daqueles e dos seus familiares e amigos” (Loja, vol. I, 2008: 12). Vivia-se, assim, num clima de suspeição, de medo e insegurança em Portugal. O quadro mental dominante da altura impedia qualquer veleidade de liberdade de expressão. Qualquer indivíduo que se insurgisse contra esse sistema de repressão era declarado inimigo: “No país dominado pelo rei espanhol, qualquer apreciação crítica a um simples acto de administração era tratada, não apenas como sendo anti-espanhola, mas também antipatriótica e anticatólica” (Loja, vol. I, 2008: 12).

Portugal, na sua condição de país integrado no Império espanhol, estava totalmente subjugado a duas instituições: uma Igreja cada vez mais intolerante e um monarca que, de Madrid, exigia mais fundos e meios para sustentar o esforço de guerra espanhol. O povo assumia uma atitude de subserviência aos poderes políticos e religiosos, quanto mais não fosse, para evitar ser perseguido. Educado pelo pai para o pensamento crítico, Carlos não se deixa dominar pelo medo e sabe medir o alcance dos seus atos: “Não se sentia culpado pelo facto de ler Erasmo e Giordano Bruno. Pelo contrário, estava convicto de que as leituras que deles fizera só tinham enriquecido o seu espírito (...)” (Loja, vol. I, 2008: 14).

Assume a sua condição de livre-pensador e age como a sua consciência lhe dita. Nunca abre mão de seus princípios éticos. Na entrevista que nos concedeu, António

Loja sintetiza a figura do herói da seguinte forma:

Carlos é uma personalidade ficcional, mas tentei criar-lhe densidade humana e mostrá-la ao leitor como o herói que espero subsista nas mentes dos leitores. Mesmo quando aqui o afirmo ficção fico com a esperança de que algum leitor fique com a bela dúvida de, se ele porventura, não terá existido. Carlos Bettencourt poderá parecer a alguns leitores excessivamente dotado de qualidades que o destacam do comum dos cidadãos. Pretendi apresentá-lo como um modelo de cidadania. Considerei que o melhor caminho seria fazer dele um homem do seu tempo: aberto às novas correntes da Filosofia e da Arte.

Patriota e católico, Carlos tem orgulho da sua terra e da família. Sendo filho único, tem uma proximidade maior e profunda com o pai, Duarte de Bettencourt, e com a tia, Clara, que o criou. A família, para ele, constitui a referência máxima que o inspira, o porto seguro ao qual pode sempre retornar. Sabe que aí pode contar com o apoio indefetível da tia e do pai, figuras exemplares por quem nutre admiração e respeito. Quando constituir a própria família, com a sua mulher Miriam, nada o motivará mais do que o bem-estar dos seus.

Perseguido sordidamente pelo Tribunal do Santo Ofício e sabendo-se marcado pelos professores que lhe dificultam a aprovação nos exames, Carlos decide voluntariar-se para o Exército de Filipe IV, de Espanha, o terceiro de Portugal (Loja, vol. I, 2008: 24). Sublinhe-se que Carlos não se conformava com a ideia da subordinação de Portugal à Coroa espanhola, contrariamente à alta nobreza portuguesa que se transferiu para a Corte de Madrid e ao povo que nada podia fazer a não ser aguentar e sofrer. No entanto, tal opção permitia-lhe aliviar a família dos encargos que a sua condição de estudante constituía, viver novas experiências e lutar pelas causas em que acreditava: “Mesmo que combata sob o comando de um general espanhol sentir-me-ei ao serviço da nossa religião e não ao serviço de Dom Felipe e da Casa de Áustria” (Loja, vol. I, 2008: 24). Com alguma candura própria da juventude, acreditava ser possível vir a tomar parte na resolução do fim de uma guerra religiosa e num acordo entre católicos e protestantes.

Antecipando as inclemências que os aguardavam em terras desconhecidas, Carlos toma consciência do despreparo dos voluntários madeirenses que se propôs

chefiar. Racional e metódico, vai submetê-los a um exigente treino militar:

o mais difícil era fazê-los adquirir sentido de disciplina. Não da disciplina cega e irracional (...) mas outra disciplina que obedecia sem discutir, porque assim era necessário para a eficácia (...) criando espírito de grupo para uma melhor sobrevivência no campo de batalha. (Loja, vol. I, 2008: 61)

Apesar das baixas que os confrontos armados não deixam de provocar, o seu esforço terá o mérito de tornar a ação dos seus soldados mais eficaz e, por isso mesmo, merecedora do respeito por parte dos outros terços.

O modo como a voz do texto encena o discurso oficial que justifica a campanha militar na Flandres revela o caráter falacioso do mesmo, quando insiste em apelar para a guerra em nome da Civilização e da Religião a que os jovens alistados pertencem. Mais esclarecido do que Carlos sobre as realidades da política internacional da época, Duarte de Bettencourt partilha com o filho as suas dúvidas acerca das verdadeiras motivações da guerra na Flandres.

Por conseguinte, o sentido ideológico que o texto veicula denota uma crítica à guerra, sobretudo quando se invoca o nome de Deus para justificá-la. Ora, toda a guerra constitui uma situação que esconde os mais variados interesses, favorecendo especialmente interesses económicos, como parece comprovar a seguinte observação: “A guerra é um monstro que tem de ser alimentado” (Loja, vol. I, 2008: 68). Embora a paz seja do interesse da maioria das populações, os cenários de guerra beneficiam países ou grupos organizados que deles tiram grandes proveitos. Ciente da complexidade do problema, Carlos acredita, ainda assim, que o convívio pacífico entre os povos é possível e desejável, havendo persistência e audácia para tal.

Na caminhada de Bruxelas à Holanda, os soldados portugueses vão sondando cautelosamente as localidades, procurando saber se são predominantemente católicas ou protestantes e se o entendimento com os populares indefesos é viável. Apesar da barreira linguística (Loja, vol. I, 2008: 80), o contacto com as populações é possível e até convivial.

É nas proximidades de Maastricht, já em zona afeta aos protestantes, que o terço português enfrenta pela primeira vez o inimigo, como descreve o trecho seguinte:

Iniciaram o ataque com um bombardeamento às muralhas, numa tentativa de abrir brechas que permitissem o assalto dos soldados do terço de infantaria. Após duas horas de tiros de canhão, conseguiram derrubar um portão mal protegido do tiro directo mas a torre de protecção ruiu em parte e obstruiu a passagem aberta, dificultando a entrada das tropas de assalto. Para Carlos e os seus soldados foi o verdadeiro baptismo de combate. (Loja, vol. I, 2008: 82)

Entre mortes e feridos, sangue, suor e lágrimas, as tropas portuguesas levam a melhor sobre o adversário luterano. Carlos escreve ao pai; faz o relato dos dramas vividos na guerra e dá-lhe parte das constatações que fizera: tal como suspeitava Duarte de Bettencourt, o que estava em causa nessa guerra não era tanto o problema religioso, mas o da preponderância comercial das cidades protestantes no mercado das especiarias provenientes da Índia e no mercado da prata importada da América que comprometiam o domínio espanhol.

Calmo e tranquilo, o jovem capitão Bettencourt convive facilmente com os seus companheiros de armas, portugueses e estrangeiros, e com os habitantes das localidades por onde passa. É uma das características do Carlos: procura o diálogo, faz amigos com facilidade, quem lutou ao seu lado, pauta-se pela lealdade. À medida que vai conhecendo as realidades locais, aprende a respeitar e a entender comportamentos que à primeira vista lhe eram estranhos. A sua experiência da diversidade cultural levam-no a pensar que a Diferença é uma mais-valia num mundo em constante transformação:

Confirmou a sua ideia anterior de que as diferenças não eram um mal mas um bem e que actuavam nas vidas humanas como elemento criativo e valorativo. E as diferenças eram visíveis neste exército reunido às portas de Breda. (Loja, vol. I, 2008: 96)

Passadas várias semanas no cerco de Breda, Carlos continuava a não separar a ética da guerra. Embora envolvido numa guerra para a qual se alistou, Carlos não é movido por um espírito bélico, mas pela ideia de que é possível construir a paz. Para ele, o conflito armado deve evitar humilhar as populações. O objetivo que o anima é negociar acordos e estabelecer a paz, não somente em Breda, mas em todo o território holandês. Sem nunca deixar de dar provas do seu valor como homem e como militar,

Carlos antecipa o fim da guerra, como podemos ver no passo seguinte:

Queria tornar bem claro que o bombardeamento era apenas uma necessidade militar que não tinha qualquer marca de animosidade pessoal ou ideológica e que a paz era sempre possível, mesmo depois das maiores violências da guerra. (Loja, vol. I, 2008: 107)

No decorrer dos meses passados na campanha militar, Carlos, percebendo que os motivos da guerra em que participava eram, na verdade, de natureza mais económica e territorial do que religiosa e ideológica, foi acalentando o projeto de estabelecer contatos com a comunidade judaica de origem portuguesa em Amesterdão para, caso Portugal conseguisse estabelecer de novo a sua independência, poder contar com o seu apoio e colaboração. Tira férias do exército e parte para Amesterdão. Chega à cidade, fazendo-se passar por mercador português. Esse disfarce vai permitir-lhe infiltrar-se nos hábitos holandeses, chegar à fala com influentes homens de negócios e artistas, perceber a importância do mercantilismo holandês e o seu funcionamento. Depreende, assim, que o sucesso de um país moderno depende da sua capacidade em criar organizações comerciais e estruturas produtivas.

Entrevê as vantagens que esse modelo de sociedade poderia trazer à Portugal, caso fosse possível adaptá-lo ao mundo português: prosperidade, bem-estar, progresso e desenvolvimento social. Carlos não deixa de enaltecer a sua pátria, mas tem consciência da crise económica, social e cultural que assola Portugal, em geral, e a sua terra, em particular, a ilha da Madeira. Contrariamente às sociedades fechadas, inibidoras e frustrantes, a sociedade aberta promove a criatividade, o conhecimento, a liberdade e, em última estância, a possibilidade da realização pessoal. É por isso que René Descartes, o famoso intelectual francês, se exilou nessa cidade da Europa do norte. O surgimento do filósofo francês na ficção permitirá à voz do texto fazer a seguinte distinção: “o Sr. Descartes continua fiel à sua crença católica mas recusa-se a negar as evidências científicas mesmo quando contrariam os dogmas oficialmente aceites” (Loja, vol. I, 2008: 124). Enquanto introdutor do pensamento moderno, Descartes sustenta, assim, a necessidade de separar a filosofia da teologia.

Carlos revê-se em Descartes, não somente por este ter como ele sido formado por jesuítas, mas sobretudo por descobrir nos seus escritos um espírito análogo ao seu.

Descartes viajou muito e reparou que sociedades diferentes têm crenças diferentes, mesmo contraditórias. Aquilo que numa região é tido por verdadeiro, pode ser considerado ridículo, disparatado e falso noutros lugares. Descartes reparou ainda que a história de um povo e a sua tradição “cultural” tende a traduzir a forma como esse mesmo povo vê e pensa naquilo em que acredita. Daí a vontade em querer conhecê-lo. Por outro lado, Carlos adere ao racionalismo que o filósofo teorizou, com o seu método da dúvida: “Encontrar em Descartes uma nova perspectiva para o papel desempenhado pela razão era para Carlos o ponto de partida para uma nova aventura intelectual e para a descoberta de uma nova dimensão do homem” (Loja, vol. I, 2008: 129).

As ferramentas conceituais desse pensamento moderno ajudam-no a ponderar as questões mais difíceis que se colocam àqueles que planeiam a independência de Portugal. Os contatos entretanto estabelecidos com a comunidade judaica de Amsterdão vão levá-lo a conhecer, num episódio posterior, João Pinto Ribeiro, um dos conjurados mais influentes na preparação da revolução. Entretanto, Carlos vai criando a convicção de que, tal como fizeram os holandeses, para Portugal poder libertar-se do jugo espanhol e tornar-se um país viável, será necessário, por um lado, procurar alianças políticas com países europeus e, por outro, criar organizações comerciais vocacionadas para escoarem os produtos das colónias portuguesas pelo norte da Europa e pela bacia do Mediterrâneo. Nesta perspectiva, Carlos encaixa no perfil daquele grupo de intelectuais de seiscentos, a que se referem Miguel Real e Pedro Calafate em *A Europa segundo Portugal*, para quem a situação de Portugal era:

de acentuado desfavor e fragilidade no xadrez das hegemonias europeias, partindo daí para a busca de políticas activas de modernização de acordo com os padrões da Europa transpirenaica, (...), inseridos no quadro do mercantilismo. (Real & Calafate, 2012: 69-70)

No plano pessoal, Carlos foi ganhando a confiança do rico mercador holandês católico, Houwens Post, e da sua família, que praticamente o adotam. Carlos sente-se cada vez mais inclinado para Miriam, a filha de Post, e esse amor crescente vai ser correspondido: “Cada dia que passava Carlos sentia-se irresistivelmente atraído pela rapariga em que descobria uma personalidade ao mesmo tempo determinada e desinibida” (Loja, vol. I, 2008: 149). Essa aproximação dos dois será facilitada pelos

costumes liberais e pela cultura de tolerância que se respira na Holanda de então. Carlos e Miriam passeiam pela cidade, tomam parte em momentos festivos. Carlos rende-se aos encantos daquele país e da rapariga. Embora partilhem a mesma confissão religiosa, Carlos pertence a um país de costumes retrógrados. Como tal, o sucesso da relação dos dois não estava garantido. A Holanda apresenta-se como uma sociedade mais amiga da mulher, o que não era o caso de Portugal. Tal situação parece indicar que ao autor importava abordar a questão do género, o que veio a confirmar-se na entrevista (V. Anexo II) que lhe fizemos:

Sem dúvida que pretendo pelo exemplo utilizado valorizar o papel da mulher, destacando-se, aos olhos de Carlos, por contraste com a mulher típica portuguesa, como uma mulher discreta nas suas atitudes, mas, sem dúvida, emancipada em relação à mulher e à família tradicional, dominadas pelas figuras masculinas, não obstante a valorização atribuída a figuras femininas como a tia (mãe adotiva) de Carlos. Para Carlos, Miriam é a mulher-companheira e que ele pretende proteger das violências inquisitoriais que acabam por revelar-se em toda a sua iniquidade durante a sua missão no Brasil.

Sendo bem-sucedida, tal união amorosa vem a simbolizar a possibilidade de entendimento mútuo entre povos e nações, que aceitam a diferença com naturalidade e como enriquecimento cultural.

Carlos regressa à ilha da Madeira para comunicar ao pai a sua intenção de se casar com Miriam e põe-no também a par dos seus outros planos com vista a tornar o reino de Portugal independente. Duarte de Bettencourt não esconde a preocupação com o risco em que o filho incorre. Todavia, não deixa de admirar a coragem e a convicção com que Carlos expressa as suas ideias: “Portugal somos nós, meu pai. Se cada um sentir dentro de si a vontade de ser livre, a liberdade é nossa. E estou convencido de que, cada vez mais, há portugueses que têm essa vontade” (Loja, vol. I, 2008: 226).

O jovem madeirense segue para Lisboa, reúne-se com alguns conjurados, acertam o *modus operandi* do golpe programado. O perigo que correm é grande mas o desejo de liberdade e o amor à pátria é maior:

A Pátria espera tudo de nós, às nove horas tudo o que fizermos por ela

não será demais. Que Portugal ressuscite para todos, já que ressuscitou nos nossos corações. Que a chama da liberdade tome conta das nossas almas, dando-nos o ânimo de que necessitamos. (Loja, vol. I, 2008: 250)

Não haverá efeito de suspense para o leitor conhecedor da História de Portugal: sabe de antemão qual vai ser o desfecho do golpe. Mas é também provável que não fique incomodado com a possibilidade de se deixar contagiar pelo contentamento geral descrito, ao recordar vitórias que puxem pelo orgulho patriótico. Se a adesão do povo foi então quase imediata, a voz do texto não deixa de recorrer à caricatura e ao tom irónico na sua descrição do golpe revolucionário: “Com o sucesso do movimento a paz de novo regressara à cidade. Ouvia-se quase que em uníssono – Milagre! Milagre! Foi o grito de todas as bocas” (Loja, vol. I, 2008: 256).

Encerra-se, assim, o capítulo da dinastia filipina no trono de Portugal. O cetro volta a ser erguido por um português, o Duque de Bragança, daí em diante, D. João IV. Carlos sai da clandestinidade e, sem nunca ter pedido nada, será convidado a exercer um cargo de alta confiança do rei, fazendo dele um representante oficial da nova autoridade.

Nessas andanças, Carlos foi ganhando maturidade e foi-se afirmando enquanto cidadão do mundo. Confrontando-se com culturas diferentes, não deixou de respeitá-las e percebeu que podia aprender muito com elas. Nesse contexto, acalentou logo o projeto de estabelecer relações de cooperação com os mais variados interlocutores em prol da libertação de Portugal da Coroa espanhola. Na entrevista que nos concedeu (v. Anexo II), António Loja apresenta do seguinte modo o herói do seu romance:

Carlos torna-se, assim, um homem aberto ao pensamento da época: critica a existência da Inquisição, do Tribunal do Santo Ofício e da Censura aos livros e à criação literária e artística. Carlos não ignora os riscos de assumir as suas diferenças culturais e ideológicas, mas aceita esses riscos enfrentando com dignidade as opiniões conservadoras de alguns dos seus companheiros, quer camaradas de armas na Flandres, quer os que encontra depois no Brasil (...). Assim, a História está sempre presente na vida deste homem que é um cidadão de corpo

inteiro, atento às mudanças sociais de uma coletividade dinâmica e sempre surpreendente.

Fruto da educação recebida pelos familiares, mas também da sua formação académica, Carlos perfila-se como um intelectual empenhado na transformação e melhoria da sociedade, movido por uma visão do mundo humanista, um espírito de missão e valores éticos. Nunca negando a sua herança cultural, desenvolve o gosto por conhecer e compreender o mundo. Igual a si próprio, tenta conciliar a razão e a fé. Com sentido de lealdade e de responsabilidade, empenha-se numa ação política entendida como instrumento libertador da humanidade: este ilhéu bem-formado, viajado e íntegro apresenta-se como o perfeito intermediário de uma causa maior, a reposição da soberania portuguesa, que atua para mobilizar, explicar e agir em prol do bem comum. Toma a iniciativa de contatar a comunidade judaica expulsa de Portugal, em Amesterdão, estabelece boas relações com mercadores neerlandeses, casa-se com uma estrangeira, vai reconhecer a diferença ameríndia como direito, valoriza o papel dos escravos e mestiços na reconquista de Pernambuco, respeita o inimigo e neutraliza velhacos.

Não nos logremos: embora o romance entretenha o leitor com uma ação inscrita num passado histórico, as questões de fundo que *Regressos* levanta continuam a ser muito atuais: qual o valor e o sentido da vida de um homem? Qual o seu lugar no mundo? Como deve ele relacionar-se com o outro? É sabido que não há sociedades perfeitas: mas se não houver um esforço consciente para uma vigilância dos poderes instituídos e para o aprofundamento dos valores interculturais, nem vontade de implementar processos participativos na gestão do bem comum, quem toma conta da situação são os interesses obscuros que, facilmente, tiram partido das ocasiões que se lhes oferecem em detrimento do interesse público.

Assim, tirando do episódio da Restauração de Portugal uma “história exemplar”, António Loja vai lançar sobre o seu país um olhar romanesco que lhe permite viabilizar o seu propósito, não tanto de historiador mas de moralista, porque o preocupa mais o presente do que o passado. Talvez não seja de todo descabido lembrar que, quando o romance foi publicado em 2008, um dos assuntos mais debatidos na comunicação social, tanto a nível nacional como a nível regional, era o da denúncia dessa cultura negativa que grassava em Portugal, caracterizada pelo favorecimento ilícito, o conluio e a

corrupção: um prenúncio da crise política e económica em que o país mergulhou pouco depois.

3.3 – Viagens, ações diplomáticas e políticas, regressos

O protagonista de *Regressos* viaja muito: as geografias por onde passa abrange lugares tão distintos como Coimbra, Funchal, Machico, Flandres, Holanda, Lisboa, França, Brasil e, uma vez no Brasil, terá de fazer várias deslocações de longas distâncias. A sua itinerância reveste-se de um pathos ideológico e nacional, tal como n’*Os Lusíadas*, embora por vezes submetido a uma matização crítica, à semelhança de *Peregrinação*.

Se n’*Os Lusíadas*, Camões expressa o pathos heroico da viagem de exploração, em *Peregrinação*, Mendes Pinto ensaia uma narrativa de viagem, de recorte antiépico e picaresco, para mostrar o revês da expansão marítima portuguesa. As duas obras constituem, por assim dizer, as duas faces de uma mesma moeda e representam, de algum modo, a grandeza e decadência de Portugal, em vésperas da perda da sua independência. Afastando-se da viagem de exploração do litoral africano, da Índia e dos mares da Ásia oriental, que deram fama e proveito a Portugal, a narrativa de António Loja encena, antes, as rotas para a velha Europa e para o novo Atlântico, espaços em que Portugal se integra e onde pode (ainda) desempenhar um papel importante, de modo a ressurgir e a assegurar-lhe a perenidade.

Com efeito, a viagem que António Loja tematiza em *Regressos* tem pouco a ver com a modalidade da viagem patente n’*Os Lusíadas*, de Camões, e em *Peregrinação*, de Mendes Pinto. A narrativa de Loja coloca a tónica não no momento exaltante ou doloroso da partida, muito menos nas atribulações de uma deslocação, mas no desejado “regresso” à normalidade, a casa, como parece indiciar o próprio título do romance, de modo a permitir aos portugueses redescobrirem o que os individualiza como coletivo e a partir daí projetarem-se no mundo, sem medo.

Contrariamente às viagens de Vasco da Gama e de Fernão Mendes Pinto, que têm um carácter excecional, porque exploram o desconhecido (estando, por isso, o enfoque na justificação da partida e nas peripécias da viagem), as viagens de Carlos de

Bettencourt têm um caráter trivial. Nas várias deslocações que faz, por terra ou por mar, não lhe acontece nada, não ocorre nada que valha a pena ser assinalado. Trata-se de viagens relativamente seguras, monótonas e sem surpresa, cujo propósito é permitir reencontros e ações diplomáticas ou políticas. A era dos descobrimentos acabou, os tempos são outros e pedem uma cultura de negociação e compromisso. Na verdade, do ponto de vista temático, a viagem conta pouco na economia da narrativa. Importa mais a fenomenologia dos contatos, dos diálogos, das ações e experiências subjetivas, cultural e ideologicamente marcados.

Ainda assim, na esteira dos referidos modelos históricos da literatura de viagem portuguesa, o romance *Regressos* não deixa de configurar-se como uma metáfora da vida, estabelecendo uma relação metonímica entre a viagem de conhecimento – Flandres e Amesterdão (as regiões então económica e culturalmente mais desenvolvidas da Europa) – a viagem ao Brasil (um espaço muito disputado e por estabilizar, onde Carlos poderá dar provas do seu valor), ao serviço da pátria e do rei, e a viagem de regresso a casa-ilha (a zona de conforto e estabilidade): a experiência do mundo equipara-se, portanto, a um caminho difícil, cheio de obstáculos que é preciso vencer.

Posto isto, a modalidade da viagem, em *Regressos*, não tem significado próprio, sendo essa atividade sumariamente descrita ou apresentada como tendo sido já realizada. Não inspira nenhum devaneio particular. Mal oferece contemplações de paisagens. De um ponto de vista literário, funciona apenas como “despauamento” geográfico e cultural: a Flandres e a Holanda com os seus nevoeiros, canais, rios gelados, “polders” e o hábito então recentemente criado de tomar chocolate quente; o Brasil, com a sua vegetação exuberante e povos indígenas, rios ainda por explorar, extensões enormes de terras aptas para a agroindústria, escravos importados de África, a possibilidade de um *melting pot*; a Madeira, a ilha-casa do protagonista no meio do Atlântico, onde se verificava o abandono dos canaviais e a sua substituição pela vinha.

A nosso ver, o tópico da viagem prende-se, em *Regressos*, com o dilema com que Carlos se vai deparar e que desencadeia a tensão narrativa: estar presente ou ausentar-se, servir a pátria ou cuidar dos seus. Na verdade, não vai ser fácil para ele conciliar a vida ao serviço de D. João IV e da pátria e o projeto de vida familiar e pessoal. No entanto, apesar das vicissitudes e contrariedades que não deixarão de pesar sobre o casal, a confiança de um no outro e o espírito de sacrifício que os anima vão

conduzi-los a um desenlace feliz.

A viagem que Carlos realiza, pela Flandres e pela Holanda, é aquela que vai mudar o seu destino: não só permite-lhe estabelecer contactos e juntar-se ao movimento dos conjurados como constituirá o pretexto para encontrar a mulher da sua vida, Miriam, nome de origem hebraica, variante de Maria – uma das figuras centrais da Bíblia – que significa “senhora soberana” ou “vidente”.

A segunda grande viagem, com destino ao Brasil, será efetuada, num primeiro momento, sob o signo da esperança, visto ter levado com ele Miriam já grávida. É, aliás, na Baía que nasce a filha, Clara. E, no Maranhão, os luso-brasileiros vão levar a melhor sobre os holandeses. No entanto, num segundo momento, essa viagem pelo Brasil terá como função afastar o protagonista da mulher para que ele, num ato heroico, possa salvá-la. A dispersão da família no Brasil, o castigo infligido aos delatores de má-fé e o resgate de Miriam detida nos cárceres da Inquisição, no palácio dos Estaus, em Lisboa, constituirão o ponto alto da narrativa. A voz do texto parece significar que o povo português deve mobilizar-se para lutar contra o obscurantismo e implementar um sistema de justiça digno desse nome. Sugere ainda que é mais fácil vencer um inimigo externo (os holandeses) do que um inimigo interno (o Tribunal do Santo Ofício).

A última viagem, a do regresso a casa, vem pôr um ponto final à sequência de situações que Carlos teve de resolver. Consegue reagrupar a família e reencontrar-se consigo próprio. Fechou-se o círculo, aberto no capítulo II, quando o protagonista, meditando sobre o seu futuro, contempla o quadro “A Adoração dos Magos”, encomendado por um seu ascendente, Garcia de Bettencourt, para a capela do solar do Ribeirinho. Na última cena, vemos Carlos recolhido de novo na capela da família, junto do referido tríptico, fitando as figuras que diziam ser os seus antepassados. Miriam vai ter com ele. Será que a construção do futuro precisa de um passado mítico e idealizado?

No final do primeiro volume, Carlos de Bettencourt, em virtude da sua lealdade e competência, será nomeado para fazer parte da embaixada portuguesa que se deslocará à França e à Holanda para assinar tréguas e alianças. Nessa mesma viagem, será celebrado o seu casamento com Miriam, seguindo a tradição católica, numa localidade rural da Holanda, com a prévia anuência do pai dele e a do rei, D. João IV: “tem desde já a minha autorização para casar. E uma ordem final: seja feliz” (Loja, vol.

I, 2008: 261). O enlace de Carlos e Miriam representa, assim, a possibilidade de Portugal e a Holanda se entenderem.

Semanas mais tarde, os recém-casados chegam à Madeira. A jovem holandesa rende-se aos encantos da ilha, um lugar, aos olhos dela, algo exótico, mas acolhedor. Um céu radioso paira sobre o solar do Ribeirinho, porque Miriam está de esperanças. Entretanto, Carlos é convidado pelo rei para exercer o cargo de Conselheiro Especial junto do Governador-Geral do Brasil. Por um lado, o protagonista sente-se honrado pelo convite, por outro, sente-se dividido porque não pode deixar Miriam, naquele estado, desamparada. Miriam incentiva-o a aceitar o desafio. Note-se que a futura mãe decide acompanhar o marido nessa grande viagem, provando uma vez mais o seu amor por ele, e revelando força de caráter, já que foi ela quem tomou a iniciativa da decisão.

Em 1642, Carlos e Miriam chegam à Baía. Carlos reúne-se com o Governador-Geral, a fim de se inteirar da situação militar da colónia. Fica a saber que o território era regularmente ameaçado pelas investidas de potências europeias. De facto, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses tentam tirar partido das fragilidades dos luso-brasileiros. Os holandeses implantaram-se no Maranhão para poder comercializar a produção do açúcar. Carlos resume da seguinte maneira o que move os batavos: “Eles são mercadores. Persistem na guerra enquanto esta lhe traz vantagens. Mas, quando começam a perder dinheiro, preferem negociar” (Loja, vol. II, 2008: 15). Vendo mais vantagens na paz do que na guerra, Carlos aconselha a preferir a negociação do que o conflito armado. Sugere ainda que os luso-brasileiros deveriam também dedicar-se à atividade mercantil:

A realidade é que nunca encarámos a actividade mercantil com seriedade. Temos confundido comércio com conquista e nunca procurámos organizar as nossas empresas mercantis como o fazem os holandeses (...). Precisamos de gente conhecedora das regras do comércio para garantir a prosperidade e a estabilidade. E temos na mão a possibilidade de obter a colaboração de um grupo de especialistas interessados em trabalhar connosco numa tarefa comum.
(Loja, vol. II, 2008: 15)

Para tal, aconselha os seus interlocutores a recorrer ao *know-how* dos cristãos-novos e dos judeus de Amesterdão e Antuérpia, que foram expulsos de Portugal. No seu

entender, sendo eles especialistas no ramo da atividade comercial e cultivando eles, apesar de tudo, uma relação afetiva com Portugal, poderiam constituir uma mais-valia para o desenvolvimento económico da colónia. Esta ideia de cooperar com judeus desagradava fortemente ao capitão Linhares. Aliás, Linhares representa o português obtuso e preconceituoso, que não aceita a diferença e, referindo-se a Carlos, tece o seguinte comentário: “católico que em paz é deixado em país protestante é desde logo suspeito a meus olhos. Talvez seja excesso de zelo da minha parte mas antes quero ser culpado por excesso que por defeito, que é culpa maior” (Loja, vol. II, 2008: 25). Por isso, vai apresentar uma denúncia contra o casal recém-chegado ao promotor do Tribunal do Santo Ofício, na Baía, alegando que a família Bettencourt conspirava com os marranos contra a religião católica.

Por lealdade ao rei e à pátria e dado o seu firme sentido do dever, Carlos aceita todas as missões que o Governador lhe propõe, e que o obrigam a percorrer longas distâncias e a afastar-se temporariamente da mulher. Miriam aceita e entende a importância dessas deslocções. Na sua primeira expedição ao sul do Brasil, o protagonista pode contar com a ajuda preciosa dos jesuítas. Contribuem para a “expedição com muitas informações sobre as zonas e os povos a contactar mas também porque um dos padres acompanhava Carlos para lhe abrir as portas das Missões do Sul, instaladas ao longo dos rios Uruguai e Paraguai” (Loja, vol. II, 2008: 32). Escoltado por um jesuíta, o contacto direto com os povos nativos torna-se possível. São sempre bem recebidos e apoiados. Carlos e o padre exploram parte do território desconhecido e tentam recrutar voluntários para combaterem os holandeses, no nordeste brasileiro. O objetivo de Carlos é enunciado do seguinte modo:

A minha missão é procurar os meios de melhorar as defesas do território de modo a encorajarmos a fixação de mais colonos europeus. Para a protecção do território uma população fiel dá mais garantias que um exército que causa despesas sem nada produzir. (Loja, vol. II, 2008: 35)

Carlos persegue dois objetivos : conhecer melhor as terras do interior e os povos indígenas que nelas vivem e mobilizar os colonos para reorganizar e defender o Brasil. Concomitantemente, faz o levantamento dos pontos fortes e das necessidades da colónia portuguesa, avalia os recursos disponíveis para criar alianças e redes de contato com o

objetivo de expulsar os holandeses do Brasil. Vivendo sob a ameaça de ataques-surpresa perpetrados por salteadores, os indígenas, mal armados e isolados em pequenas aldeias na floresta, são presas fáceis. Neste cenário, Carlos propõe-se restabelecer a ordem. Conquista a confiança dos índios, leva-lhes a palavra de Deus e, ao mesmo tempo, confere-lhes a proteção do rei. Colonização, evangelização e aculturação: tal é o processo em curso. Ter as tribos indígenas como aliados é vantagem que importa manter para assegurar a soberania portuguesa nesse vasto território chamado Brasil.

Tão bom militar como político hábil, Carlos contata a população dos diversos lugares por que passa para explicar o plano de defesa e reorganização de Portugal e das suas colónias:

O projecto que sei estar na mente do senhor dom João IV, é o de, cá como lá, construir fortalezas e instalar tropas em locais estratégicos para o domínio do território e criar condições para fixar na colónia as populações portuguesas que garantem o aumento da riqueza daqueles e do país. (Loja, vol. II, 2008: 55)

Tendo o dom da palavra, Carlos torna-se o arauto desse Portugal novo e granjeia a admiração de muitos colonos. A sua voz é ouvida. Eis as suas palavras de ordem: repor a estabilidade, construir a segurança, promover o progresso. Cresce o número de voluntários dispostos a combater os holandeses. O argumento que invoca não é de teor religioso, mas de teor jurídico: “Como descobridores desta terra de Santa Cruz, consideramos ter o nosso país direito à sua ocupação” (Loja, vol. II, 2008: 73). Todavia, não deixa de sublinhar que todos podem participar nesse projeto ambicioso e destaca o apoio dos jesuítas: “É bom saber que está comigo e saber também que a companhia de Jesus colabora com o governo de sua majestade nesta tarefa enorme que nos cabe na transformação do mundo” (Loja, vol. II, 2008: 103). A causa religiosa não serve aqui de subterfúgio; trata-se, antes, de uma causa patriótica. Unir esforços por um objetivo comum: a sobrevivência de Portugal e a expansão do Brasil.

Após a viagem ao Sul, Carlos é enviado para o nordeste. Por lá, em São Luís do Maranhão, encontra-se finalmente com o primo, Francisco de Bettencourt, que não tivera ainda a oportunidade de conhecer. Ambos assistem a um sermão do Pe. António Vieira. Francisco, um rico proprietário defensor do regime escravagista, não comunga dos ideais que Carlos partilha com o Pe. António Vieira:

O padre António Vieira é um homem temperamental e inflamado. Aproveita-se da sua posição de padre para atacar a escravatura nas igrejas onde prega, sabendo bem que sem esta não há açúcar e dificilmente haverá outras culturas. (Loja, vol. II, 2008: 134)

Tal é o perfil que os grandes proprietários traçam do referido padre. Para eles, o jesuíta está do lado das minorias e dos mais fragilizados. Porém, na sua campanha de sensibilização contra a escravatura, o padre António Vieira tem plenamente consciência das consequências da sua pregação. O seu idealismo é fortemente temperado por um pragmatismo informado. No seu modo de abordar o problema, a abolição imediata da escravatura não é desejável porque criaria o caos na sociedade brasileira: “Creio que sem a escravatura o Brasil pode sobreviver, desde que a abolição não se faça de um modo brusco e repentino mas programado ao longo de um período longo, por fases” (Loja, vol. II, 2008: 144).

Carlos viaja para o Recife para avaliar a situação em que se encontra a região ocupada pelos holandeses. O Governador-Geral do Brasil instruiu Carlos no sentido de tentar encontrar um entendimento com o conde Maurício de Nassau-Siegen, de modo a evitar confrontos militares e a manter a paz. Segue-se um período de negociação que favoreceu a aproximação de Carlos e de Maurício, dois homens que tinham muito em comum do ponto de vista intelectual. Todavia, as duas partes não chegam a acordo, como sublinha a voz do texto:

era visível a dificuldade de chegar a qualquer tipo de acordo. Ambas as partes estavam irreduzíveis nas suas posições, na convicção do sucesso das suas armas. Os holandeses exigiam que a paz firmada na Europa se tornasse extensiva à América (...). [O]s portugueses, por seu lado, insistiam na posição de que os adversários tinham de devolver as áreas ocupadas. (Loja, vol. II, 2008: 173)

A guerra vai durar anos e desgastar cada uma das partes envolvidas. As fazendas e as urbes, outrora risonhas, tornam-se cenários de guerra. Afirma o narrador: “As tropas holandesas percorriam os campos de Pernambuco, atacando fazendas e provocando uma matança indiscriminada entre a população civil” (Loja, vol. II, 2008: 197). A narrativa dá a ver o horror da guerra. Quando o conde de Nassau deixa a

Companhia das Índias Ocidentais, a situação piora. Os seus sucessores comportam-se como autênticos “mercenários”. Entretanto, em Guararapes, as tropas luso-brasileiras saem vitoriosas e os holandeses terão que abandonar Pernambuco.

Finda a missão, Carlos recebe uma notícia que o abala. A mulher, Miriam, foi presa e transferida para Lisboa, por ordem do Tribunal do Santo Ofício. A filha escapou, sendo salva por escravos que a levaram para o “castelo” dos Ávila, amigos do casal Bettencourt. Carlos vai ao encontro dos causadores dessa injustiça e castiga-os. Volta a Portugal. O Tribunal do Santo Ofício goza de um poder que ninguém ousa enfrentar, nem mesmo o rei, mas isso não impede Carlos de conceber um plano para salvar a mulher e libertar todos os encarcerados. Eis a sua justificação: “O resultado é que as liberdades públicas são sacrificadas aos interesses da Inquisição e as novas ideias vencidas pelas velhas. Resta aos cidadãos fazer justiça pelas suas próprias mãos” (Loja, vol. II, 2008: 204).

Reúne um pequeno grupo de amigos leais, alguns deles companheiros de armas do golpe da restauração de 1640, e juntos investem de surpresa o palácio dos Estaus, criando a maior confusão. O assalto é bem-sucedido, e Carlos foge com Miriam para Belém. Daí, seguirão numa falua para Amesterdão. Meses depois, Carlos volta a Lisboa para explicar ao rei os motivos da sua fuga para o estrangeiro. Evitando correr riscos inúteis, usa um disfarce: “Deixou crescer os cabelos; e o farto bigode, que tantos agora usavam concorreu para que parecesse apenas um entre muitos e menos despertasse a atenção de qualquer esbirro, mais atento” (Loja, vol. II, 2008: 213). Consegue ser recebido pelo rei que o felicita pela sua coragem e sentido de justiça. Há uma grande amizade entre Carlos e o rei.

Carlos retorna a Amesterdão no dia 1 de dezembro. Uma data simbólica, que augura boa sorte. Munido de um salvo-conduto que o rei lhe passou, Carlos reúne as condições para a mulher e a filha viajarem com ele até à Madeira. Trata-se de um último regresso que encerra o percurso de um homem com razões para se sentir plenamente realizado. Tudo está bem quando acaba bem.

Ao longo do romance a mensagem ética é sempre a mesma, a saber: a história da Madeira e a presença dos madeirenses no mundo constituem temáticas de tal modo inspiradoras que é indispensável que os madeirenses se preocupem em dar-lhe mais

atenção. Não na perspectiva de criar uma espécie de mito egocêntrico com complexo de superioridade, mas de forma a afirmarem a sua identidade plural, complexa e aberta. Não esqueçamos que a Madeira, apesar da sua condição de periferia, é um lugar entre vários mundos, uma encruzilhada cultural.

Mais do que dar uma lição literária ou de história, António Loja prefere dar uma lição humana e cívica, através de uma história edificante, cujo herói resolve todas as contrariedades que se lhe deparam, em nome do bem comum. A esse respeito adianta António Loja:

Creio que consegui realizar o meu projeto de criar um herói que é simultaneamente corajoso e detentor de valores com os quais se apresenta aos seus conterrâneos. Aceito que esta síntese, caso tenha sido conseguida, poderá caracterizar a minha noção do que considero desejável como ficção histórica. (V. Anexo II)

Propondo um modelo de homem comprometido com o seu tempo e a sua pátria, ele pode justificá-lo na sua funcionalidade: não basta a transmissão de saberes, é preciso conhecer o outro e compreendê-lo. Por isso, viajar é preciso. A importância do ato de viajar na formação do ser humano é evidente. Para António Loja, é indispensável pormo-nos no lugar dos outros, conhecermo-nos uns aos outros. Até porque continua a haver demasiado desconhecimento sobre a diversidade religiosa e cultural. Sendo um processo difícil, o diálogo entre culturas é fundamental para o sucesso da humanidade. Através do exemplo de postura ética e pragmatismo político que Carlos personifica, o autor lança um apelo ao exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três romances históricos que nos propusemos abordar permitiram-nos refletir sobre a visão que madeirenses têm do seu passado histórico e do seu tempo vivido.

Para formarmos um *corpus* literário, partimos do pressuposto que seria interessante conciliar autores contemporâneos e narrativas que reconstituíssem os primórdios da vida social na Madeira. Por isso, a nossa escolha recaiu sobre os romances *A Ilha e o Tempo* (1972) e *António e Isabel do Arco da Calheta* (1985), de João França, e *Regressos* (2008), de António Loja.

Os romances de João França têm como pano de fundo os séculos XV e XVI, refletindo o período áureo da economia açucareira na ilha; o romance de António Loja revisita o séc. XVII, reverberando a crise dessa economia e a expansão da diáspora madeirense. Embora retratando um passado remoto, os três romances não deixam de dialogar com a contemporaneidade e, por isso, levantam a questão da identidade madeirense.

De acordo com José Eduardo Franco, a configuração da identidade madeirense resulta de um processo de mitificação como forma de superar a sua insularidade e exiguidade territorial. Tal processo recorre a três narrativas de diferenciação cultural: a idealização das origens através da representação do espaço insular “como jardim edénico”; a “exaltação (...) de uma idade de ouro de prosperidade e, importância estratégica e política” na expansão marítima portuguesa, localizada nos séculos XV e XVI; por fim, a da “epopeia madeirense” que “faz do ilhéu nascido neste arquipélago o trabalhador (...) estoico”, que desbravou a Ilha, transformando-a num jardim (Franco, 2009: 78-79).

Se, dada a época neles retratados, os romances de João França encaixam perfeitamente nos últimos dois tipos de narrativas enunciados por José Eduardo Franco, já o romance de António Loja, ao deslocar grande parte da ação para fora da Madeira, aponta para uma nova perspetiva: a da desinsularização da identidade madeirense, firmada na irradiação da sua diáspora e na sua capacidade integradora da diversidade cultural.

O nosso estudo divide-se em três capítulos que se complementam e interligam.

Na primeira parte deste trabalho, procuramos situar o romance histórico, desde a sua génese até aos tempos atuais, não descurando a realidade da ficção histórica no espaço regional. Tornou-se relevante esta abordagem às narrativas históricas para melhor apreendermos esse subgénero literário. Com efeito, apesar de extensa, esta primeira parte permitiu-nos identificar as características do romance histórico, os autores que melhor representaram esse subgénero literário, assim como alguns dos seus principais teorizadores. Retemos a ideia de que a relação entre História e Ficção é ampla e que esta simbiose sofreu alterações ao longo dos tempos. O discurso historiográfico, aliado a uma renovada condição epistemológica, permitiu que a História se aproximasse da literatura, de forma crítica e criativa. Originariamente, a História assumia-se como elemento preponderante nas narrativas mais tradicionais, deixando pouco espaço para a Ficção fluir. O escritor parecia, por vezes, mais preocupado com a historicidade e mal se atrevia a usar a sua liberdade de ficcionalização. Numa fase posterior, a narrativa de extração histórica foi-se constituindo como discurso parodístico da História. O escritor, dando largas à sua imaginação e dicção, já não fica preso a fundos históricos saturados, como acontecia no modelo inicial.

No segundo capítulo, damos conta da leitura que fizemos dos dois romances de João França: *A Ilha e o Tempo* e *António e Isabel do Arco da Calheta*. Apesar de cada livro assentar numa narrativa própria e singular, apresentam aspetos e eixos temáticos comuns. Com efeito, as duas narrativas giram em torno do mesmo tempo histórico, encenando a conjuntura económica e social da Madeira, a prepotência dos senhores da Ilha, e, ainda, o papel da mulher em termos sociais e familiares.

Em ambos os romances, procuramos entender a condição da mulher na sociedade de então, com particular destaque para as fidalgas, já que o foco narrativo sobre elas incide. De facto, o forte carácter que Isabel Balda e Isabel de Abreu demonstram ter quando decidem, em nome de sua realização pessoal, contrariar as conveniências sociais e culturais é deveras notório: Isabel Balda aspira à independência individual; Isabel de Abreu não renuncia ao direito de ser feliz com o homem, António Gonçalves da Câmara, com quem ela aceita, por decisão própria, casar.

Quanto a António Gonçalves da Câmara, trata-se de uma figura histórica madeirense que não deixa o leitor indiferente: cortesão, poeta e soldado, é o protótipo

do perfeito cavaleiro português de quinhentos que protagoniza uma história de amor lendária.

Com estas narrativas publicadas nas décadas de 70 e de 80, João França parece alertar e sensibilizar os leitores para uma questão que merece uma atenção redobrada. Ao denunciar as injustiças da sociedade, visa certamente promover a mudança e a igualdade, sem restrições de classes, raças e géneros. Por isso mesmo, o final de *A Ilha e o Tempo* é significativo: o enlace de Jorge Balda com Benvinda ilustra essa mudança de paradigma. Em todo o caso, os dois romances espelham a Madeira pretérita: a ilha das capitánias, o tempo da ocupação e do povoamento do lugar, os flagelos que se faziam sentir na época retratada, o esforço do homem para a tarefa de domesticar a natureza e a vinda de colonos. Porém, as duas narrativas também dão conta do diálogo que a Madeira estabelece com o Reino e do lugar de Portugal no Mundo, nomeadamente de um Portugal expansionista, apostado em conquistar e manter praças na costa marroquina.

Nas obras em estudo, o autor desenvolve temas que importa debater, sendo os principais: o sentimento de pertença a um lugar e a construção de uma identidade madeirense sob os signos da solidariedade, do inconformismo e da resistência perante a adversidade (rumo à madeirensidade); a aura de grandiosidade e heroicidade de indivíduos pertencentes à memória histórica madeirense; a reflexão sobre as várias faces da injustiça; a dinâmica entre periferia e centro, através da oposição Funchal / Lisboa (o centro político do Reino); o raio de uma atividade intelectual e literária que fosse digna da fixação das vivências e/ou da criatividade de madeirenses (através do papel de Pedro Rui de Berenguer, o soldado-poeta rejeitado pela dama da sua eleição, e o do próprio António Gonçalves da Câmara, que no final do romance começa a escrever o poema que versará sobre a história de amor por ele vivida); o papel da mulher na sociedade madeirense do séc. XVI, com reflexos até aos dias atuais.

Em suma, a deambulação discursiva que João França faz pela História da Madeira através dos seus dois romances (tirando a opereta *O Zé do Telhado*, de 1944, não consta que ele tivesse ficcionado episódios históricos que não fossem protagonizados por madeirenses), permite-lhe reescrever o passado histórico insular, fazendo uso não só da documentação disponível e dos manuais de História da Madeira, mas também da sua capacidade imaginativa. Seguindo o fio da escrita, João França

romanceia o passado remoto ao sabor de um discurso mais vibrátil e cativante. Mais cativante porque, nas suas obras, o escritor recupera parte da História ignorada ou impossível de provar pelos estudiosos e, portanto, excluída do discurso dominante sobre a Madeira.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, abordamos o romance *Regressos* de António Loja. Procurámos entender a conjuntura económica, social e cultural na Madeira, a nível nacional, regional e a nível internacional. Visto a Madeira de seiscentos atravessar uma crise económica e social, procuram-se novos entendimentos e parcerias, buscam-se oportunidades e novas dinâmicas. De facto, no primeiro volume, a narrativa gira, essencialmente, em torno do contributo de Carlos na luta entre católicos e protestantes no norte da Europa e no derrube do domínio filipino em Portugal. É certo que o narrador, com vista a tornar o enredo mais cativante, não descarta a relação amorosa que o herói madeirense estabelece com Miriam, uma jovem holandesa com quem se casa. Mas o final do primeiro volume anuncia novos rumos para o protagonista. No segundo volume, o casal procurará no novo mundo sedimentar o seu amor e Carlos terá efetivamente um papel preponderante na tentativa de mapear a situação do Brasil, após a restauração da independência de Portugal.

Num diálogo contínuo entre a História e a Ficção, o leitor é levado numa aventura desafiante mas simultaneamente crítica sobre diversas questões relacionadas com a América portuguesa, com a ilha e com o mundo. Procuramos, também, mostrar que o contacto com o exterior, nomeadamente com países mais desenvolvidos, permite a mudança. Mudança esta que foi valorizada na ficção do autor e na entrevista que nos concedeu, ao sustentar: “Acentue-se ainda que todas as sociedades sentem necessidade de se valorizarem tecnicamente nos contactos com países mais evoluídos...” (V. Anexo II). O romance *Regressos* permite, efetivamente, dar conta do valor do diálogo entre culturas como fator de valorização individual e coletiva.

Os vários cenários geográficos – Coimbra, Lisboa, Madeira, Flandres, Amesterdão, França e Brasil – por onde Carlos de Bettencourt se desloca, constituem o fulcro da obra em apreço, o que proporciona, desde logo, uma visão global dos problemas com que se defrontava a Europa e o mundo português. Por um lado, temos uma Europa em crise e em guerra, mas, por outro, as venturas de quem não desiste lutar pelos seus princípios e ideais, pela oportunidade de ativar a modernização política e

económica de Portugal e das suas colónias, contra o Dogma, a Inquisição e a Coroa de Espanha. Por conseguinte, temos não somente uma narrativa de confronto de modelos de sociedade e da possibilidade de entendimento entre culturas, mas sobretudo uma narrativa do renascer de Portugal, visto que o eixo central do romance é o percurso de vida do protagonista, cujas missões – algumas secretas, outras oficiais – se revelarão importantes para a vitória da causa portuguesa. Carlos de Bettencourt, uma figura fictícia, representa o modelo do jovem nobre de carácter, impoluto, exemplar e patriota, capaz de se reinventar como combatente, intelectual comprometido com causas e princípios, agente diplomático e relator especial. Apesar das contrariedades ou das baixezas a que certos indivíduos se prestam, por preconceito, por maldade ou, simplesmente, por intolerância, que terá de enfrentar, Carlos sairá sempre vencedor das missões que abraça. Afirma-se como modelo de homem novo que denuncia o Mundo Velho para inaugurar a possibilidade de uma nova humanidade.

Sublinhe-se ainda que do nosso estudo consta uma entrevista a António Loja. Confrontados no decorrer do nosso estudo com a ausência de textos críticos sobre a escrita de António Loja, a entrevista permitiu-nos recolher mais informação e validar até algumas ilações que fomos tecendo. Assim, nessa interação verbal e nessa partilha de um saber experienciado pelo autor em matéria historiográfica e em questões de romance histórico, compreendemos e apreendemos melhor a sua obra.

Para os nossos dois autores, o romance histórico deve ser entendido como confluência entre o património cultural material e imaterial e a criação contemporânea, mesmo que isso implique o risco de cometer alguns anacronismos. Na verdade, no que diz respeito à História e Cultura madeirense, o filão está longe de se esgotar: há muitos aspetos e temas para aprofundar, rever e ampliar. Haja uma audiência crescente, atenta e crítica para incentivar mais obras dessa natureza...

Referências bibliográficas:

1. Corpus

França, João (1972). *A Ilha e o Tempo: Romance*. Funchal: Editorial o Século.

França, João (2006). *A Ilha e o Tempo*. Funchal: Funchal 500 anos. [2.^a ed.]

França, João (1985). *António e Isabel do Arco da Calheta: Romance*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

Loja, António (2008). *Regressos*. Funchal: O Liberal. Volume I.

Loja, António (2008). *Regressos*. Funchal: O Liberal. Volume II.

2. Obras consultadas e/ou citadas

Albuquerque, Luís de; Vieira, Alberto (1987). *O arquipélago da Madeira no Século XV*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico.

Antunes, António Lobo (2009). *Os Cus de Judas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. (Edição comemorativa)

Antunes, Luísa Marinho (2004). *O Romance Histórico e José de Alencar*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade da Madeira – Centro de competência de Artes e Humanidades.

Antunes, Luísa Marinho (2015). “Uma diocese literária: contributos de eclesiásticos madeirenses para a literatura regional e o caso de *Da Choça ao Solar*, do padre João Vieira Caetano”, in José Eduardo Franco e João Paulo Oliveira e Costa (dir.), *Diocese do Funchal - A Primeira Diocese Global: História, Cultura e Espiritualidades* [vol. II]. Funchal: Diocese do Funchal 1514-2014, p. 389-401.

Aragão, António (1987). *Para a História do Funchal*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais. (2.^a ed.)

Aragão, António (1992). *O Espírito do Lugar: A cidade do Funchal*. Lisboa: Pedro Ferreira Editor.

Aristóteles (1964). *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Difusão Europeia do livro. (Tradução de António Pinto de Carvalho)

Azevedo, Álvaro Rodrigues de (ed.) (1873). *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso. Historia das ilhas do Porto Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*. Funchal: Typ. Funchalense.

Azevedo, José Manuel (1995). *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico: Séc. XV-XVII*. [vol. I]. Secretaria Regional de Turismo e Cultura. Coimbra: CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico.

Barreno, Maria Isabel (1994). *O Senhor das Ilhas*. Lisboa: Editorial Caminho.

Bessa-Luís Agustina (1983). *Adivinhas de Pedro e Inês*. Lisboa: Guimarães & C^a, Editores.

Caldeira, José Abel de O. M. (1989). *Ínclitos ilhéus*. Funchal: edição do autor.

Carlos, Ana Maria; Esteves, Antonio R. (2007). *Ficção e história: Leituras de Romances Contemporâneos*. Assis: FCL/UNESP.

Carvalho, Mário de (1994). *Um Deus Passeando pela Brisa da tarde*. Lisboa: Caminho. (6.^a edição)

Carita, Rui (2014). *História da Madeira: séc. XV*. Funchal: Associação Académica da Universidade da Madeira.

Carita, Rui (2013). *História do Funchal*. Funchal: Associação Académica da Universidade da Madeira.

Carita, Rui (2007). “A Madeira e a Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa de Artistas e Artífices”, in *Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro*. Porto: FLUP, pp. 469-481.

Carita, Rui (1999). *História da Madeira (1420-1566): Povoamento e Produção Açucareira*. Funchal: Governo Regional da Madeira. (1.º vol., 2.ª edição)

Carvalho, Maria João Lopo de (2011). *Marquesa de Alorna: Do cativo de Chelas à corte de Viena*. Lisboa: Oficina do livro.

Ceia, Carlos (1998). *O que é afinal o Pós-Modernismo?* Lisboa: Edições Século XXI, Lda.

Chagas, Manuel Pinheiro (1867). “Literatura brasileira – José d’Alencar”, in *Novos ensaios críticos*. Porto: Casa da viúva Moré.

Chaves, Castelo Branco (1979). *O Romance Histórico no Romantismo Português*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Coelho, Leonor Martins (2011). “Leituras de uma cidade insular: crónicas de Ricardo França Jardim e contos de José Viale Moutinho”, in Ana Isabel Moniz, Ana Margarida Falcão, Leonor Martins Coelho e Thierry Proença os Santos, *Funchal (d)Escrito: Ensaio sobre representações literárias da Cidade*. Vila Nova de Gaia: 7 Dias 6 Noites, p. 163-193.

Cunha, Maria do Rosário (2006). “Garrett, Herculano e o Romance Histórico”, in *Discursos: Almeida Garrett: 150 anos depois*. Lisboa: Universidade Aberta, VI série (Estudos portugueses e comparados), n.º 1, Março, pp. 127-138.

Dionísio, Fátima Pitta (jul.-dez.1995). “Imagens da ilha: espelho da mentalidade rural madeirense no conto “Ribeira Brava” de João França”. in *Islenha*. Funchal: S.R.T.C./D.R.A.C., n.º 17, p. 101.

Dolezel, Lubomir (1999). “Fictional and Historical Narrative: Meeting the Postmodernist Challenge”, in David Herman (ed.), *Narratologies: New Perspectives and Narrative Analysis*. Ohio State University Press: Columbus, pp. 247-273.

Febvre, Lucien (2003). *Le Problème de l’Incroyance au XVI^e Siècle - La Religion de Rabelais*. Paris : Albin Michel.

França, João (2005). *Uma família madeirense*. Madeira: Câmara Municipal de Santa Cruz.

França, João (25-XII-1983). “A Missa do Fidalgo” (conto que revisita a narrativa lendária do “Rei pequeno”). *Diário de Notícias*, Funchal.

França, João (18-IX-1981). “Entre um e outro banco – diálogo entre dois escritores madeirenses” (João França e Horácio Bento de Gouveia). *Diário de Notícias*, Funchal.

França, João. “A Coelha do Perestrelo e Paraíso sem Serpente”. [Trata-se de um conto que terá sido publicado no *Diário de Notícias*, do Funchal, de que o sobrinho do autor, o Sr. Ivo Sinfrônio Martins, tem cópia, mas não há data de publicação].

França, João (8-V-1977). “Entrevista”, *Diário de Notícias*, Funchal.

Franco, José Eduardo (2012). “Século XVI”, in José Eduardo Franco e Pedro Calafate (coords.). *A Europa segundo Portugal – Ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*. Lisboa: Gradiva, pp. 37-65.

Franco, José Eduardo (2009). “Nacionalidade e Regionalidade: Processos de Mitificação e Estruturação Identitária (o Caso da Nacionalidade Portuguesa e da Regionalidade na Madeira), *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*. Funchal: CEHA, n.º 1, 2009, pp. 73-80.

Fleishman, Avrom (1972). *The English Historical Novel: Walter Scott to Virginia Woolf*. Baltimore: The Johns Hopkins Press.

Florença, Teresa (24 fev. a 1 mar. 2008). “João França nasceu há cem anos”. *Diário de Notícias: revista Mais*, Funchal, pp. 14-16.

Gauthier, Benoît (2003). *Investigação Social. Da problemática à colheita de dados*. Loures: Lusociência.

Ghiglione, R. & Matalon, B. (2005). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Gonçalves, Ernesto (1992). *Portugal e a Ilha: colectânea de estudos históricos e literários*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico.

Gomes, João dos Reis (1909). *A filha da Tristão das Damas: Novela madeirense*. Funchal: Heraldo da Madeira. [1.^a ed.]

Gouveia, Horácio Bento de (29-V-1972). “A Ilha e o Tempo – Belo romance madeirense de João França”. *Diário de Notícias*, Funchal.

Herculano, Alexandre (1934). “A Velhice”, in *Panorama*, n.º 170, 1/8/1840, e *Scenas de um ano da minha vida e Apontamentos de viagens*, coordenação e prefácio de Vitorino Nemésio. Lisboa: Bertrand.

Hugo, Victor (1963). *Notre-Dame de Paris*, in *Romans* 1, Paris: Seuil. (Coll. L'intégrale)

Hutcheon, Linda (1988). *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*. New York: Routledge.

Iser, Wolfgang (1974). *The Implied Reader: Patterns of Communication in Prose Fiction from Bunyan to Beckett*. Baltimore: John Hopkins University Press.

Janes, Emanuel (26-IV-2008). “O escritor madeirense João França (1908-1996)”. *Jornal da Madeira*, Funchal, p. 20.

Lessard-Hébert, Michelle; Goyette, Gabriel; Boutin, Gérald (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lipovetsky, Gilles (1997). *A terceira Mulher: Permanência e Revolução do Feminino*. Lisboa: Instituto Piaget.

Kaplan, O. Steimberg de (2000). “Le roman historique: interprétation et connaissance”, in Hendrik van Gorp e Ulla Musarra-Schroeder (eds.). *Genres as Repositories of Cultural Memory*. Volume 5 of the Proceedings of the XV. Congress of the

International Comparative Literature Association «Literature as Cultural Memory», Leiden 16-22 August 1997. Amesterdão: Atlanta GA, pp. 7-16.

Lukacs, Georges (1977). *Le Roman Historique*. Paris : Payot. (Petit Bibliothèque Payot)

Mc Ewan, Neil (1987). *Perspective in British Historical Fiction Today*. Londres: Macmillan.

Marinho, Maria de Fátima (2011). “Literatura e Legitimação (Alexandre Herculano, Mário Cláudio e José Saramago)”, in Helena Buescu e Teresa Cristina Cerdeira (coord.). *Literatura Portuguesa e a Construção do Passado e do Futuro – República e Cidadania – A República das Letras*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República. Caleidoscópio, pp.107-116.

Marinho, Maria de Fátima (2005). *Um poço sem fundo: novas reflexões sobre literatura e história*. Porto: Campo das Letras.

Marinho, Maria Fátima (2002). *Passado e Presente: a imagem no espelho*. Conferências pós-colóquio. *Actas do colóquio- in Literatura e História*. Universidade Aberta.

Marinho, Maria Fátima (1999). *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras.

Marinho, Maria Fátima (1992). “O Romance Histórico de Alexandre Herculano”. *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. IX, Porto, pp. 97-117.

Martins, Ivo (julho de 2016), “prefácio”, em Duarte Miguel Barcelos Mendonça (ed.), *Dramaturgia de João França*. Funchal: Editora Madeirense, p. 1-2.

Martins, Rocha (1942). *O Bichinho de Conta*. Lisboa: Editorial Inquérito. (Colecção História - Os Grandes Amores de Portugal”, 6º fascículo, 2º volume).

Mendonça, Duarte (17-XI-2006). “Romance histórico sobre o Campanário lançado na América”, *Diário de Notícias*, “Revista”, Funchal.

Monteiro, Ofélia Paiva (ed.) (2007). *Sociedade e Ficção: (Garrett, Romance histórico, Júlio Dinis)*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras.

Oliveira, A. Lopes de (1969). *Jornais e Jornalistas Madeirenses*. Braga: Livraria Editora Pax.

Ornelas, João Augusto (1874). *A Mão de Sangue*. Funchal: Comércio do Funchal.

Paolinelli, Luísa M. Antunes: v. Antunes, Luísa Marinho

Pereira, Eduardo C. N. (1989). *Ilhas de Zargo*. Funchal : Câmara Municipal do Funchal. (Vol. I – 4 Edição)

Pereira, Fernando Jasmins (1991). *Estudos sobre História da Madeira*. (org., estudo introdutório e índices por Miguel Jasmins Rodrigues). Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração - Centro de Estudos de História do Atlântico.

Puga, Rogério Miguel (2006). *O essencial sobre O Romance Histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Real, Miguel e Calafate, Pedro (2012). “Século XVII”, in José Eduardo Franco e Pedro Calafate (coords.) *A Europa segundo Portugal – Ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*. Lisboa: Gradiva, pp. 67-105.

Reis, Carlos, e Pires, Maria Natividade (1993). *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Vol. V – “O Romantismo”. Lisboa: Editorial verbo.

Reis, Carlos (1995). *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários*. Coimbra: Livraria Almedina.

Roberts, David (1991). *The Modern German Historical Novel Paradigms, Problems and Perspectives*. New York: Berg.

Saffioti, Heleieth I. B (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

Sampaio, Bruno (1886). *A Geração Nova*. Porto: Magalhães & Moniz Editores.

Santos, Thierry Proença dos & Coelho, Leonor Martins (2016). “Função e representações da fidalga de quatrocentos e quinhentos na ficção literária madeirense”, volume antezero do *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, anexo da revista semestral *Letras Com Vida –Literatura, Cultura e Arte*, n.º 7. Lisboa: CLEPUL/INCM, pp. 76-87.

Santos, Thierry Proença dos (no prelo). “*Uma família madeirense* de João França: uma saga familiar para refletir (sobre) a mudança dos tempos na Madeira do séc. XX”.

Santos, Thierry Proença dos (2007). *De Ilhéus a Canga, de Horácio Bento de Gouveia: a narrativa e as suas (re)escritas*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade da Madeira e à Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3. vol. I.

Saramago, José (1982). *Memorial do Convento*. Lisboa: Editorial Caminho.

Silva, Fernando Augusto da (1933). *A Lombada dos Esmeraldos na ilha da Madeira*. Funchal: edição de autor.

Silva, Rebello da (1955). *Contos e Lendas*. Porto: Livraria Civilização.

Shaw, Harry (1983). *The forms of Historical Fiction - Sir Walter Scott and his successors* Ithaca and London: Cornell University Press.

Sousa, João José Abreu de (julho-dezembro 1997). “D. Isabel de Abreu e António Gonçalves da Câmara. Mito, poesia e história”, *Islenha*, n.º 21, Funchal: SRTC / DRAC, pp. 59-62.

Stegagno-Picchio, Luciana (1990). “O Sacro Colégio de Alfenim. Considerações sobre a civilização do açúcar na ilha da Madeira e noutras ilhas”. Separata n.º 13 de *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal, set. 1989). Funchal: CEHA, pp. 181-190.

Stein, Richard L. (1981), “Historical Fiction and the Implied Reader: Scott and Iser”. in *Novel: a Forum on Fiction*, vol. 14, n.º 3, pp. 213-231.

Tavares, Miguel Sousa (2003). *Equador*. Lisboa: Oficina do Livro.

Tonini, Giampaolo (1994). “Contributo allo studio della sotirua letteraria di Madeira: cultura, socit  e sentimento dell’insularit  nella narrativa degli ultimi vent’anni”, in S lvio Castro e Manuel G. Sim es (eds.). *Rosa dos Ventos*. Padova: Universit  di Padova, Pubblicazioni della sezione di portoghese dell’Istituto di lingue e letterature romanze, pp. 137-194.

Tuckman, B.W. (2000). *Manual de Investiga  o em Educa  o*. Lisboa: Funda  o Calouste Gulbenkian.

Tutikian, Jane (2002). “Entre o nevoeiro, a imobilidade e o sonho: a reconstru  o da identidade”, in *II Semin rio internacional em Letras; Memória e escrita*. Santa Maria.

Turner, Joseph W. (1979). “The kinds of historical Fiction: an essay in definition and a methodology”. In *Genre* 12, n.  3, pp. 333-355.

Vasconcelos, M. M. Santa Ana (1857). *O Soldado de Aljubarrota: romance histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vanoosthuyse, Michel (1996). *Le Roman historique: Mann, Brecht*. Paris : Presses Universitaires de France.

Veríssimo, Nelson (2004). “O Funchal ao tempo de D. João III: Os agentes régios e os interesses locais”. Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

Veríssimo, Nelson (2000). *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do século XVII*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Vieira, Alberto (1991). *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*. Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração. Funchal: CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico. (Colecção Memórias – 5)

Wittmann, Reinhard (1987). “Une révolution de la lecture à la fin du XVIII si cle?”. in Roger Chartier (ed.). *Lectures et lecteurs dans la France de l’Ancien Régime*. Paris: Seuil, p. 353-391.

Zurara, Gomes Eanes (1994). *Chronique de Guinée* (1453), traduite et annotée par Léon Bourdon. Paris: Editions Chandeigne-Librairie Portugaise.

3. Webgrafia

Chaves, Castelo Branco (1979). *O Romance Histórico no romantismo português*. Biblioteca Breve. Instituto de Cultura Portuguesa. Amadora: Bertrand. Disponível em: http://www.pedroalmeidavieira.com/assets/media/bb045_camilo%20castelo%20chaves.pdf [consultado a 10 de junho de 2014].

Coelho, Leonor Martins (Dez. 2011) – “*O Emigrante* de João França: da escrita à representação cénica”. *News Letter*, nº 12. Funchal: CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico. pp. 4-7. Disponível em: http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/Newsletter/Newsletter_12.pdf [consultado a 14 de julho de 2015].

Cruz, Carlos Eduardo (2010). *Ficção Histórica no Liberalismo Português: História, Anacronismos e Fabulação*. Universidade Federal Fluminense UFF. Brasil. Disponível em: <https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero44/ficcaohi.html> [Consultado a 5 de junho de 2014].

Jameson, Fredric (2004). “*O Romance Histórico ainda é possível?*”. *Novos estudos – CEBRAP*, n.º 77, São Paulo, março 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000100009> [Consultado a 18 de Janeiro de 2015].

Franchetti, Paulo (s.d). “Romance histórico de Herculano”. Disponível em: <http://paulofranchetti.blogspot.pt/2013/06/romance-historico-de-herculano.html> [consultado a 10 de junho de 2014].

Marinho, Maria de Fátima (2008). “A construção da Memória”. Disponível em: http://repositorio.lusitanistasail.org/revista/docs/veredas_separata_07.pdf [consultado a 22 de janeiro de 2015], p. 7.

Mendes, Maria Lúcia Dias (2002). “A presença de Walter Scott e Jules Michelet no romance histórico de Alexandre Dumas”. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/266603254_A_PRESENA_DE_WALTER_SCOTT_E_JULES_MICHELET_NO_ROMANCE_HISTRICO_DE_ALEXANDRE_DUMAS [consultado a 20 de janeiro de 2015].

Niederauer, Silvia Helena Pinto (2007). *Ao viés da História: Política e Alegoria no Romance de Erico Veríssimo e Moacyr Scliar*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de letras da PUCRS, Porto Alegre. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4309/1/000391946-Texto%2bCompleto-0.pdf> [consultado a 18 de Janeiro de 2015].

Pimentel, Samarkandra Pereira dos Santos (2010). *Considerações acerca do romance histórico*. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Disponível em: <https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero44/romanhis.html> [consultado a 28 de maio de 2014].

Priscilla, Ferreira (2009). “O Romance Histórico na Literatura Portuguesa Contemporânea”. *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*: Porto Alegre – Vol. 05 n.º 02 – jul/dez. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/11114/7295> [consultado a 18 de Janeiro de 2015].

Roani, Gerson Luiz (1998). *O que está envolvido nesse cerco de Lisboa?* In Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=CE9RftBA5L0C&pg=PA9&lpg=PA9&dq=O+que+est%C3%A1+envolvido+nesse+cerco+de+Lisboa?&source=bl&ots=Jpk8W2tSzi&sig=W08_-36QEYiM3PFw8YcTjmwkAYg&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj63ZvZ1YXPAhWrIMAKHaMIBm0Q6AEIGzAA#v=onepage&q=O%20que%20est%C3%A1%20envolvido%20nesse%20cerco%20de%20Lisboa%3F&f=false [consultado a 18 de Janeiro de 2015].

Santos, Thierry Proença dos (26 de agosto de 2006). “A Ilha e o Tempo”, em secção “carta de leitor”, do *Diário de Notícias* do Funchal. Disponível em:

<http://www.dnoticias.pt/impressa/diario/cartasdoileitor/diario-26082006/52861-a-ilha-e-o-tempo> [consultado a 15 de abril de 2015]

Vigny, Alfred (1863). “Réflexions sur la Vérité dans l’art”, in *Cinq-Mars*. Paris: Michel Lévy frères, Libraires Éditeurs. Disponível em: http://fr.wikisource.org/wiki/Cinq-Mars/R%C3%A9flexions_sur_la_v%C3%A9rit%C3%A9_dans_l%E2%80%99Art. [consultado a 22 de março de 2015].

Wesseling, Elisabeth (1991). *Writing history as a prophet: postmodernist innovations of the historical novel*. U.S. John Benjamins Publishing Company. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=celBAAAAQBAJ&pg=PA24&lpg=PA24&dq=%E2%80%9Ca+tertiary+form+of+the+historical+novel%E2%80%9D&source=bl&ots=Dv9sTExS2y&sig=-BKu4BkOZSyiF6IZkZ4HnYOt21A&hl=pt-PT&sa=X&ei=CHcXVZuHBMSAU5e_hKgG&ved=0CB8Q6AEwAA#v=onepage&q=%E2%80%9Ca%20tertiary%20form%20of%20the%20historical%20novel%E2%80%9D&f=false. [consultado a 25 de março de 2015].

ANEXOS

I

Imagens

- a) O Convento de Sta. Clara
- b) O solar da Lombada da Ponta do Sol
- c) O frontispício da primeira edição de *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso
- d) São Tiago Menor
- e) O tríptico “Mestre de Adoração de Machico”
- f) O solar do Ribeirinho em Machico
- g) O busto de João Vieira Fernandes, no jardim municipal do Funchal

a) O Convento de Sta. Clara



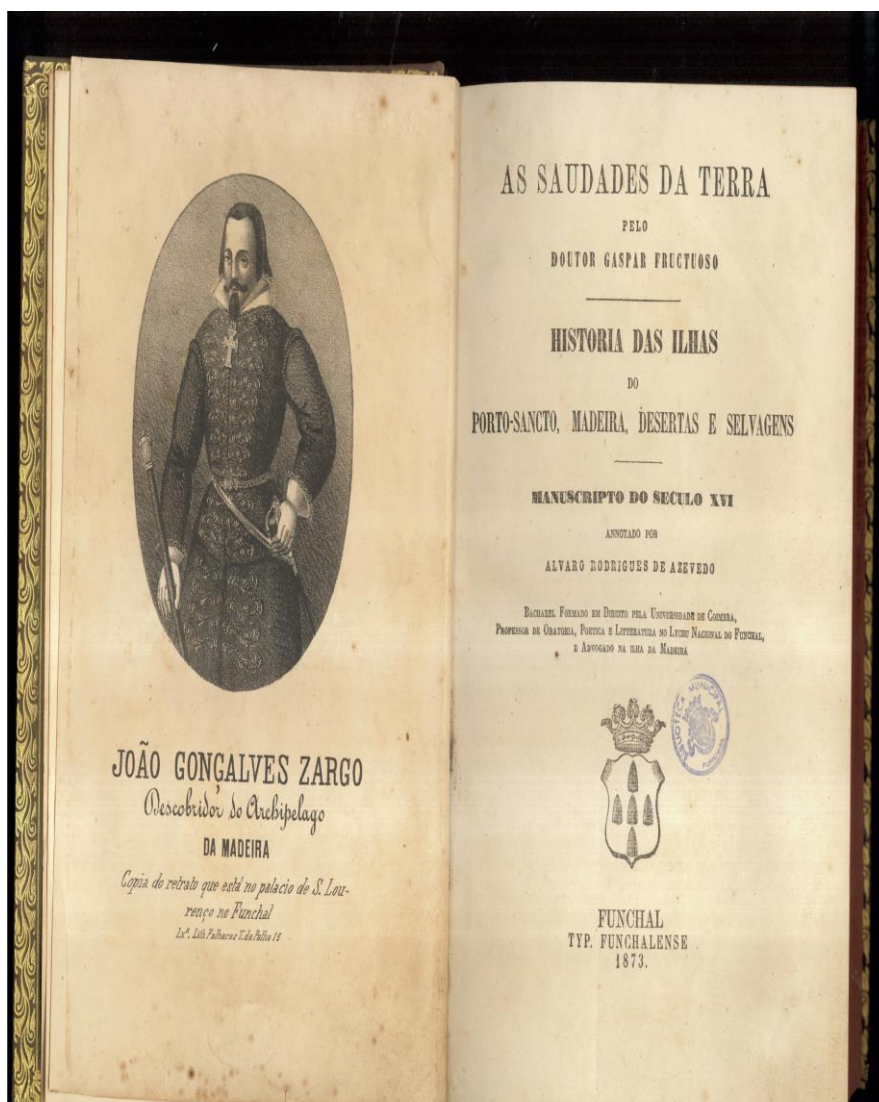
Convento de Santa Clara, no Funchal. Fotografia do interior do convento retirada da internet:
https://www.google.pt/search?q=O+Convento+de+Sta.+Clara&biw=1366&bih=657&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwim1fei8uLOAhXoL8AKHSj5BhQQ_AUIBigB#tbm=isch&q=O+Convento+de+Sta.+Clara+funchal&imgc=5I9foaOY_iDnlM%3A

b) O solar da Lombada da Ponta do Sol



O solar da Lombada da Ponta do Sol. Conhecida também pelo solar dos Esmeraldos. Fotografia retirada da internet:
https://www.google.pt/search?q=O+Convento+de+Sta.+Clara&biw=1366&bih=657&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwim1fei8uLOAhXoL8AKHSj5BhQQ_AUIBigB#tbm=isch&q=O+solar+da+Lombada+da+Ponta+do+Sol&imgc=WKvwcHDKAHXZZM%3A

- c) Frontispício da primeira edição de Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso



Frontispício da primeira edição de Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso, 1873. Biblioteca Municipal. Funchal. Imagem digitalizada do documento original.

d) São Tiago Menor



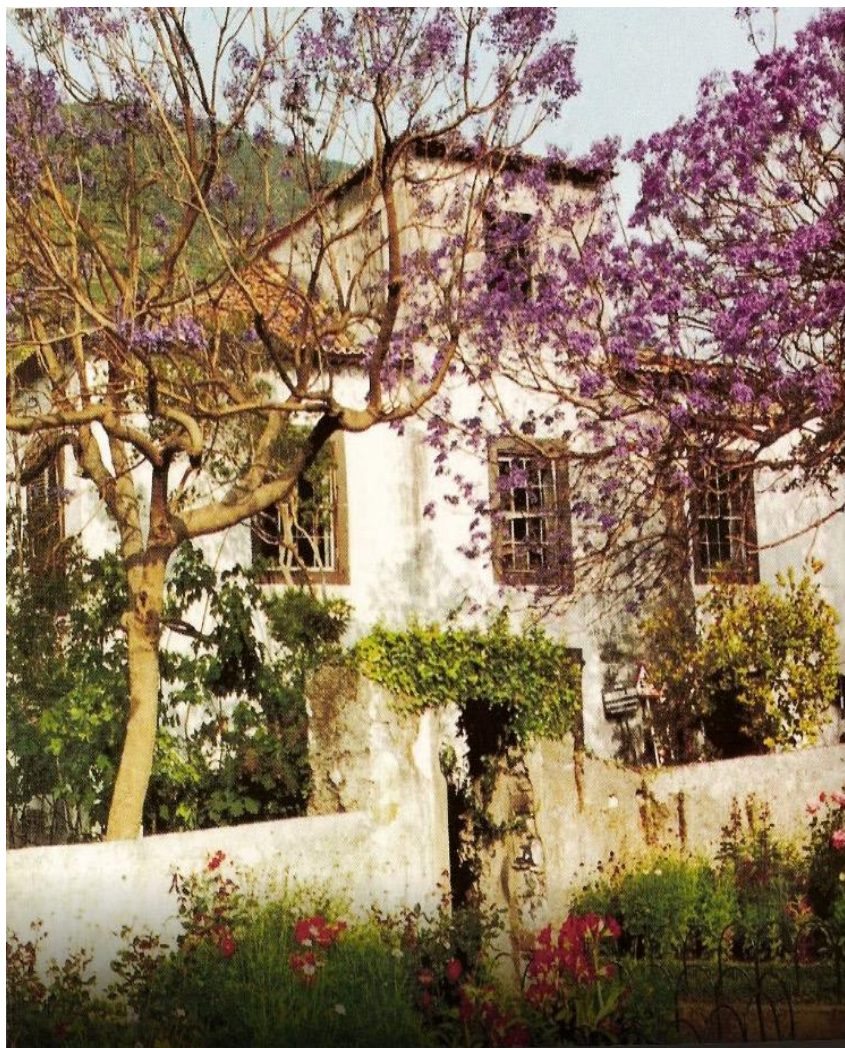
São Tiago Menor/ António Duarte 1944, Paços do Concelho, Funchal.

e) O tríptico “Mestre de Adoração de Machico



O tríptico “Mestre de Adoração de Machico. Adoração dos Magos. Séc XVI. Museu de Arte Sacra. Funchal.

f) O solar do Ribeirinho em Machico



O solar do Ribeirinho em Machico. Outrora residência particular e, hoje em dia, um museu. Fotografia retirada da internet: <https://www.google.pt/maps/uv?hl=pt-PT&pb=!1s0xc60630bab95cd47:0xa675e5d74c153cd4!2m5!2m2!1i80!2i80!3m1!2i20!3m1!7e115!4shttps://ssl.panoramio.com/photo/18886413!5ssolar+do+ribeirinho+-+Pesquisa+Google&imagekey=!1e4!2s18886413&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwiHitDG6dPOAhXHtRQKHbocBjUQoiIdDAP>

g) O busto de João Vieira Fernandes, no jardim municipal do Funchal



Busto de João Vieira Fernandes. Jardim Municipal do Funchal. Fotografia tirada por mim.

II

António Loja

Entrevista: André Rodrigues

Perguntas enviadas a 18 de dezembro de 2015.

Respostas recebidas a 28 de dezembro de 2015.

1. André Rodrigues (AR): O diálogo com a História é recorrente na sua narrativa de ficção, ora quando envereda pelo romance de Guerra Colonial, com *As ausências de Deus* e *Como um rio invisível*, ora quando investe no romance histórico, com *Regressos*, *Às 5 da tarde* ou *O advogado de Roma*. Usa a literatura para fazer dela uma mediadora da sua visão de historiador sobre determinados acontecimentos relevantes do passado ou entende que a literatura pode ser utilizada como campo laboratorial para revisitar e repensar a História?

António Loja (AL): A minha formação universitária e profissional origina uma produção de investigação em que o fito é esclarecer uma certa problemática num determinado momento histórico a que se referia o tema. Como primeiro exemplo, refiro o trabalho que elaborei para a minha tese de licenciatura, com o título *A luta do Poder contra a Maçonaria* elaborada no ano de 1960 e publicado integralmente pela revista *Seara Nova* (1383 a 1388). Fiz acompanhar a volumosa documentação de um texto crítico e analítico e terminei-o com as conclusões possíveis que o tema proporcionava. Como segundo exemplo, indico outro trabalho que publiquei na colecção “Funchal 500 anos” (ed. da C. M. do Funchal) e que intitulei *Crónica de uma Revolução*: procedi à recolha de documentos sobre as lutas liberais na zona da Madeira e elaborei um texto que permite esclarecer todos os aspetos económicos, sociais e culturais que abrem caminho ao entendimento global dos fenómenos conotados com a queda do Antigo Regime e o início do Liberalismo na Madeira.

Para tornar bem clara a diferente atitude que assumo face a um trabalho de investigação, assino com o meu nome completo (António Egídio Fernandes Loja) todos os meus trabalhos de investigação, quer os publicados em volumes independentes, quer divulgados em revistas ou jornais.

Com o nome simplificado (António Loja), assino os trabalhos de ficção mesmo quando envolvam também alguma investigação histórica por se relacionarem com temas ligados à História regional, nacional ou mundial.

Mas estes são apenas aspeto de natureza formal: Não quero deixar de focar um aspecto que me guia e que considero mais significativo que os apenas formais. Trata-se do propósito que tenho em vista ao escrever ficção. Não me permito liberdades quanto ao tratamento da História. Se estou a descrever a revolução de 1640, uso fontes de época para garantir uma sólida genuinidade à trama central dos acontecimentos, para que o personagem que abusivamente introduzo (Carlos Bettencourt) viva ao lado de figuras reais (O Duque de Bragança, D. Luisa de Guzman e todos os jovens revolucionários do 1.º de Dezembro). Carlos é uma personalidade ficcional, mas tentei criar-lhe densidade humana e mostrá-la ao leitor como o herói que espero subsista nas mentes dos leitores. Mesmo quando aqui o afirmo ficção fico com a esperança de que algum leitor fique com a bela dúvida de, se ele porventura, não terá existido. Carlos Bettencourt poderá parecer a alguns leitores excessivamente dotado de qualidades que o destacam do comum dos cidadãos. Pretendi apresentá-lo como um modelo de cidadania. Considerei que o melhor caminho seria fazer dele um homem do seu tempo: aberto às novas correntes da Filosofia e da Arte. Faço-o contactar com Descartes e com Huijgens e aproveito a sua passagem por Amsterdão para o pôr em contacto com o pintor Rembrandt e no Recife com Frans Post. Carlos torna-se, assim, um homem aberto ao pensamento da época: critica a existência da Inquisição, do Tribunal do Santo Ofício e da Censura aos livros e à criação literária e artística. Carlos não ignora os riscos de assumir as suas diferenças culturais e ideológicas, mas aceita esses riscos enfrentando com dignidade as opiniões conservadoras de alguns dos seus companheiros, quer camaradas de armas na Flandres, quer os que encontra depois no Brasil. Mas é verdade que a sua própria função política no Brasil o faz enfrentar novas contradições, nomeadamente a luta entre os jesuítas e os plantadores de açúcar por

causa da escravatura dos índios, a que se opõe associando-se aos padres jesuítas, redefinindo-se em cada etapa da sua evolução, aliando-se a uns para se opor aos outros, a favor dos índios e depois dos escravos negros importados da África. Assim, a História está sempre presente na vida deste homem que é um cidadão de corpo inteiro, atento às mudanças sociais de uma coletividade dinâmica e sempre surpreendente.

2. AR: Em relação à escrita de *Regressos*, foi um processo que se revestiu de grande complexidade em termos de investigação histórica ou sendo historiador sentiu-se à-vontade?

AL: Não iniciei o planeamento de *Regressos* sem duas fases prévias de preparação: Fiz uma leitura de uma História geral do Brasil de modo a integrar-me nos grandes momentos da vida brasileira. E completei esse conhecimento com uma viagem de cerca de trinta dias nas zonas mais significativas da presença portuguesa, nomeadamente a zona do Recife e Olinda, igualmente decisiva para acompanhar as guerras travadas entre Portugueses e Holandeses, sem deixar de observar *in situ* os mais conhecidos campos de batalha constantes do *Portugal Restaurado*, a conhecida obra do Conde de Ericeira.

3. AR: O romance *Regressos* é fiel à História ou resulta de uma interpretação dos acontecimentos e de uma visão particular que o autor tem sobre a História?

AL: *Regressos* é uma obra de ficção. Os seus personagens principais (Carlos Bettencourt e a sua família de Machico, assim como Miriam Post e a sua família de Amsterdão são figuras de ficção que acrescentei ao elenco de figuras históricas, estas que, sem contradição com a realidade histórica da época, garantem não a verdade narrada no romance mas a sua plausibilidade. A movimentação dos acontecimentos narrados obrigou-me a ajustar algumas datas, como, por exemplo, a da rendição da cidade de Breda face ao exército católico comandado pelo general italiano Ambrogio di Spinola, episódio magistralmente pintado por Velazquez e que

tentei reproduzir num texto tão fotográfico como a própria pintura fotográfica do artista espanhol, hoje presente no Museu do Prado, em Madrid.

4. AR: O título, *Regressos*, no plural, pressupõe vários retornos. Qual o significado do título?

AL: Quando escrevo ficção continuo a ter presente a necessidade de um quadro geral de autenticidade que garanta ao leitor a certeza de que a ficção não atraiçoou a realidade fornecida pela investigação e que a determinação de movimentar os personagens e os acontecimentos de acordo com um plano geral previamente estabelecido não se opõe ao descrito genericamente nos manuais de investigação. Usei de cautela ao, numa Nota Prévia ao romance, ter avisado o leitor de que “este é um trabalho de ficção que só como tal deverá ser lido”. Deixo aqui expressa a mesma cautela, acrescentando que usei com a mesma pretensão de fidelidade a pintura do holandês Dirk Stoop, pintada em 1662, que continua nas paredes do Museu da Cidade de Lisboa a recordar ao leitor interessado que ganhará com uma visita a este Museu, para seguir o texto do *Portugal Restaurado* do Conde de Ericeira que utilizei passo a passo na minha própria versão da revolução do dia 1 de Dezembro de 1640, data gloriosa entre tantas.

5. AR: No seu périplo pela Europa, Carlos – o protagonista – vai conhecer artistas e filósofos. Qual o papel desses vultos da cultura europeia na economia do romance? Pretende, de certo modo, demonstrar que o contacto com os génios e os grandes pensadores é inspirador?

AL: O título plural dado a este romance *Regressos* pretende retratar a própria dinâmica da vida de Carlos Bettencourt que sai da sua ilha para participar numa guerra religiosa na Flandres. Abandona esta para se lançar no projeto que há muito o domina, de ajudar a restaurar a independência de Portugal. *Regressa* à ilha depois de concretizados os projetos da Restauração e de casar com a sua paixão holandesa (Miriam), parte para o Brasil com a sua mulher na concretização de um convite do Rei para exercer altas funções na colónia. *Regressa* à ilha para deixar ao cuidado do

pai e da tia a sua filha Clara, seguindo depois para Lisboa a fim de libertar Miriam da prisão da Inquisição e levá-la à segurança de Amsterdão, de onde *regressa* de novo à Madeira. É o *regresso* final.

6. AR: Tenciona dar uma continuidade ao romance *Regressos*? O leitor poderá contar com mais um volume que encene Carlos na ilha da Madeira, problematizando, por exemplo, um momento particular da história insular?

AL: Não tenho nenhum projeto de dar continuidade ao tema de *Regressos*.

7. AR: O protagonista, Carlos, é um rapaz nascido e criado em Machico. Baseou-se em alguém para “compor” esta personagem ou quis simplesmente homenagear as gentes daquela terra?

AL: A escolha de um personagem ficcionado e o local inicial e final da ficção (Machico) foram casuais e sem qualquer propósito de homenagem a terra. Mas talvez tenha sido influenciado pela recente recuperação do Solar do Ribeirinho que resolvi adotar como residência dos Bettencout (o que não é histórico) e pela visão paralela de um quadro representando a “Adoração dos Magos” que localizei ficcionalmente na Capela de São Roque, em Machico e que é uma espécie de modelo da sua família supostamente retratada num quadro flamengo ou de escola flamenga, presente hoje no Museu de Arte Sacra do Funchal, e de que é autor o Mestre da Adoração de Machico.

8. AR: No Brasil, o protagonista continua a mostrar a sua valentia e a sua verticalidade. É assim que vê os portugueses espalhados pelo mundo? Esta ética é característica dos tempos idos ou é ainda atual?

AL: A preocupação sempre visível na posição de Carlos face à cultura europeia prende-se com a atitude crítica em relação à Universidade onde lamenta estar ausente o espírito crítico que enforma o pensamento europeu que tem a oportunidade feliz de encontrar vivo e dinâmico em Amsterdão, nos filósofos

Descartes e Huighens e num artista como Rembrandt que surge na história casado com uma amiga de escola de Miriam. Isso confirma o seu desprezo pela universidade portuguesa que frequentou e que apresenta em evidente contraste com o ambiente que encontra junto da família de Miriam e dos judeus descendentes dos Marranos emigrados para os Países-Baixos durante os surtos de violência dominicana.

Gostaria de acreditar numa prestigiada presença de emigrantes portugueses na atualidade ou mesmo em épocas já passadas. Mas a realidade é para mim diferente. Uma comunidade em que valorizo, sem dúvida, as qualidades de trabalho não é necessariamente uma sociedade eticamente valorizada. Mas pretendo, sem dúvida, apontar Carlos como um exemplo a seguir pelos emigrantes seus conterrâneos.

9. AR: Miriam representa uma mulher emancipada, apesar de muito ligada ao marido. O seu romance também valoriza a questão de género e propõe um modelo familiar?

AL: Sem dúvida que pretendo pelo exemplo utilizado valorizar o papel da mulher, destacando-se, aos olhos de Carlos, por contraste com a mulher típica portuguesa, como uma mulher discreta nas suas atitudes, mas, sem dúvida, emancipada em relação à mulher e à família tradicional, dominadas pelas figuras masculinas, não obstante a valorização atribuída a figuras femininas como a tia (mãe adotiva) de Carlos. Para Carlos, Miriam é a mulher-companheira e que ele pretende proteger das violências inquisitoriais que acabam por revelar-se em toda a sua iniquidade durante a sua missão no Brasil.

10. AR: *Regressos* pode ser lido como um romance histórico que dialoga, por exemplo, quer com a narrativa de aventuras, quer com o romance de formação. Será esta ambivalência a sua modernidade literária?

AL: Creio que consegui realizar o meu projeto de criar um herói que é simultaneamente corajoso e detentor de valores com os quais se apresenta aos seus

conterrâneos. Aceito que esta síntese, caso tenha sido conseguida, poderá caracterizar a minha noção do que considero desejável como ficção histórica.

11. AR: Como explica o sucesso do romance histórico nos dias de hoje?

AL: Creio que há leitores desejosos de encontrar temas que representem o que a vida diária não lhes proporciona: heróis capazes de lutar por ideais num ambiente de autenticidade, que aceitem a realidade histórica disponível para desenvolver a sua acção.

12. AR: Das mensagens que perpassam o texto, quais as que deseja salientar? A guerra continua a ser um jogo de interesses? A ilha é um lugar idílico mas é necessário conhecer o mundo? Ou outras?

AL: Duas mensagens pretendo apresentar como reais, aos homens de hoje como aos de qualquer época escolhida como ambiente para o desenrolar duma ficção: em primeiro lugar não ignorar que uma guerra é sempre e necessariamente um desencadear de atos de violência. Em segundo lugar a ideia de que uma guerra não pode fazer-se sem se aceitar as limitações que os tempos de hoje exigem nos comportamentos dos militares e dos governantes que os devem controlar.

Acentue-se ainda que todas as sociedades sentem necessidade de se valorizarem tecnicamente nos contactos com países mais evoluídos, suprimindo assim as deficiências da educação recebida nas suas próprias escolas e recebendo treino em fábricas e noutros locais de trabalho. Esta tem sido a solução encontrada pela emigração para sobreviver em terras estranhas, exigindo-se, contudo, que esse trabalho-treino seja feito em condições de segurança e de dignidade que afaste obrigatoriamente o risco da perda das liberdades individuais.

13. AR: Que *feedback* teve por parte dos leitores e da crítica literária do romance *Regressos*?

AL: O *feedback* de leitores é circunstancial e portanto pouco significativo. A crítica feita em jornais e revistas, assim como na rádio e na TV, limita-se na maior parte das vezes a tecer apreciações a autores e obras premiadas, ignorando na generalidade os que, segundo o responsável de uma revista especializada, não fazem parte do Cânone (ou lá o que isso seja).

14. AR: Foi leitor dos romances históricos de João França?

AL: Li há muitos anos *António e Isabel do Arco da Calheta* e, mais recentemente, *O Prisioneiro do Forte*, sendo que este dificilmente se enquadra na ficção histórica.